



# O Ideário Patrimonial О идеарио

Nº 21

Julho de 2025

Pré-história

Epigrafia

Lendas

Arte neoclássica





[www.cta.ipt.pt](http://www.cta.ipt.pt)

**N. 21 // julho 2025 // Instituto Politécnico de Tomar**

**PROPRIETÁRIO**

Instituto Politécnico de Tomar | Centro das Arqueologias  
Quinta do Contador | Estrada da Serra | 2300-313 Tomar

**DIRETOR/EDITOR**

Doutor Fernando Augusto Coimbra, Instituto Terra e Memória/ Instituto Politécnico de Tomar

**DIVULGAÇÃO**

Em Linha

**DIRETORES-ADJUNTOS**

Professor Doutor José d'Encarnação, Universidade de Coimbra  
Professora Doutora Teresa Desterro, Instituto Politécnico de Tomar  
Professor Especialista Fernando Sanchez Salvador, Instituto Politécnico de Tomar

**CONSELHO CIENTÍFICO**

Adolfo Silveira, Professor Doutor, Universidade Autónoma de Lisboa  
Alexandra Figueiredo, Professora Doutora, Instituto Politécnico de Tomar  
Ana Paula Avelar, Professora Doutora, Universidade Aberta  
André Luís R. Soares, Professor Doutor, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil  
Dragos Gheorghiu, Professor Doutor, Universidade de Bucareste, Roménia  
Luiz M. Oosterbeek, Professor Doutor e Coordenador, Instituto Politécnico de Tomar  
Regina Delfino, Professora Doutora, Instituto Politécnico de Tomar  
Ziva Domingos, Professor Doutor, Universidade Agostinho Neto, Angola.

**DESIGN GRÁFICO**

Gabinete de Comunicação e Imagem© | Instituto Politécnico de Tomar

**PERIODICIDADE**

Semestral

ISSN 2183-1394

LATINDEX folio nº 23591

REGISTADA NA ERC nº 127733 | REGISTADA NA INPI

© Os textos são da inteira responsabilidade dos autores. Todos os artigos foram alvo de revisão por pares.



## Índice

Editorial .....	5
-----------------	---

### Artigos

<b>Murialdo (Savona, Italia): Il popolamento dalla preistoria al secolo XVIII</b> Carmelo Prestipino.....	7
--	---

<b>CIL II 45 – em reconsideração</b> José d'Encarnação .....	32
---	----

<b>Observaciones paleográficas de una inscripción visigoda hallada en Cacín: optimización de la legibilidad a través de tratamiento 3D</b> Pau Marimon Ribas, Ignacio Triguero e Jordi Pérez González .....	41
--	----

<b>Breve interpretação de duas lendas sobre Nossa Senhora da Nazaré</b> Ana Cristina Tavares .....	60
---	----

<b>Arte Neoclássica e <i>art nouveau</i> nas áreas habitacionais no centro da cidade do Porto: uma breve visão pictórica</b> Cátia Teixeira, Sofia Albino, António Gomes e Luís Ribeiro .....	76
--	----

### Recensão

<b>Do património gastronómico – A propósito da iniciativa figueirense</b> José d'Encarnação .....	91
--	----



## EDITORIAL

O presente número de *O Ideário Patrimonial* publica alguns artigos com características diversas, desde a arqueologia pré-histórica à epigrafia latina e visigótica, desde as lendas de cunho religioso à arte neoclássica e à *art nouveau*, sendo apresentados por ordem cronológica.

O primeiro texto, intitulado *Murialdo (Savona, Italia): Il popolamento dalla preistoria al secolo XVIII*, é escrito por Carmelo Prestipino, abordando questões arqueológicas e históricas do município de Murialdo, situado no vale do Rio Bormida, na província de Savona (Ligúria, Itália). Trata-se de investigação efetuada no âmbito do projeto “Murus Altus”, divulgando vestígios de megalitismo, de povoados da Idade do Bronze Final e da Idade do Ferro e, principalmente, de interessantes testemunhos patrimoniais que se estendem da Idade Média ao século XVIII.

Segue-se, da autoria de José d’Encarnação, o artigo *CIL II 45 – em reconsideração*, que “revisita” uma inscrição publicada por Emílio Hübner com base em um desenho de Frei Manuel do Cenáculo, elaborado a partir de uma árula votiva romana, que posteriormente desapareceu. A feliz redescoberta do monumento permitiu ultrapassar algumas dificuldades de interpretação anteriormente apontadas, referindo-se ainda a importância documental que esta epígrafe demonstra, quer no Império, quer no âmbito local de *Pax Iulia*, onde, no século I d. C., foi gravada em mármore de Trigaches.

O terceiro artigo, escrito em colaboração por Pau Marimon Ribas, Ignacio Triguero e Jordi Pérez González aborda uma inscrição visigótica inédita encontrada em Cacín (Granada), que menciona o rei Witiza. Trata-se de um trabalho de investigação que documenta a epígrafe através de fotogrametria e modelos 3D, permitindo otimizar a sua leitura e análise. Para além disso, os autores examinam detalhadamente o traçado das letras, a técnica lapidária e as possíveis abreviaturas e ligações empregues. Esta peça constitui um importante documento histórico, que evidencia a sobrevivência do mundo cristão na Bética durante as últimas décadas do reino visigodo.

Após dois artigos de epigrafia, passamos à questão das lendas como património, através de um texto interessante escrito por Ana Cristina Tavares, intitulado *Breve interpretação de duas lendas sobre Nossa Senhora da Nazaré*. Uma delas é sobre uma escultura de Nossa Senhora da Nazaré, utilizando-se a autora de informações existentes em textos latinos, o que contribui para uma melhor compreensão de diversos acontecimentos ocorridos entre os séculos V e VI no âmbito da Cristandade. Com base em documentação antiga, a autora dissecar alguns pormenores sobre a figura de D. Fuas Roupinho, personagem envolvido em outra lenda relativa à Senhora da Nazaré.

O último artigo publicado no presente número de *O Ideário Patrimonial* denomina-se *Arte Neoclássica e art nouveau nas áreas habitacionais no centro da cidade do Porto*:

*uma breve visão pictórica*, sendo da responsabilidade de Cátia Teixeira, Sofia Albino, António Gomes e Luís Ribeiro. Os autores refletem sobre o desenvolvimento artístico e arquitetónico do Porto dos finais do século XIX/ início do século XX, com base em exemplos de alguns edifícios existentes na cidade, explicando com mestria as características dos tipos de arte referidos no seu texto.

Tal como tem sido hábito nos últimos números da revista, o presente volume encerra com uma revisão, desta vez por José d' Encarnação, sendo a temática o património gastronómico da Figueira da Foz. Esperamos que abra o apetite pela leitura aos nossos leitores.

Julho de 2025

*Fernando Augusto Coimbra*

Diretor

## MURIALDO (SAVONA, ITALIA): IL POPOLAMENTO DALLA PREISTORIA AL SECOLO XVIII

### *MURIALDO (SAVONA, ITALY): THE SETTLEMENT SINCE PREHISTORY TILL THE 18<sup>th</sup> CENTURY*

Carmelo Prestipino

Istituto Internazionale di Studi Liguri

[c.prestipino@virgilio.it](mailto:c.prestipino@virgilio.it)

#### **Riassunto**

Dal 1991 al 2025 la comunità di Murialdo è stata al centro del “Progetto Murus Altus”, finalizzato a riversare sulla popolazione gli studi archeologici, storici, artistici ed architettonici compiuti sul territorio, al fine di valorizzarne l'esistenza e renderne consapevoli i residenti.

La comunità di Murialdo è distribuita lungo il versante soleggiato della valle del fiume Bormida, stretta, con tortuosi meandri e piane alluvionali, che presenta – sul versante - fenomeni carsici con antri di grandi dimensioni, nonché tracce di minerale di rame. Lungo il crinale che divide la valle Bormida da quella del Tanaro emergono tracce archeologiche di età Età del Bronzo finale, di megalitismo, di un culto della terra, e tracce toponomastiche di castellari liguri.

Il toponimo “Murialdo” porta all'ipotesi di insediamento longobardo posto lungo una direttrice viaria tra la pianura piemontese e la costa, generato da transumanze risalenti al Bronzo finale.

Con la costruzione di un ponte e di un castello con ricetto del sec. XIII, l'insediamento divenne la via per i mercanti piemontesi assicurando alla comunità un certo benessere.

Questa funzione cesserà nel sec. XVIII, quando la comunità si trovò al confine delle terre sabaude ed isolata dalla viabilità nuova.

**Parole chiave:** Bronzo finale, asse viario, ponte, valorizzazione.

#### **Abstract**

From 1991 to 2025, the community of Murialdo was at the centre of the “Murus Altus Project”, aimed at pouring into the population the archaeological, historical, artistic and architectural studies carried out in the area, in order to enhance its existence and make residents aware of it. The community of Murialdo is spread out along the sunny side of the Bormida river valley, which is narrow, with winding meanders and alluvial plains, and which presents - on the slope - karst phenomena with large caverns and traces of copper ore. Along the ridge that divides the Bormida valley from that of the Tanaro, archaeological traces of the Late Bronze Age, megaliths,

an earth cult, and toponymic traces of Ligurian hillforts emerge.

The toponym "Murialdo" leads to the hypothesis of a Lombard settlement located along a road route between the Piedmont plain and the coast, generated by transhumance dating back to the Late Bronze Age.

With the construction of a bridge and a castle with a 13<sup>th</sup> century receptacle, the settlement became the route for Piedmont's merchants, ensuring the community a certain prosperity.

This function ceased in the 18<sup>th</sup> century when the community found itself on the border of the Savoy lands and isolated from the new road system.

**Key-words:** Late bronze age, road axis, bridge, valorisation.

## Introduzione

### Murialdo oggi: il "Projeto Murus Altus"

Murialdo è un comune italiano dell'entroterra montano, in territorio della Regione Liguria ed al confine con la Regione Piemonte; i suoi confini comunali sono, a N, con i comuni di Millesimo (Provincia Savona = SV = Liguria), Roccavignale (SV), Castelnuovo di Ceva (Provincia Cuneo = CN = Piemonte) e Priero (CN), a S con Calizzano (SV), ad O con Perlo (CN) e Massimino (SV), a E con Osiglia (SV).

Benchè situato geograficamente lungo l'asta della Bormida di Millesimo, per ragioni storiche si trovò in territorio piemontese (Contea di Asti prima- Stato sabaudo poi), dalle sue origini sino al periodo dell'Impero Napoleonico (1804 -1814).

Dal 1991 ad oggi la Sezione Valbormida dell'Istituto Internazionale Studi Liguri ha realizzato, a fianco dell'Amministrazione Comunale di Murialdo, il "*Progetto Murus Altus, zona di tutela Storico-Architettonico-Ambientale*", progetto che si prefigge la valorizzazione del patrimonio storico, artistico, ambientale e sociale del paese attraverso studi e ricerche sulla comunità murialdese, poi informata con conferenze, incontri e pubblicazioni, finalizzate a restituire un'identità storica ed una consapevolezza del suo ricco patrimonio architettonico ed artistico, nonché del suo complesso quadro sociale.

Le indagini archeologiche ( campagne di scavo dal 1993 al 1996 nell'area del castello) e successivamente quelle storiche produssero, nel tempo, numerose conferenze ed una serie di pubblicazioni a stampa: *Murialdo le sue chiese* (1994); *Murialdo, tracce di storia e cultura* (2008); *Nero come la grafite. Settant'anni di attività mineraria in un piccolo paese della Valbormida* (2005); *Storia di un ritrovamento. La colonna affrescata di Santa Caterina nella chiesa di San Lorenzo ed altri restauri* (2017) ed infine, nel 2024, lo studio completo "*Murialdo. Vicende di una comunità nei secoli*" a cura dello scrivente.

Nel 2013 la Sezione sostenne - ed affiancò poi con la consulenza storica - la fondazione dell'Associazione Murialdo Arte e Storia che – grazie alle ingenti risorse reperite dalle Fondazioni Bancarie (Compagnia di San Paolo, Torino; Fondazione A. De Mari, Savona) - realizzò i restauri della chiesa parrocchiale di san Lorenzo e dell'Oratorio dei Disciplinanti di sant'Agostino, edifici ricchi di arte e di affreschi medievali, luoghi simbolici per la comunità.



## Orografia e popolamento di Murialdo: le origini

L'insediamento di Murialdo conta oggi 719 abitanti, distribuiti in 20 borgate sparse lungo la valle della Bormida di Millesimo per un tratto di circa nove chilometri, in maggior parte sul versante soleggiato della lunga dorsale montana che la divide dalla valle Tanaro (Fig. 1).



Fig. 1 – Italia, ubicazione della Liguria: il sito di Murialdo oggi (circolo giallo) e le sue direttrici viarie antiche.

La valle, scavata dal fiume Bormida nel suo millenario percorso, è stretta e profonda, formata da meandri e piane alluvionali nelle anse del fiume (denominate "isole"), il versante S della valle, aspro ed accidentato, reca un importante filone di grafite, sfruttato in tempi moderni (Verrini, 2005) mentre il versante N è caratterizzato da rocce attribuibili alla *Formazione di Molare* con aspetti carsici che presentano grandi antri, come il "*Tanone dell'Arma*" e la "*Tana dell'Armetta*", gli antri della "*Tana Bassa*" e la "*voragine di Almarossa*" (Gruppo Speleologico Savonese -DLF, 2004: 84-87), ed è interessato da importanti giacimenti di rame e di argento (Pipino, 2005).

Lungo questo crinale, esteso dal bric San Bernardo di Millesimo sino al valico dei Giovetti oltre bric San Giovanni sopra Murialdo esisteva, in età pre-protostoriche, una via di collegamento tra l'area valbomidese e l'alta valle Tanaro, lungo la quale esistono copiose tracce di insediamenti databili tra l'Età del Bronzo finale e l'Età del Ferro (Del Lucchese et al. 2023), che testimoniano attività di pastorizia ed agricoltura, con una sicura conoscenza e sfruttamento del rame delle cave locali (Del Lucchese, Delfino, 2008) (Fig. 2), genti che praticavano il rito dell'incinerazione dei defunti, deposti poi nel terreno in urne di ceramica grezza (Fig. 3) e lasciarono tracce megalitiche, come il dolmen della limitrofa comunità di Roccavignale (fig. 4) o i mehir del Bric Tana, in comune di Millesimo (Prestipino, 1984).



Fig. 2 – Millesimo, Bric Salve Regina: mazzuolo litico (foto C. Prestipino).





Fig. 3 – Millesimo, Bric Salve Regina: urna biconica, al momento del recupero) (foto C. Prestipino).



Fig. 4 – Roccavignale: Dolmen (foto C. Prestipino).

I toponimi “castellaro” e “casteirollo” presenti lungo il crinale stesso confermerebbero la presenza di insediamenti Liguri (Ciciliot e Merialdo, 2017), presumibilmente della tribù dei Liguri Epanteri Montani. Questa popolazione ebbe un luogo di culto, rivolto alla profonda voragine dell’Armarossa abitata – secondo una suggestiva leggenda locale giunta ai giorni nostri - da un mostruoso basilisco che pretendeva, ad ogni primavera, l’offerta di una fanciulla del paese; un giovane del luogo, innamorato della vittima prescelta, tese una trappola al mostro e riuscì ad ucciderlo liberando così la valle da questa presenza (Scavino, 1973).

Il tutto pareva attribuibile ad una forma distorta della leggenda di san Giorgio e il drago, riportata da Jacopo da Varagine nella sua “Legenda Aurea” diffusa in età medievale (Vitale Brovarone, 1999) ed affrescata nelle chiese della valle (san Nicolò a Bardineto, Santa Maria di Calizzano e santa Maria extra muros a Millesimo) (Olivieri, sd).

Una ricognizione attorno alla bocca della voragine - e successivamente al suo interno - portò al rinvenimento di sei *dracme* d’argento di imitazione massaliota databili al 500 a.C. (Fig. 5), come gesto di offerta da parte della comunità locale – che aveva copiato la monetazione della colonia greca di Marsiglia – ad una divinità della terra convertita poi nel racconto leggendario del basilisco sconfitto dal giovane guerriero (Prestipino, 2024).



Fig. 5 - Dracme di imitazione massaliota (foto C. Prestipino).

L’area di Muraldo e le terre contigue non recano tracce della civilizzazione romana né della sua viabilità. È probabile che in queste terre aspre e montuose i Liguri “abbastanza refrattari alle nuove istituzioni romane” (Balbis, 1982: 15), abbiano conservato le loro antiche pratiche agricole e pastorali, continuando le transumanze millenarie tra le terre del Cebano e quelle della Riviera per lo svernamento delle greggi, mantenendo attivo un



percorso rettilineo che scendeva alla costa verticalmente secondo una ripartizione che vedeva il territorio ligure frazionato in tanti segmenti geografici verticali - dal mare all'interno o viceversa - cadenzati dal succedersi di valli parallele sul versante marittimo (Balbis, 1979) - incrociando il percorso di crinale sopra citato presso la chiesa di san Giovanni della Langa - lungo il quale si diffuse il Cristianesimo, ipotesi che trova conferma, nel 1325, nella giurisdizione ecclesiastica della pieve di santa Maria di Priero che si estendeva lungo questo itinerario sino alla dorsale appenninica affacciata sul mare (Conterno, 1979: 58), secondo una dinamica ben nota che faceva delle strade un mezzo di diffusione della nuova fede (Pistarino, 2001; Prestipino, 2022).

Delle vicende che seguirono alla dissoluzione dell'impero romano d'Occidente e all'inquadramento del territorio costiero nella *Provincia Maritima Italorum*, sotto l'egida dell'Impero Romano d'Oriente (Lamboglia 1933) rimase una traccia della barriera difensiva (il limes) a Bardineto (Balbis, 1980), con la fortificazione di san Nicolò, ed una torre bizantina sul bric San Bernardo, sui resti di un precedente castellare ligure (Palazzi, et al. 2007).

Questo periodo si concluse con la conquista longobarda del territorio a cui dobbiamo, probabilmente, l'insediamento di Murialdo, il cui toponimo sarebbe derivato dal nome proprio del proprietario del luogo, composto da *merija* (famoso) + *walda-z* (dominatore) (Francovich Onesti. 2000; Ciciliot e Merialdo, 2017).

Ipotesi che troverebbe convalida anche nelle modeste tracce lasciate da questo popolo nella toponomastica dei territori circostanti, a partire dal limitrofo comune di Bagnasco, con la "*valle Arimannorum*" (Prestipino, 2005; Ciciliot e Oggerino, 2015) - che segnala la traccia di una arrimannia longobarda - per passare alle titolazioni a santi venerati dai Longobardi, come la stessa chiesa matrice del cristianesimo in territorio murialdese che fu dedicata a Giovanni Battista - santo particolarmente caro alla regina Teodolinda (Leonardi, et al., 1998) - di san Michele, a cui sono dedicate le chiese delle comunità confinanti di Perlo (Odello, 2010: 69) e di Acquafredda (Vassallo, 2010), per finire con la dedizione a san Donato della parrocchiale di Massimino, che completerebbe il quadro devozionale di quel popolo sul territorio circostante (Coccoluto, Ricchebono, 1974).

## Il Medioevo

Nel 951 Berengario II d'Ivrea, re d'Italia, riorganizzò questi territori in "*Marche*", (strutture politico-militari - amministrative) estese tra il mare e la pianura pedemontana; tra le terre costiere e l'area piemontese nacque la Marca Arduinica (che comprendeva i "*Comitati*" di Albenga, Ventimiglia, Bredulo (Mondovì) Auriate (Saluzzo e Cuneo) Asti e Torino affidati ad un "*Marchese*": Arduino), confinante con la Marca Aleramica (con i "*Comitati*" di Savona, Acqui e Monferrato affidati ad Aleramo).

Attorno all'anno Mille il territorio di Murialdo parrebbe collocato sul confine tra la Marca Arduinica e quella Aleramica (Provero, 1991).

La prima traccia documentaria appare nel 1028, quando il marchese Oberto, signore della Marca Obertenga, fondando il monastero di santa Maria di Castiglione in diocesi di

Parma, lo dotò di diritti e possedimenti nei luoghi di *Fauxolio, Niela, Cammariano, Saliceto, Cari, Sala, Prieli, Castronovo, Priola, Mirualdo*. (Ferretto, 1909; Balbis, 1982).

Il 7 marzo 1033 i marchesi di Susa, signori della Marca Arduinica, donarono all'abbazia di san Giusto di Susa il territorio di Priola in val Tanaro (Patria, 2007), dove sorse un monastero da cui nacque poi una cella al Pallareto di Murialdo, di cui però non abbiamo l'epoca di fondazione (Prestipino, 2024). Forse contemporaneamente, in momenti non documentati, sorse la cella di san Pietro di Varatella al Piano (Beltrutti 1982).

Questi monasteri benedettini diedero impulso alle pratiche agrarie e pastorali del luogo, com'era consuetudine di questo Ordine monastico.

Bonifacio del Vasto discendente di Aleramo unificò, nel 1091, le terre delle Marche Arduinica e l'Aleramica, ma con la sua morte, avvenuta probabilmente nel 1127, esse si sfaldarono dividendo il loro territorio in sette Marchesati; il territorio tra il mare e l'entroterra fu diviso tra i marchesi del Carretto (signori delle terre del Cairese e di Finale) ed i marchesi di Ceva (signori delle terre tra il Monregalese e le Langhe), casati che – contando sul controllo sulla viabilità dell'entroterra - ne gestirono i pedaggi garantendosi una forza contrattuale verso i grandi Comuni del Piemonte (Prestipino, 2024).

Ben presto però questa forza fu piegata dal denaro: il Comune di Asti, governato da famiglie di mercanti e ricchi banchieri, comprò, nel 1190 dal marchese Guglielmo di Ceva, le terre di ... *Montezemulo & de Miroaldo*... (Moriondo 1789: II, doc. 356/10) concedendogli poi l'investitura.

L'antico percorso di transumanza fu quindi attrezzato per questa nuova funzione: probabilmente attorno al 1200 fu costruito il ponte sulla Bormida, protetto dal lato N da una postazione fortificata e a S da un forte castello munito di un ampio "ricetto" per la sosta di muli e mercanti in viaggio; (la costruzione di queste due opere architettoniche fondamentali non è stata datata: le campagne di scavo realizzate dalla Sezione Valbormida dell'Istituto Internazionale di Studi Liguri dall'anno 1993 al 1996 non diedero risposte definitive anche a causa di materiali di crollo che rallentarono notevolmente i lavori).

Il castello ed il suo ricetto erano funzionali all'asse viario tra Asti e la riviera finalese ed ingauna, con il crocevia di san Giovanni della Langa come chiesa- madre di Murialdo e punto di confine tra le comunità di Murialdo, Castelnuovo e Roccavignale (Prestipino, 2024: 181).

Nella parte alta del castello sorse la "cappella castrì" dedicata a santa Maria Maddalena (impropriamente ritenuta "parrocchiale antica") (Prestipino, 2024); mentre all'interno del ricetto nacque un piccolo "borgo", probabilmente abitato da aderenti stretti al signore feudale e adibiti alla gestione delle soste.

La crescita dell'insediamento probabilmente si sviluppò dapprima sui declivi soleggiati, poi a fondovalle dove – a ridosso del ponte – sorse la nuova chiesa parrocchiale, in funzione dell'insediamento che si stava consolidando.

Lungo la valle si svilupparono gli insediamenti sparsi, affidati a ceppi familiari che costruirono le loro piccole borgate al centro delle terre date loro in enfiteusi, in allodio o in novennio (quest'ultima pratica era presente nel sec. XVI, ma ciò non ci assicura che essa fosse praticata nei secoli precedenti) (Prestipino, 2024).

La borgata del "Ponte" si attestò al bordo dell'angusta piana e qui sorse poi la chiesa di san Lorenzo di cui non sappiamo l'epoca di fondazione: nel 1325 venne citata come

parrocchiale una “*ecclesia de Mirualdo*” di cui non fu indicata né l’ubicazione né il titolo (Conterno, 1979), ma comunque l’area del ponte divenne il cuore dell’insediamento sparso di Murialdo (Mazzino, 1989).

Al culmine di fiere contese familiari il Marchesato di Ceva fu venduto, nel 1295, al Comune di Asti, che lo concesse in feudo a Giorgio il Nano, per cui tutta l’area del basso Piemonte si trovò all’interno della Contea di Asti, pur continuando ad essere sotto il dominio feudale dei marchesi di Ceva. (Moriondo, 1789: II, doc. 708, n. 204)

Dopo l’acquisizione da parte degli astigiani, Murialdo si trovò sull’estremo confine S della “Contea di Asti” (Prestipino, 2024) e questa condizione di terra di confine perdurerà – pur sotto diversi dominii – sino al 1804 con l’Impero napoleonico.

La contesa tra i Ceva non aveva interessato il paese, già possesso degli astigiani ed in una condizione particolare – quasi di “terra franca” - poiché appare in diverse contese giuridiche che i murialdesi non si riconoscevano nel Marchesato di Ceva, con cui confinavano, esibendo documenti incontrovertibili che ne certificavano la loro appartenenza diretta ad Asti (Prestipino, 2024: passim).

Il feudatario di Murialdo, del casato dei marchesi di Ceva, riceveva l’investitura diretta dal Comune di Asti; Leone di Ceva fece donazione, nel 1323 al figlio Bauduino, del castello e luogo di Murialdo; nel 1342 il Comune di Asti dovette sottomettersi ai Visconti di Milano, che estesero così il loro dominio sulla Contea; nel 1386 Galeazzo Visconti diede in sposa la figlia Valentina a Ludovico di Turenna duca di Orleans e fratello del re di Francia, assegnandole in dote la Contea di Asti.

Questi avvenimenti influirono positivamente sui destini di Murialdo, perché i marchesi Del Carretto, signori del confinante Marchesato di Finale, ricevevano protezione dai Visconti di Milano contro le mire della Repubblica di Genova, tese ad eliminare quel Marchesato che – forte della sua collocazione tra il mare e la pianura piemontese nonché del rango di “Feudo imperiale”, cioè sottoposto solo all’Imperatore - interrompeva la linea dei suoi possedimenti rivieraschi che spaziavano sino a Ventimiglia, utilizzando il suo territorio interno come via di transito verso il Piemonte (Prestipino, 2024).

I Del Carretto finalesi acquistarono, nel 1347, il feudo di Murialdo divenendo vassalli della Contea di Asti (Murialdo era un feudo acquisito dai Del Carretto pressoché a titolo personale nella Contea) ed il paese divenne passaggio privilegiato per le carovane di muli e di mercanti astigiani che scendevano al mare o ne risalivano da Finale verso le Langhe: il Marchesato mancava di allevamenti di animali, di attività tessili e di granaglie, merci che giungevano quindi dalle pianure astigiane sul dorso di muli che ritornavano poi carichi di olio, pesce e sale (prodotto che il Banco di san Giorgio di Genova avrebbe voluto gestire in monopolio).

## Il Dominio dei marchesi di Finale: le Carte di Convenzione del 1434

Il paese ebbe un trattamento di riguardo: Galeotto del Carretto, marchese di Finale, nel 1433 esentò dai pedaggi di Murialdo i “particolari” delle comunità della Pietra, di Giustenice, e di Toirano; ciò avrebbe spinto i mercanti di quelle comunità rivierasche a scegliere il ponte di Murialdo per i loro commerci, apportando benessere alla comunità muraldese (Prestipino, 2024).

L'anno dopo il Marchese Galeotto concordò un documento di Convenzione che concedeva alla *...universitati loci Murialdi...* una lunga serie di diritti: *...remissione di ogni tributo di natura feudale... diritto di caccia, pesca, raccolta di frutti selvatici... di pascolo, di ogni decima e novennio per casamenti, terreni e castagneti...* Galeotto si riservò il privilegio di avere un quarto di ogni maiale e cinghiale nonché il diritto di avere il sostegno dei muraldesi in caso di viaggio a visitare l'Imperatore o la Terrasanta, contribuendo ai restauri del castello, delle opere del mulino e delle bialere che ne alimentavano le ruote, nonché una quota di 150 lire annue di censo e l'amministrazione della giustizia (Ciarlo, 2024: 159).

Il 21 aprile 1434, nella contrada del Piano *...davanti la casa di Tomino Gazano...*, si riunì l'assemblea degli abitanti che giurarono fedeltà al marchese di Finale; il giuramento avvenne in presenza del prete *De Cepis*, rettore di san Lorenzo, del signor *Iohannis Salvagno* di Murialdo, di *Giacomino Baldo*, di *Giacomino Arardo* e di *Gioanetto di Salierto* di Finale *...testi convocati e richiesti per le cose di cui sopra...* (Ciarlo, 2024).

Da atti successivi sapremo che i Salvagno erano i castellani di Murialdo (Prestipino, 2024).

Il luogo del giuramento evidenzia come il quadro “giuridico” della comunità si stesse delineando: il potere religioso (rettoria di san Lorenzo) e quello feudale (il castello) si concentravano al Ponte, mentre gli uomini della comunità avevano un loro luogo di riferimento nella borgata del Piano; che la comunità avesse ora una sua struttura giuridica appare anche dall'approvazione del suo Statuto da parte di Galeotto nel 1435 (Prestipino, 2024).

All'atto del giuramento 207 uomini di Murialdo – in età compresa tra i 14 ed i 70 anni e divisi in 107 cognomi – sfilarono davanti al notaio Domenico Vespa di Millesimo scandendo il proprio nome.

Poiché questi uomini non sono identificabili come “*capi di casa*”, dovremo ritenere che la popolazione complessiva si aggirasse attorno alle 1035 persone (Vassallo, 2024).

Nella Convenzione appaiono 11 ceppi familiari tuttora esistenti a Murialdo: Bertonus = oggi Bertone; Cravea = Cravea; Ferrarius = Ferraro; Gazanus = Gazzano; Ghisulfus = Ghisolfo; Oddonus = Oddone; Rochia = Rocchia; Ruffinus = Ruffino; Vassallus = Vassallo; Viglitus = Viglizzo.

Il ceppo Odella = Odella diede nome alla borgata “Odelle” e fu insediato anche all’“Armarossa” per secoli (Prestipino, 2024); la borgata dei “Pastori” è riconoscibile come sede del ceppo Pastor = Pastore, presente sino alla metà del XVII secolo (Vassallo, 2024). Tra i nomi personali appare ancora “Mirualdus” presente in sei ceppi familiari (Bolognus, Boglius, Peysanus, Henrielli, Vassallus) e “Murialdinus”, nomi che evocano



ancora la memoria dell'individuo di lingua longobarda che diede il nome al luogo (Ciciliot, 2024).

E' arduo quantificare l'economia di una piccola comunità del sec. XV in assenza di fonti documentarie, però noteremo che nel 1440 i muraldesi iniziarono la ricostruzione della chiesa di San Lorenzo e comprarono dai certosini di san Pietro di Varatella la cappella di San Pietro al Piano, con qualche terra annessa (Barelli, 1907; Prestipino, 2024). In quegli anni fu acquistata anche la chiesa di sant'Antonio nella contrada "Valle" (Prestipino, 2024), segno che la comunità poteva agire con una discreta forza economica.

La chiesa parrocchiale di san Lorenzo fu completata nel 1445, come recita l'epigrafe sul portale:

ANNO DOMINI MCCCCXLV DIE XX JULII SA<sup>TO</sup> LAURE<sup>^</sup>CIO MAGR FRANCISCUS GARONUS  
FECIT ECCLESIAM JHO<sup>^</sup>S VILICIUS PETR BA<sup>^</sup>DINUS MASARI TEMPORE PRESBITERI JIO<sup>^</sup>S  
VERGOGLIO, traducibile come:

*"Anno del Signore 1445 il 22 luglio/a San Lorenzo maestro Francesco Garone fece la chiesa essendo massari Giovanni Viglizzo e Pietro Bardino, al tempo del presbitero Jhoannes Vergoglio"* (Prestipino, 2024) (Fig. 6).



Fig. 6 – Lunetta del portale di san Lorenzo con epigrafe (foto C. Prestipino).

Questo portale è un *unicum* nel panorama artistico del territorio e fu attribuito a maestranze che ebbero modo di confrontarsi con il duomo di Genova (Di Fabio, 1981), ma noteremo che il ceppo dei Garone, a cui apparteneva il “*magister*” Francesco artefice dell'edificio, era presente già nel 1434 ed è documentato ancora nel 1579 con un *Gioannino Garrono* (Vassallo, 2024), lasciando tracce ancora vive nella toponomastica odierna con la “*ca di Garone*” ed il “*rio di Garone*” (Prestipino, 2006; Ciciliot, Merialdo, 2017) mettendo in dubbio, quindi, l'attribuzione a maestranze esterne.

La chiesa fu affrescata dal “*Maestro di Roccaverano*” e reca stemmi carretteschi che denotano l'intervento dei marchesi di Finale (Sista, 2024).

Nel 1459, una delle colonne dell'edificio fu affrescata da un pittore ignoto su committenza di un certo *Andrea Rubeus de Cardano* (località nei pressi di Menaggio in diocesi di Como), componente di una colonia di calderai lombardi operanti in val Bormida (Sista, 2017).

La via di Murialdo era (per Finale) l'accesso ideale al Cebano e al basso Piemonte, essendo lontana dalla costa e al riparo dalle possibili incursioni della Repubblica di Genova che però, nel 1447, approfittò della morte di Filippo Maria Visconti signore di Milano, per aggredire il Marchesato di Finale espugnandone il borgo. Galeotto del Carretto fu costretto a rifugiarsi dai cugini a Millesimo, poi proseguì per la Francia in cerca di appoggi, ma morì in Cornovaglia in uno scontro navale.

Gli successe il fratello Giovanni che, nel dicembre del 1450, portò con sé poche milizie e con gli uomini di Murialdo riprese il borgo. Nel 1451, Genova dovette firmare la pace con Giovanni Del Carretto di Finale, che tornò al governo del Marchesato (Philelpho, 1738). Il marchese Giovanni del Carretto morì nel 1468, lasciando otto figli maschi ed una femmina, tutti in minore età, per cui la vedova, Viscontina Adorno, assunse la reggenza del Marchesato e nel 1469 fece “aderenza” al Ducato sforzesco, portando il Marchesato nelle terre sforzesche e ricevendone protezione (Prestipino, 2024).

Nel 1496, l'Imperatore Massimiliano d'Austria investì Alfonso del Carretto, figlio del fu Giovanni, di tutti i suoi domini, tra cui Murialdo, ma i fratelli di lui, Carlo Domenico, Barnaba e Ludovico con l'appoggio di Carlo VIII, re di Francia, si impossessarono del castello ricevendone l'investitura a nome del duca d'Orleans.

Nel contrasto tra i carretteschi le terre delle Langhe, il Finalese e la valle Bormida ne uscirono devastate. Nel febbraio del 1499, Alfonso del Carretto ebbe l'investitura del castello di Murialdo dal governatore di Asti (Prestipino, 2024).

Carlo Domenico fu nominato cardinale nel 1505 da papa Giulio II (Giuliano della Rovere) e, nel 1513, mancò l'elezione papale: fu eletto Giovanni de' Medici (che prese il nome di Leone X) che favorì l'accordo tra lui ed il fratello Alfonso, il cui primogenito, Giovanni, fu designato al titolo di marchese di Finale. Il fratello Ludovico fu nominato canonico della cattedrale di Tours (il fratello Fabrizio era salito al vertice dell'Ordine dei Cavalieri di Malta, con titolo di Gran Maestro nel 1499) (Tacchella, 1977).

Quindi nella famiglia carrettesca si era instaurata una situazione soddisfacente. Nel 1517 il Consiglio della città di Asti approvò un accordo con i Del Carretto per cui, per la somma di 20.000 scudi, le terre di Murialdo, Saliceto e Paroldo furono esentate da ogni carico e contribuzione, favorendone quindi la rinascita (Prestipino, 2024).

A Murialdo era nata la Confraternita del Flagellanti dedicata a sant'Agostino, documentata nel 1525 (Prestipino, 2024) ed insediata in quell'edificio già adibito a difesa

del ponte (Mazzino, 1989) e la contrada del Ponte divenne il centro amministrativo e religioso delle contrade murialdesi, che intanto si dotarono ognuna di un loro edificio sacro: oltre la “cappella castrì” di santa Maria Maddalena presso il castello e la cappella di san Pietro al Piano, le contrade di Valle Brigneta, Albareta e Isolagrande ebbero il loro polo religioso in sant'Antonio Abate a Valle. Già nel 1519, la gente di Isolagrande si riunì attorno alla cappella della Madonna dell'Annunziata. La borgata del Poggio costruì la cappella della Madonna della Neve, mentre lungo la viabilità di Langa la cappella dei Santi Gervasio e Protasio vegliava sul bivio tra la parte alta e le borgate del Piano, a valle. Qui sull'accesso al paese, vegliava la cappella di san Sebastiano, posta a difesa dalle epidemie di peste, rafforzata poi da quella di san Rocco lungo la via (Prestipino, 2024). Sul versante opposto della Bormida, la contrada degli Azzini era dotata della piccola chiesa di san Giacomo, posta sull'antica viabilità - a metà tra san Giacomo dei Ronchi, già Templare e poi dei Cavalieri di Malta, e dell'oratorio di san Giacomo di Perlo - di un “Cammino” jacobeo che da Savona raggiungeva la Francia (Prestipino, 2022a).

I marchesi di Finale acquistarono anche i feudi di Bagnasco e di Mombasiglio nel 1531 e, con le terre di Calizzano e Massimino, realizzarono un percorso più agevole tra Finale e la Valle Tanaro, ma a Murialdo il legame antico con Finale sosteneva ancora i commerci ed il passaggio di mercanti sul suo ponte.

La comunità di Murialdo, a metà del Millecinquecento era particolarmente attiva nel commercio delle castagne verso Finalborgo, capitale del Marchesato. Nel paese, il marchese Alfonso II possedeva il castello che era affittato alla famiglia Sarvago che pagava il novennio metà a Natale e metà a Santo Stefano per il possesso del castello e del pedaggio del ponte.

Alcuni cascinali, appartenenti al marchese, formavano il piccolo nucleo di Riofreddo, affittati anch'essi per un novennio. Anche il mulino di Murialdo era affidato con questa forma d'affitto, la stesso valeva per il “battendero” ed il “mulino da polvere” (per la produzione di polvere da sparo, affidato ad un certo Giovanni Zuagno, probabilmente specializzato in questa produzione).

Esisteva anche un pagamento in natura: un affittuario pagava con “grano, vini, castagne, cera, caponi et di nocci (...) e più a Natale rubi trei de carne salata” (Garoni, 1870: 320). La presenza di un battendero prova che a Murialdo era consueta la coltivazione della canapa, che era poi messa a bagno nelle marcite ed infine ridotta in fibre che – filate – erano ottime per tessere una robusta tela da biancheria.

Murialdo era quindi una comunità dedita all'agricoltura, ancora molto interessata da transiti di mercanti verso Finale, benché ormai fosse viva la concorrenza della piazza di Calizzano (Prestipino, 2024).

Il territorio fu però coinvolto nelle guerre per il predominio tra l'Impero asburgico, la Spagna e la Francia, a cui si appoggiavano poi gli ambiziosi duchi di Savoia, la Repubblica di Genova, il Monferrato dei Gonzaga e gli Sforza di Milano, costringendo le popolazioni a loro sottoposte a pagarne il prezzo: nel 1554, il castello di Murialdo fu distrutto e il paese saccheggiato (Musso, 2020).

A Torino, nel 1554, salì al governo del Ducato il giovane ed ambizioso Emanuele Filiberto, che si appoggiò all'imperatore Carlo V, ricevendone il titolo di Vicario Imperiale per le terre della Contea di Asti e di Nizza (ereditate da Carlo II di Savoia e Beatrice, sua moglie), smanioso di espandere il suo dominio (Cognasso, 1999).

Nel 1558, nel Marchesato di Finale esplose una rivolta contro il marchese Alfonso II del Carretto, reo di vessazioni sui sudditi, e per lungo tempo il Marchesato fu in disordine, anche per le sobillazioni di Genova, Savoia e Spagna, stati che ambivano al possesso di quelle terre di transito (Gasperini, 1958).

La dipendenza da Alfonso II, in contrasto con il duca Emanuele Filiberto, ora signore della Contea di Asti, complicò molto la vita di Murialdo, la cui amministrazione era guidata da un podestà (di nomina del marchese o del suo luogotenente) e da un Consiglio formato da tre “giuratori” e nove “consiglieri”, che rappresentavano quindi le tre “giurarie” in cui era diviso il territorio ed erano eletti annualmente, generando tensioni e conflitti stimolati anche dalle piccole ambizioni locali generate da questo contrasto.

Nel maggio del 1568 la popolazione di Murialdo si riunì nell’oratorio di sant' Agostino nella borgata Ponte, per una modifica dello Statuto comunale. Erano presenti 203 capi di casa, divisi in 71 cognomi (Vassallo, 2024).

E' ipotizzabile, in questo caso, una popolazione complessiva di c/a 1015 abitanti, pressochè identica a quella del 1434, però erano scomparsi dal luogo ben 36 cognomi, di cui una metà c/a si ritrova poi distribuita nelle circostanti terre marchionali, e un'altra metà che invece scompare dal territorio.

Il paese era ancora un punto di transito commerciale solido se i fabbri ferrai, che curavano la manutenzione degli zoccoli dei muli e degli asini, nel giugno del 1568 erano ancora in numero sufficiente a formare una “società”, sotto la protezione del beato Eligio, santo protettore della categoria (Prestipino, 2024).

Pochi anni prima i confratelli di sant'Agostino avevano ampliato il loro oratorio, che era già stato riccamente affrescato da un pittore ignoto con il ciclo della vita di Cristo (Sista, 2024; Fracchia, 2024).

Nel 1573, il vescovo di Alba, monsignor Vincenzo Marino, in visita pastorale, visitò la chiesa parrocchiale di san Lorenzo, l'oratorio di sant'Agostino ed una cappella dedicata a san Bernardino, poco fuori della contrada del Ponte. In alto, accanto ai ruderi del castello, vegliava la cappella di santa Maria Maddalena, ora adibita al servizio della contrada della Costa.

Poco più a valle dell'area del Ponte, l'insediamento del Piano si presentava con la cappella di san Pietro, posta “prope plateam”. Quelle di san Sebastiano, all'ingresso del paese, e di san Rocco, poste lungo la via principale, erano a difesa della peste.

Sulla viabilità dal Cebano c'era ancora la chiesa di san Giovanni della Langa, antica chiesa-madre, mentre poco oltre, sul bivio per Perlo ora vegliava la cappella di san Bernardino. Scendendo verso il fondovalle del paese, a segnalare il bivio tra la due parti della valle, sorgeva la cappella dei santi Gervasio e Protasio.

Alla Madonna erano dedicate le cappelle di santa Maria all'Isolagrande e quella della Madonna di Loreto al Poggio. Alla chiesa di sant'Antonio, in Valle, il vescovo assegnò il diritto di sepoltura per le contrade di Valle, Brigneta, Albaretta ed Isolagrande, inoltre autorizzò gli abitanti del Pallareto a ricostruire la loro chiesa sotto il titolo dei santi Giacomo e Filippo, sui ruderi della cella benedettina già dedicata ai santi Mauro e Gottardo (Molino, 2008) (Fig. 8).





Fig. 7 - Benjamin Wright: Bologna 1613 - Carta della Riviera di Genova da ponente. In evidenza i confini del Marchesato di Finale

Il paese aveva quindi una chiesa parrocchiale e ben tredici cappelle e si avviava alla nascita della seconda parrocchiale di sant'Antonio, poiché il vescovo autorizzò le sepolture anche in questa chiesa, iniziando la separazione della parte alta della comunità dall'antica chiesa di san Lorenzo.

La decisione del vescovo era la risposta necessaria alla conformazione del paese, che con le sue cappelle di borgata testimoniava il suo profondo legame col cattolicesimo, ma anche come orgoglio di borgata che generava una comprensibile dose di "campanilismo" e competitività tra la popolazione.

La divisione in "Giurarie", che doveva dare rappresentatività a tutte le contrade, non bastò a sedare le tensioni latenti nel Consiglio e vi fu, nel 1579, una ulteriore modifica degli Statuti comunali, con l'assemblea generale dei "capi di casa" che ora erano 202, divisi in 78 cognomi.

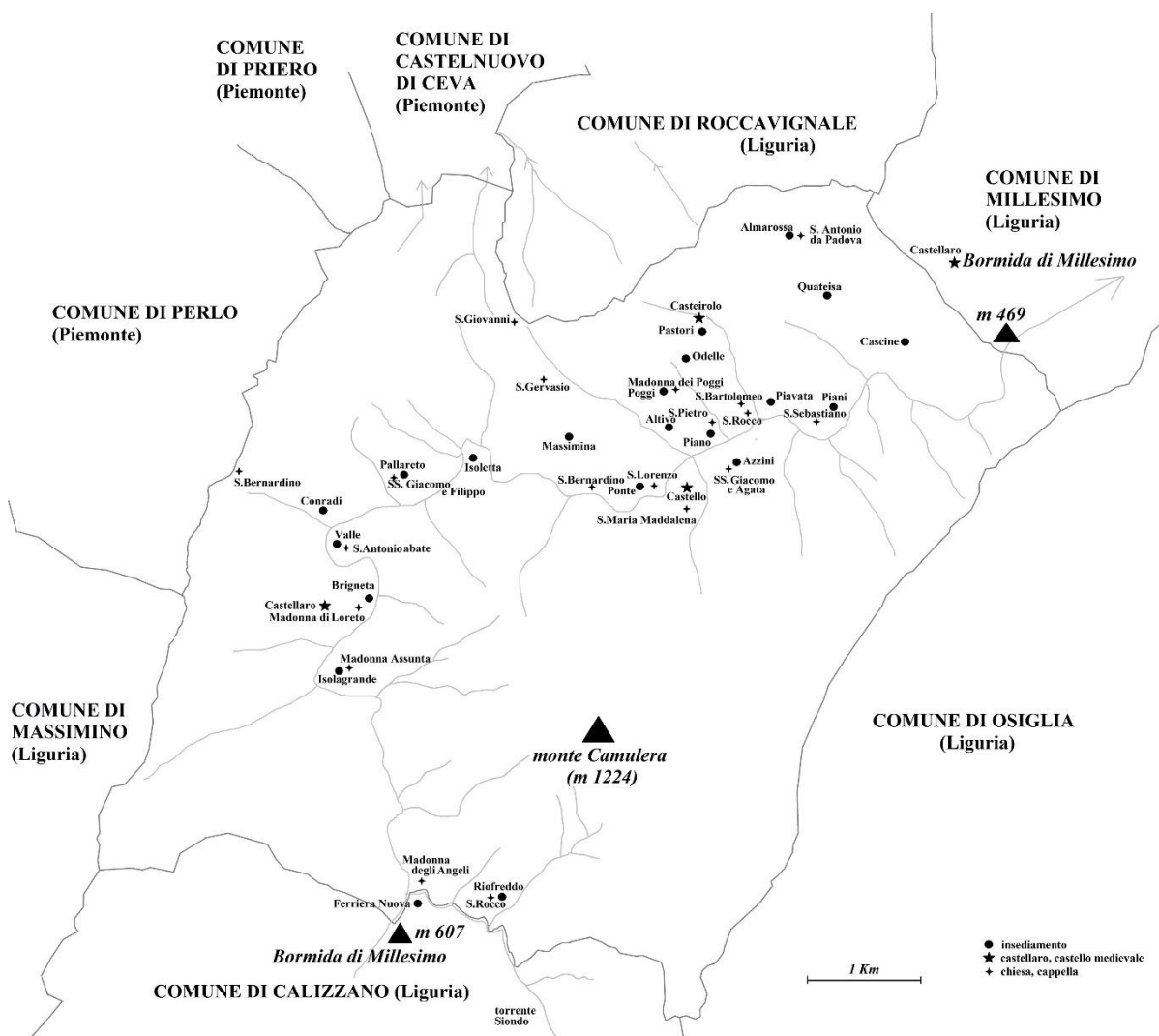


Fig. 8 - Murialdo: mappa del paese con ubicazione chiese e cappelle (cartografia F. Ciciliot).

## Murialdo nel Ducato di Savoia

Nel 1580, salì al governo Carlo Emanuele I di Savoia che confiscò ad Alfonso II del Carretto le terre da lui possedute nella Contea di Asti, cioè Murialdo, Bagnasco, Saliceto Paroldo, assegnandole, nel 1588, a Scipione del Carretto, cugino dei carretteschi finalesi, col titolo di marchese del “Marchesato di Bagnasco e Saliceto”, di cui Murialdo sarebbe stato parte (Prestipino, 2005).

Era il distacco definitivo dall'antico legame con la Riviera, completato, il 18 maggio del 1598, dalla vendita del Marchesato di Finale alla Spagna da parte di Sforza Andrea del Carretto, ultimo marchese di Finale (Gasperini, 1958). Ebbe inizio la dominazione spagnola, che privilegiò la strada per la Lombardia lungo la valle della Bormida di Pallare,

che portava verso Milano e le Fiandre, per farvi transitare le sue truppe, facendo di Finale la “porta di Spagna”. Nel piano degli spagnoli il Marchesato completava il “camino espagnol” che dalla Liguria andava a Milano ed al Moncenisio, o al Piccolo san Bernardo e da lì ai teatri di guerra delle Fiandre (Calcagno, 2009).

La terra di Murialdo passò dal suo antico ruolo di corridoio del Marchesato di Finale verso il Piemonte a quello - assai scomodo - di terra di confine con Massimino, Calizzano ed Osiglia (terre spagnole) e con Roccavignale, Millesimo e Cosseria, terre del Contado di Millesimo sottoposto al Monferrato, tutte terre in mano a poteri ostili.

Si era definitivamente interrotto l’antico legame con Finale ed ora Murialdo era totalmente isolato dai traffici commerciali. Il ponte sulla Bormida non era più trafficato da mercanti e muli: serviva solo per passare alla borgata della Costa ed alle poche case del “borgo” rimaste dentro le mura di un castello rovinato (Prestipino, 2024).

Con i confini delle terre spagnole sul lato di Osiglia e di Calizzano, per il paese iniziò un secolo denso di guerre, saccheggi e pestilenze, perché i Savoia erano perennemente in guerra – ora alleati degli spagnoli ora dei francesi - ed in cerca di espansione verso il mare.

La comunità di Murialdo provvide, nel 1602, a riorganizzare i “servizi” del paese: furono eletti gli “*stanziatori*” (incaricati di verificare la gestione dei prezzi nel commercio locale), gli incaricati alle “*pianche*” (passerelle sul fiume: quella dei Piani, degli Azzini, di Isoletta, di Valle, di Isolagrande e “della Canale”), fondamentali per passare la Bormida, infine i “*deputati alle cappelle*” (che erano di proprietà pubblica): cappella dell’Isola Grande, di sant’Antonio, san Giovanni, san Bernardo, santa Maria Maddalena, san Pietro, san Rocco, san Bastiano, santi Gervasio e Protasio e san Giacomo (Prestipino, 2024).

Il paese aveva ora due mulini, di proprietà del marchese, che possedeva anche un bosco tra le mura dell’antico castello.

Unica nota positiva di questa situazione di isolamento: le epidemie di peste che dal 1598 al 1631-devastarono le comunità circostanti poste lungo le viabilità, lasciarono indenne la comunità di Murialdo, che isolò ogni contrada riuscendo ad evitare l’ingresso del morbo (Prestipino, 2024).

L’isolamento permetteva però soltanto un po’ di agricoltura. Il governo sabaudo impose dazi e la gabella del sale, nonché il servizio militare, tuttavia la comunità ebbe ancora la forza economica, nel 1660, di ristrutturare la chiesa di san Lorenzo, adattandola al nuovo stile barocco.

Il quadro disastroso fu certificato nel 1694 con il censimento del territorio, descritto:

“In maggior parte sterile, montuoso, e selvatico, pieno di rupi, esservi solo alberi di castagne e campagne selvatiche non potendovisi in esso luogo usare l’aratro ma solo la zappa e non puonno li Particolari prevalersi de bovi e bestie da basto per esser troppo disastroso, et attesa l’altezza dei monti, e strettezza della valle cui può appena il sole dominare nel mezzo dell’estate (...) non esservi alcun negotio, passaggio, scala di sale, e traffico...il quadro fu completato dall’arciprete di Murialdo: (...) e di duecento fuochi che composero il luogo esservene a malapena 25 che puonno provvedere a loro bisogni, et il restante conviene andar mendicando... l’ultima conferma giunse dal marchese Carlo Del Carretto che attestò: (...) Facciamo fede si come nel luogo di Murialdo uno dei nostri Feudi non si fa alcun mercato, et essere situato tra montagne la maggior parte inculte, et in diversi fossati inaccessibili dichiariamo di più che nel suddetto luogo di Murialdo non v’è passaggio frequentato dè forestieri et esservi molti particolari mendicanti a

cagione della sterilità del Paese”.

Torino li 22 aprile 1698. Carlo Carretto di Bagnasco” (Prestipino, 2024: 84).

Questa popolazione apparve in un quadro complessivo di uno Stato delle Anime di fine secolo, che elencava scrupolosamente gli abitanti, purtroppo mutilo di alcune pagine, ma comunque molto indicativo della situazione. Qui furono elencate 266 famiglie, divise in 67 cognomi, per un totale di 1393 persone. L'età media si aggirava sui 29 anni e 5 mesi (Vassallo, 2024).

La borgata più popolosa era Isolagrande, seguita dal Ponte, mentre Riofreddo seguiva con una popolazione in crescita.

I conflitti dei Savoia ricadevano sui sudditi di confine: nel 1703 vi fu un blocco dei commerci con le terre del ducato di Milano (che ora comprendeva Finale), che ricadde su terre che già erano alle prese con una carestia (Prestipino, 2024).

## Al confine con la Repubblica di Genova

Il colpo di grazia giunse infine nel 1713 quando le terre del Marchesato di Finale furono comprate dalla Repubblica di Genova - che finalmente poteva chiudere quel corridoio verso l'interno - e sulle comunità dell'entroterra cadde una grave crisi economica, mancando del tutto il commercio con Finale, ora non più “capitale” di un Marchesato, ma ridotta ad un possedimento genovese, particolarmente odiato dalla Superba che finalmente poteva esercitarvi la sua rivincita (Fig. 9).

I genovesi favorirono, nel 1723, l'impianto di una ferriera in territorio di Calizzano sul rio Siondo, che era il confine con Murialdo (e quindi tra la Repubblica di Genova e il Regno di Sardegna), definita “ferriera nuova”, destinata a modificare l'assetto della contrada murialdese di Riofreddo: questa ferriera, anche se in terra genovese, offriva ancora un minimo di attività per i carbonai di Riofreddo che avrebbero rifornito l'impianto.

Nonostante le guerre e le carestie, la popolazione di Murialdo, vista da uno Stato delle Anime del 1729, era salita a 1917 persone, suddivise in 367 famiglie, di 76 ceppi familiari, la più consistente era ancora la contrada di Isola Grande, con 40 nuclei familiari divisi in 16 ceppi familiari

(risiedeva in Isola Grande anche la famiglia Pignone, definito “maestro” e proveniente da Rossiglione, probabilmente un personaggio impiegato nella nuova ferriera di Riofreddo).

Nella piana alluvionale vi era poi la contrada Valle con le sue 30 famiglie divise in 8 cognomi.

Oltre il fiume e sul versante c'era la contrada Rive con 5 famiglie divise in 2 cognomi.

A ridosso della contrada Valle, ma sul versante oltre il fiume la contrada Conradi era abitata da 9 famiglie di 5 ceppi familiari.

La percorrenza dalla Valle risalendo verso san Giovanni portava alla contrada Pallareto, dove vivevano 135 persone di 11 ceppi familiari.



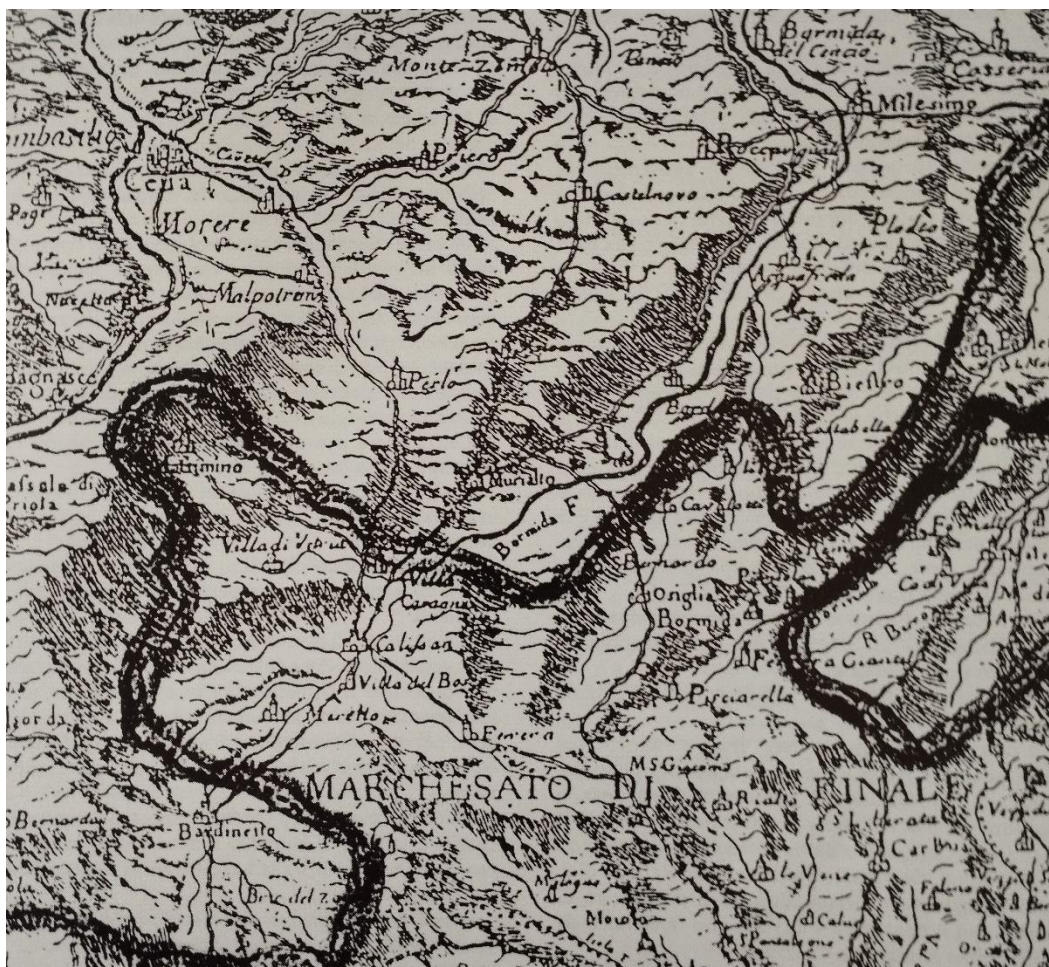


Fig. 9 - Mappa del territorio dell'ing. Borgonio, 1771: Particolare; in evidenza la linea scura del confine di stato tra Savoia e Genova.

Oltre il Pallareto sorgeva la contrada Grassi abitata da 14 persone, tutte del ceppo Bertone. Risalendo il versante si trovava la contrada dell'Altivo con 43 abitanti divisi in 3 nuclei famigliari. Più in alto sul versante si trovava la contrada della Massimina con 42 abitanti divisi in 2 famiglie.

Poco distante dall'area delle Calcinere sorgeva la contrada Cunio con 37 abitanti, tutti della famiglia Franco.

Oltre il Retano di Garrone e sulla via per san Giovanni sorgeva la contrada Poggi abitata da 78 persone divise in 6 famiglie.

Pressoché alla stessa altitudine dei Poggi, la contrada Odelle ospitava 53 persone divise in 4 famiglie. Più in alto si trovava la popolosa contrada Pastori con i suoi 107 abitanti appartenenti a 3 famiglie.

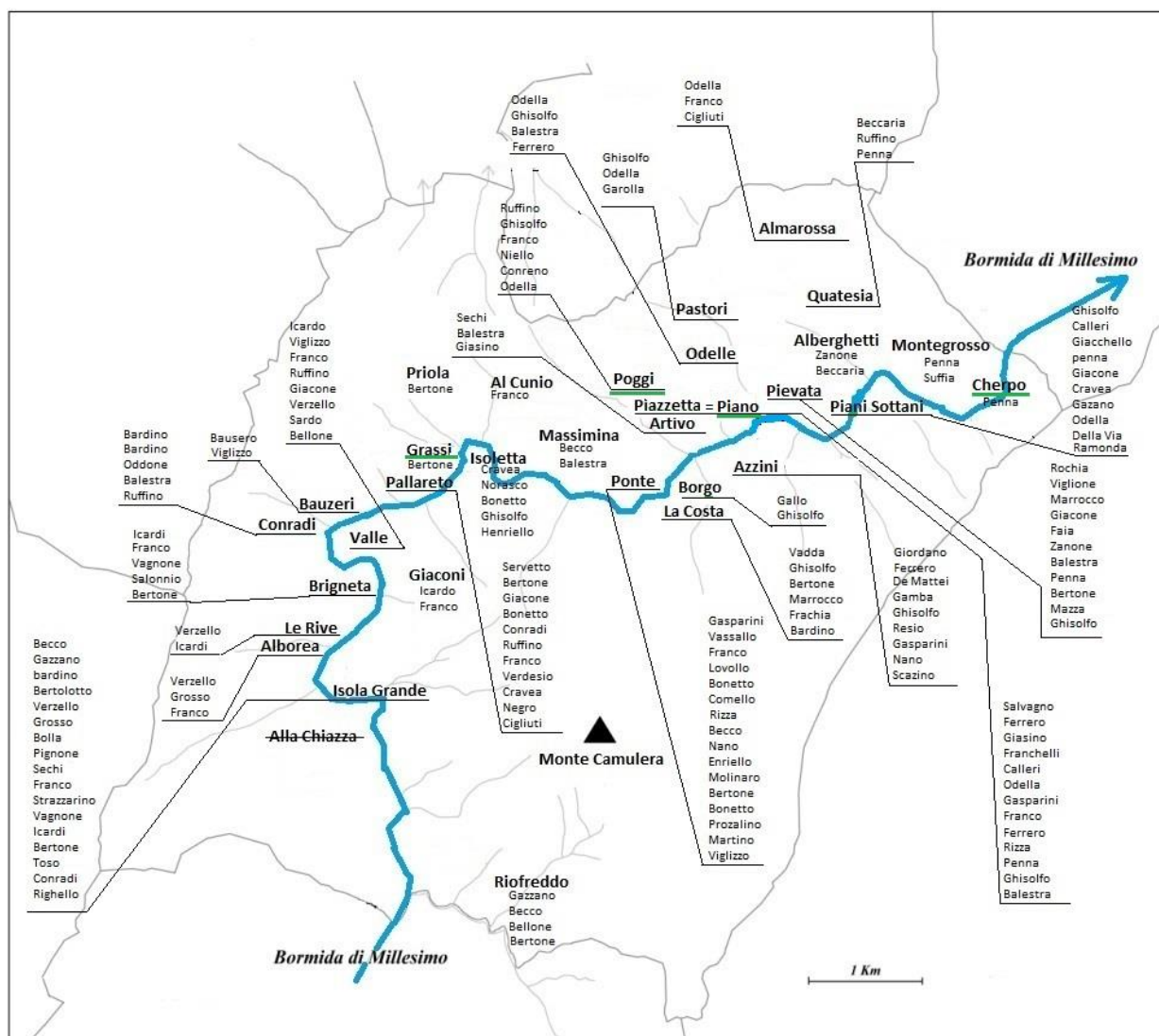


Fig. 10 - Stato delle Anime del 1729: il popolamento del territorio di Murialdo  
(cartografia F. Ciciliot, elaborazione R. Vassallo)

La contrada Alberghetti con i suoi 12 abitanti divisi in 2 famiglie era collocata poco più in basso.

Sul versante del Bric Ronchetti la contrada Quattetia ospitava 38 persone di 3 famiglie. Isolata e lontana sul cammino verso Millesimo sorgeva la contrada dell' Almarossa dove vivevano 65 persone distribuite in 3 famiglie.

Una delle borgate più popolose era la contrada del Ponte con 149 persone suddivise in 14 ceppi familiari.

Poco più a valle del Ponte vi era la contrada del Piano con 104 abitanti divisi in 11 famiglie. A ridosso vi era la contrada Piani Sottani con 77 abitanti suddivisi in 9 famiglie. La contrada Pievata con i suoi 78 abitanti era poco distante. Qui risiedevano 10 famiglie.

Sul versante opposto del fiume, meno soleggiato e quindi meno idoneo ai coltivi ed all'insediamento abitativo, si trovava la contrada Azzini con 87 abitanti suddivisi in 9 famiglie. Sullo stesso versante, oltre il castello, la contrada Costa era abitata da 35 persone di 5 famiglie. All'interno delle mura del castello in rovina vi era il Borgo in cui risiedevano 14 persone di 3 famiglie.

Isolata e lontana da tutti vi era infine la contrada Rifreddo con i suoi 124 abitanti divisi in 3 ceppi famigliari (Vassallo, 2024).

## Conclusioni

La distribuzione dei ceppi familiari sul territorio di Murialdo nel 1729 mostra una maggiore densità di popolazione nelle borgate di pianura, dove compaiono numerosi ceppi familiari "nuovi", mentre le borgate di altura tendono ad un popolamento più "datato", dove restano ceppi familiari di antica collocazione. Fa eccezione la borgata di Riofreddo che, con soli tre ceppi familiari, conta ben 124 abitanti. Questa crescita è però favorita dalla presenza della "ferriera nuova", che dà una spinta notevole a questo insediamento che, non a caso, si sente tuttora autonomo dal capoluogo.

E' evidente che l'insediamento di Murialdo non si coagulò mai in un borgo murato, forse perché, nonostante le sue dimensioni demografiche, si considerò sempre come luogo di passaggio e mancò un legame delle borgate con la struttura castellana, sorta esclusivamente come difesa del ponte. Certamente non vi fu una volontà politica di trasformarlo in *villa nova*, esaltandone così un ruolo strategico-militare.

Il popolamento di questa comunità, che si sviluppò senza più modifiche sostanziali né economiche - almeno sino all'invasione napoleonica del 1794 che sconvolse l'assetto generale delle comunità e della loro gestione - ci evidenzia come i ceppi famigliari registrati nel 1434 fossero molto più numerosi rispetto agli anni successivi presi in considerazione.

Molti di questi cognomi apparvero poi nelle comunità circostanti, di varie giurisdizioni feudali, che evidenziano quindi una mobilità in uscita di notevole entità.

Nonostante le diverse situazioni che ne modificarono il ruolo nel quadro territoriale, dalla seconda metà del XVII secolo al 1729 la tendenza è quella tutto sommato delineata negli anni precedenti: aumentano le famiglie, aumenta la popolazione ma il numero dei cognomi rimane in leggerissimo aumento se non costante negli anni sino al 1729. Questo potrebbe rilevare, a partire dal XVI secolo, la tendenza della comunità murialdese ad una certa chiusura su sè stessa, formando sempre più un'isola demografica a sè stante, probabilmente generata da quella sua antica sorte di terra di confine (Vassallo, 2024).

Questa caratteristica di terra di confine non mutò nei tempi moderni: il confine si spostò soltanto dal versante S dell'appartenenza al Piemonte sabauda a quello N - amministrativo - della Regione Liguria in età repubblicana. Questa piccola comunità, formata da tante borgate sparse, oggi è riuscita a ricostruire una sua identità fatta di orgoglio per il proprio passato e le sue opere, ed una consapevolezza della propria storia anche grazie al "Progetto Murus Altus" ed al lavoro di storici ed archeologi che operarono sul territorio.

## Bibliografia

BALBIS, G. (1979). La Liguria bizantina: una presenza del passato. *Nuova Rivista Storica*, LXIII: 149-186.

BALBIS, G. (1982). *Valbormida medievale, momenti di una storia inedita*. Comunità Montana Alta Val Bormida, Cengio: 83 p.

BARELLI, G. (1907). *Il libro della catena del Comune di Garessio*. Società Storica Subalpina, Torino. 658 p.

BELTRUTTI, G. (1982). *La Certosa di Toirano*. Università di Salzburg: 57 p.

CALCAGNO, P. (2009). La questione del porto di Finale: un banco di prova dell'alleanza Genova-Madrid. In, CALCAGNO, P. (ed.), *Atti del Convegno Storico: Finale tra le potenze di antico regime. Il ruolo del Marchesato sulla scena internazionale (secoli XVI – XVIII)*. (pp. 99-136), Società Savonese Storia Patria, Savona.

CIARLO, D. (2024). Le convenzioni del 1434 stipulate fra gli uomini di Murialdo e Galeotto del Carretto: testo latino e traduzione italiana. In, PRESTIPINO, C. (ed.), *Murialdo, vicende di una comunità nei secoli* (pp. 157-170). Istituto Internazionale di Studi Liguri – Sezione Valbormida & Associazione Murialdo Arte e Storia, Viterbo.

CICILIOT, F.; OGGERINO, A. (2015). Toponimi del Comune di Bagnasco. *Progetto Toponomastica Storica*, n. 28: 3- 20.

CICILIOT, F.; Merialdo, A. (2017). Toponimi del Comune di Murialdo. *Progetto Toponomastica Storica*, n. 36: 3- 24.

CICILIOT, F. (2024). Murialdo, aspetti di una comunità medievale: In, PRESTIPINO, C. (ed.), *Murialdo, vicende di una comunità nei secoli*, (pp. 172-175). Istituto Internazionale di Studi Liguri – Sezione Valbormida & Associazione Murialdo Arte e Storia, Viterbo.

COCCOLUTO, G., RICCHEBONO, M. (1974). Note sui Loca Sanctorum in Liguria: due dediche a san Donato. *Atti e Memorie*, n. s. vol. VIII: 41-66.

COGNASSO, F. (1999). *I Savoia*. ed. Il Corbaccio, Milano: 330 p.

CONTERNO, G. (1979). Pievi e chiese della Diocesi di Alba. *Bollettino della Società per gli Studi Storici, Archeologici e Artistici della Provincia di Cuneo*, 80: 55-88.

DEL LUCCHESI, A.; DELFINO, D. (2008). Metallurgia protostorica in val Bormida. *Archeologia in Liguria*, 1: 35-47.

DEL LUCCHESI, A.; GAVAGNIN, S.; PIROTTO, S.; PRESTIPINO, C., STARNINI E. (2023). Nuovi dati dall'entroterra savonese tra Bronzo finale ed età del Ferro. *Rivista di Scienze Preistoriche*, LXXIII: 329- 344.



DI FABIO, C. (1981). I portali romanici della cattedrale di Genova (contributo alla storia del duomo nel XII secolo). *Bollettino d'Arte*, n. 12: 89-90.

FERRETTO, A. (1909). Documenti genovesi di Novi e Valle Scrivia, I (946-1230). *Bollettino della Società Storica Subalpina*: 12.

FRACCHIA, L. (2024). Recupero funzionale dell'Oratorio della Confraternita di Sant' Agostino. Interventi di restauro 2018 -2023. In, PRESTIPINO, C. (ed.), *Murialdo, vicende di una comunità nei secoli* (pp. 391-416). Istituto Internazionale di Studi Liguri – Sezione Valbormida & Associazione Murialdo Arte e Storia, Viterbo.

FRANCOVICH, O. N. (2000). *Vestigia longobarde in Italia (568-774). Lessico e antroponimia*. Artemide, Roma: 208 p.

GARONI, N. C. (1870). *Codice della Liguria, diplomatico storico e giuridico. Archivi carte cronache statuti ed altri documenti dei municipi ligustici dalle origini al secolo nostro descritti raccolti e illustrati da Nicolò Cesare Garoni savonese*. Tipografia del R. I dè Sordo – Muti, Genova: 320 p.

GASPERINI, M. (1958). La Spagna e il Finale dal 1567 al 1619 (Documenti di archivi spagnoli). In, *Collana Storico- Archeologica della Liguria Occidentale* (pp. 3- 94). Società Storico-archeologica Ingauna, Albenga.

GRUPPO SPELEOLOGICO SAVONESE DLF (2004). Grotte e carsismo dell'Alta Val Bormida. La Bormida di Millesimo. In, *Grotte e Carsismo in Liguria*, vol. II (pp. 84 -87). Claudio Zaccagnino Edizioni, Genova.

LAMBOGLIA, N. (1933). Topografia storica dell'Ingaunia nell'antichità. In, *Collana Storico Archeologica della Liguria Occidentale*, vol. II, n. 4 (pp. 7-43). Società Storico-archeologica Ingauna, Albenga.

LEONARDI, C.; RICCARDI, A.; ZARRI, G. (1998). Il grande libro dei Santi. In, *Dizionario Enciclopedico*, vol. II, (pp. 858- 861). Ed. San Paolo, Torino.

MAZZINO, E. (1989). Murialdo: una comunità insediativa dell'Alta Val Bormida. *Bollettino Ligustico per la Storia e la Cultura Regionale, nuova serie*, 1: 5-17.

MOLINO, B. (2008). *La visita pastorale del vescovo Vincenzo Marino nella Diocesi di Alba (1573-1580)*. Centro Culturale san Giuseppe, Alba: 37 p.

MORIONDO, G. B. (1789). *Monumenta Aquensia, II, rist. an.* Editrice Forni Editore, Bologna.

MUSSO, R. (2009). Un sì benigno signore et principe et amatore dè sudditi suoi. In, Calcagno, P. (ed.), *Atti del Convegno Storico: Finale tra le potenze di antico regime. Il ruolo del Marchesato sulla scena internazionale (secoli XVI – XVIII)*, (pp. 9-68). Società Savonese Storia Patria, Savona.

MUSSO, R. (2020). I Del Carretto di Finale tra medioevo ed età moderna. In, Caldera, M.; Murialdo, G. E Tassinari, M. (eds.), *I Del Carretto, potere e committenza artistica di una dinastia signorile tra Liguria e Piemonte (XIV-XVI secolo)*, (pp. 19-106). Ed. Scalpendi, Milano.

ODELLO, G.M. (2010). *Perlo e la sua gente*. Comune di Perlo, Villanova Mondovì: 69 p.

OLIVIERI, D. (sd). *Testimonianze di arte tardo-medioevale, lungo la Bormida di Millesimo*. Tesi di laurea in storia dell'arte medioevale. Università degli Studi di Torino, Facoltà di lettere. Torino.

PALAZZI, P.; PARODI, L.; MURIALDO, G. e PRESTIPINO, C. (2007). Alle radici del marchesato: il territorio di Millesimo prima degli Aleramici. In, PRESTIPINO, C.; MAMMOLA, S. (eds.), *Millesimo e i Del Carretto, vicende storiche ed opere di un casato (i segni sul territorio)*. (pp. 73-84). Istituto Internazionale di Studi Liguri – Sezione Valbormida, Cairo Montenotte.

PATRIA, L. (2007). Il priorato monastico di Priola e la rete periferica delle dipendenze di San Giusto di Susa (secoli XI-XIII). *Bollettino della Società per gli Studi Storici Archeologici Artistici della Provincia di Cuneo*, 136: 133-158.

PIPINO, G. (2005). Possibile sfruttamento antico del giacimento cupro-argentifero di Murialdo - Pastori (SV). In, *Liguria Mineraria: miscellanea di giatimentologia, mineralogia e storia mineraria*. (pp. 11-18). Museo Storico Oro Italiano, Ovada.

PHILELPHO, J. M. (2012). *Bellum Finariense 1447*. Associazione Emanuele Celesia, Finale Ligure: 117 p.

PISTARINO, G. (2001). Dal Municipio pagano d'Acqui alla città cristiana. *Urbs. Silva et flumen*, anno XIV, n. 3-4: 176-181.

PRESTIPINO, C. (1984). Arte rupestre e megalitismo nell'entroterra savonese. *Sabazia*, 7: 7-12.

PRESTIPINO, C. (2006). Un "Maestro" semisconosciuto, il Magister Garonus: un murialdese? In, G. VALLERO, G. (ed.), *Pittori e scultori della Valbormida*, (pp. 36-41). Centro Culturale Plodio, Ceva.

PRESTIPINO, C. (2005). *Bagnasco, appunti di storia (con la collaborazione di A. Oggerino)*, vol. I°. Comune di Bagnasco, Mondovì. 133 p.

PRESTIPINO, C. (2022). Una via di penetrazione dal Cebano al mare. *Il Quadrifoglio*, anno XII, 27: 33- 35.

PRESTIPINO, C. (2022a). Da Savona alle Alpi verso Santiago. Compostella. Rivista del Centro Italiano di Studi Compostellani, 43: 18-31.

PRESTIPINO, C. (2024). Murialdo, cenni storici. In, PRESTIPINO, C. (ed.), *Murialdo, vicende di una comunità nei secoli*, (pp. 18-135). Istituto Internazionale di Studi Liguri – Sezione Valbormida & Associazione Murialdo Arte e Storia, Viterbo.

PROVERO, L. (1991). Quadro territoriale e progetti di affermazione dei primi marchesi del Vasto (XII secolo). *Bollettino Storico Bibliografico Subalpino*, anno LXXXIX: 5-89.

SCAVINO, G. L. (1973). *Storie e racconti della Val Bormida e del Ponente. Leggende Epantere*. Tipografia Valbormida, Cengio: 85 p.

SISTA, A. (2017). La Santa Caterina della colonna. In, SISTA, A. (ed.), *Storia di un ritrovamento. La colonna affrescata di Santa Caterina nella chiesa di San Lorenzo in Murialdo e altri restauri*. (pp. 9- 21). Associazione Murialdo Arte e Storia, Viterbo.

SISTA, A. (2024). Arte a Murialdo. Tra storia e devozione. In, Prestipino, C. (ed.), *Murialdo, vicende di una comunità nei secoli*. (pp. 343-390). Istituto Internazionale di Studi Liguri – Sezione Valbormida & Associazione Murialdo Arte e Storia, Viterbo.

TACCHELLA, L. (1977). *I Cavalieri di Malta in Liguria*. ed. Tilgher, Genova: 196 p.

VASSALLO, R. (2010). Le chiese di Cosseria. Fotogrammi di un'evoluzione. In, PRESTIPINO, C.; VASSALLO, R.; PALAZZI, P. e PARODI, L. (eds.), *Cosseria e la sua castellania*. (pp. 51-182). Istituto Internazionale Studi Liguri – Sezione Valbormida & Comune di Cosseria. Pro Loco di Cosseria.

VASSALLO, R. (2024). La Popolazione di Murialdo: cinque fotogrammi (1434, 1568, 1579, XVII sec., 1712 e 1729). In, PRESTIPINO, C. (ed.), *Murialdo, vicende di una comunità nei secoli* (pp. 443-473).

Istituto Internazionale di Studi Liguri – Sezione Valbormida & Associazione Murialdo Arte e Storia, Viterbo.

VERRINI, A. (2005). *Nero come la grafite. Settant'anni di attività mineraria in un piccolo paese della Valbormida*. Gruppo Grotte CAI Novara & Istituto Internazionale di Studi Liguri – Sezione Valbormida, Novara. 17 p.

VITALE BROVARONE, A. (a cura di) (1999). *Iacopo da Varagine. Legenda aurea*. Einaudi, Milano: 325 p.

## CIL II 45 – EM RECONSIDERAÇÃO

### REVISITING CIL II 45

José d'Encarnação

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra  
Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património  
Rua Eça de Queiroz, 89 – Pampilheira  
P – 2750-662 CASCAIS  
[jde@fl.uc.pt](mailto:jde@fl.uc.pt)

*À memória de Manfred Clauss –  
Ao Amigo e ao Epigrafista de mérito*

#### Resumo

Emílio Hübner publicou CIL II 45 a partir de um desenho de Frei Manuel do Cenáculo de um monumento que desaparecera (Fig. 1). As dificuldades de interpretação apontadas só agora puderam ser analisadas perante a descoberta do monumento. Procura-se justificar-se a confirmação de ser um ex-voto à divindade *Iuventus*; e, dada a circunstância de serem escassas as dedicatórias a esta divindade, aproveita-se para salientar a importância documental que esta epígrafe detém, tanto no plano geral do Império como, de modo especial, no contexto de *Pax Iulia*, capital do *conventus Pacensis*, na Lusitânia, nomeadamente tendo em conta a estreita relação de *Iuventus* com o poder imperial.

**Palavras-chave:** CIL II 45, culto a *Iuventus*, servos, *Pax Iulia*, Lusitânia romana.

#### Abstract

Emílio Hübner published CIL II 45 from a picture of Frei Manuel do Cenáculo that had disappeared (Fig. 1). The mentioned difficulties in interpretation only now could be analyzed in face of the rediscovery of the monument. It is aimed to justify the confirmation of being an ex-voto to the deity *Iuventus*; and, given the circumstance of being scarce the dedications to this divinity, we take the opportunity to highlight the documental importance that this inscription has, either in the general plan of the Roman Empire, or, in a special way, in the context of *Pax Iulia*, capital of *conventus Pacensis*, in Lusitania, namely having in consideration the close relation of *Iuventus* with the Imperial power.

**Key words:** CIL II 455, the cult of *Iuventus*, slaves, *Pax Iulia*, Roman Lusitania



Indica-se noutro lugar (Encarnação 2025, no prelo) o que, ao longo dos anos, se foi escrevendo acerca deste monumento epigráfico, deveras intrigante pelas dificuldades de interpretação que colocava, mormente tendo em atenção que dele apenas se conhecia o desenho de Frei Manuel do Cenáculo, guardado na Biblioteca Pública de Évora.

Trata-se de uma árula votiva romana, de mármore de Trigaches, encontrada em reutilização num edifício da cidade de Beja, e que pertence ao Sr. Carlos Mendes, morador nessa cidade de Beja, o qual prontamente aceitou a facultar a observação do monumento, o que muito se lhe agradece.

O capitel desapareceu com a reutilização como material de construção. A sua graciosidade postula a, mui provável, existência de um *foculus* ladeado de toros. Da moldura que separava o capitel do fuste, possivelmente nas quatro faces, resta apenas a frontal, de dois toros desiguais no tamanho seguidos de gola directa. Também na base existiria moldura, que desapareceu por completo.

Dimensões: 19,8/18,7 x 17/16 cm.

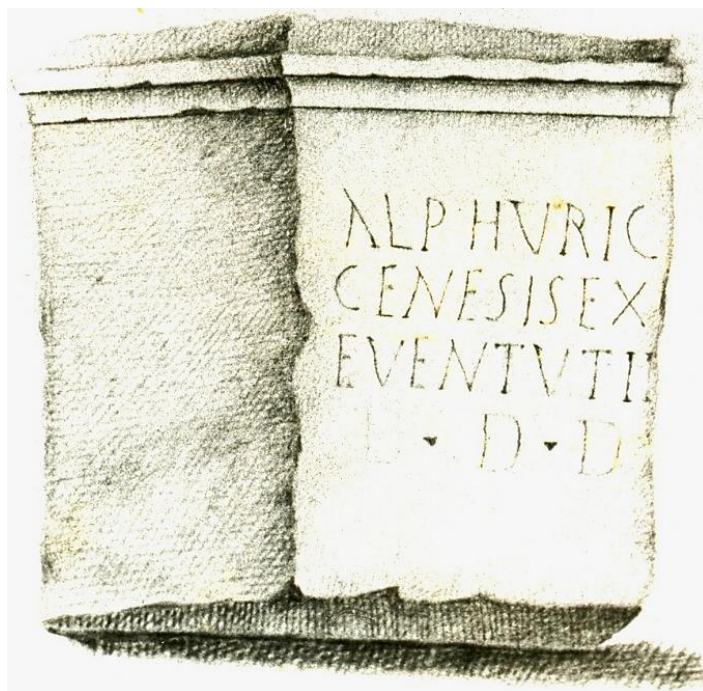


Fig.1 - Desenho de Frei Manuel do Cenáculo

As fotos então feitas permitiram concluir:

1ª) Não se confirma que tenha havido uma linha 1 martelada: a imagem em pormenor da superfície da pedra (veja-se Fig. 2) não permite essa hipótese, por não haver o mínimo vestígio de uma gravação e ulterior martelagem: «Não só parece que onde deveria estar a primeira linha não há nenhum rebaixamento como parece mesmo que a área até não foi tão bem preparada para ser epigrafada como a própria área epigrafada», verificou Alexandre Canha.

2ª) Confirma-se o perfeito alinhamento do texto à esquerda e o esborcelado do lado direito não foi suficientemente amplo para levar alguma letra, de que, aliás, não há vestígio; só na l. 1 levou pouco mais de metade do O.

3ª) Na linha 2, ainda que o antropónimo habitual se grafe com G, o que está patente na pedra é C: por lapso de leitura do lapicida ou por ser corrente a ‘alternância’ da grafia desse som (veja-se *Caius* e *Gaius*).

4ª) Se os dois UU podem, por vezes, fundir-se num só, sobretudo quando ambos detêm o mesmo som, aqui o *ordinator* optou pela supressão de um por razões estéticas, de paginação. Aliás, não se afigura estranho que, por idênticos motivos (fácil compreensão do texto e falta de espaço), tenha dispensado o V (de *voto*) no fim da linha 2; aliás, já Hübner indicara que a palavra *voto* estaria subentendida.

5ª) O desgaste ao nível do princípio da última linha fez com que desaparecesse A e ficasse menos clara a sigla seguinte, L.

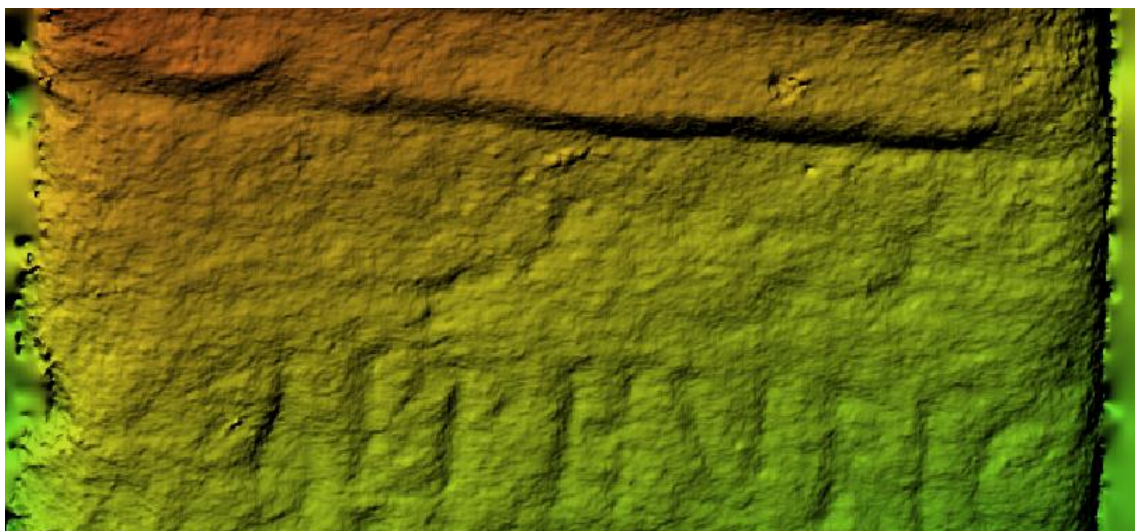


Fig.2 – Pormenor da parte superior do campo epigráfico

Deste modo, a leitura da epígrafe é como segue (Fig. 3):

ALPHVRIQ / CENESIS EX (voto) / I[V]ENTVTI / [A(nimo)] · L(ibens) · D(ono) ·  
D(edit)

*Alfurião, de Génesis, por voto à Juventude, de ânimo livre ofereceu.*



Fig. 3 – Face epigrafada da árula. À direita, imagem com filtro.

Altura das letras: l. 1: 2,6; l. 2: 2,1; l. 3: 2,3; l. 4: 2,5. Espaços: 1: 4,5; 2-4: 0,5; 5: 3.

Bibliografia (sumária): CIL II 45; IRCP 230; Encarnação 2025 (no prelo).

Paginação com rigoroso alinhamento à esquerda e regulares espaços interlineares. Verifica-se que o *ordinator* apontou para paginar o texto a meio do campo epigráfico, deixando um espaço sensivelmente igual tanto em cima como em baixo (Fig. 4). A pontuação, de pontos circulares, observa-se apenas nas siglas finais.

Caracteres actuários, esguios, com ligeira inclinação para a frente: o P não é fechado; H apertado, de barra ligeiramente acima do nível médio; V assimétrico; o R claramente desenhado a partir do P; S estreito e alongado; os T de barras curtas.

Por estar grafado com ph, parte-se do princípio de que *Alphurio* (nominativo) é antropónimo etimologicamente grego. Até ao presente, a crer na fiabilidade da base de dados EDCS, não se documentou nenhum outro testemunho do seu uso; foneticamente



próximo há *Palphurius*, *nomen* de uma família de *Caesarobriga* (HEp 2013 101; Encarnação 2023, 728), que também poderia ter sugerido a Hübner a probabilidade de aqui se reconstituir *Palphuria*; e, porventura, *Alphius*, de que Solin (1982, p. 640) registou 9 casos na epigrafia da cidade de Roma, dos quais seis a identificar libertos, havendo perto de três dezenas referenciados em EDCS.



Fig.4 – Aspecto da paginação

O segundo antropónimo – *Cenesis* (= *Genesis*) – está em genitivo e é do género feminino: Solin (1982, p. 1201) cita, de Roma, *Aburia Genesis*, *Sosia Genesis*, *Genesis Veneria*, *Aelia Genesis*. Exerce, pois, nestes exemplos, a função de *cognomen*, o que, atendendo ao facto de *Alphurio* não ser um *nomen* e ser masculino, não pode considerar-se aqui. Opta-se, daí, por lhe atribuir a função de determinativo: de posse ou de maternidade? Se de posse, dava-se claramente a *Alphurio* a condição de servo; acontece, porém, que a invulgar conotação de maternidade – Génese, a mãe de Alfurião – também não excluiria a sua pertença à classe dos servos, envolta aqui, portanto, num manto de ambiguidade, como não seria de admirar. Recordam-se – por outro lado e, porventura, a propósito –

as inscrições votivas em que o servo identifica por extenso o nome do seu senhor, na clara intenção de o associar como dedicante do ex-voto: é o caso de *Threptus*, que se identifica *C(ai) Appulei Silonis ser(vus)*, quando agradece a *Fontano(a)* o facto de ter encontrado água (IRCP 437); ou o de *M(arcus) Octavius Theophilus*, que faz um ex-voto *Isidi Dominae* e se identifica *Octaviae M(arci) f(iliae) Marcellae Moderatillae lib(ertus)* (IRCP 182)...

À primeira vista, atendendo à dedicatória *Iuventuti Augustae* feita por *C. Marcius Niger ob honorem flaminatus* (CIL II 1935, de Casares, Málaga), ainda que possa ser caso único, houve, pelo menos em determinado momento, a ideia de associar *Iuventus* ao carácter sagrado, augusto, do imperador, ideia que esteve subjacente na frequente atribuição do título de *princeps iuventutis*, como J. A. Hild teve ocasião de assinalar:

«Sob o Império, a religião de *Juventas* foi, de certo modo, usurpada a favor das famílias imperiais: o herdeiro do poder supremo foi declarado *princeps iuventutis* e colocado à frente da ordem dos cavaleiros. *Juventus* tornou-se, então, a personificação não já de toda a juventude romana mas a personificação do chefe vindouro. Há numerosas inscrições em honra de *Juventus Augusta* e moedas que lhe reproduzem a imagem. Mais tarde, a antiga religião de *Jupiter Juvenis* confundir-se-á com a do imperador jovem, que, nas moedas, assume os atributos do deus» (in DA s. v. “Juventas, Juventus” – p. 785-786).

Compulsando a base de dados EDCS, verifica-se, de facto, a existência de largas dezenas de inscrições com a menção de *princeps iuventutis*. Anote-se, porém, que o vocábulo perderá, nesse contexto, a conotação estreitamente religiosa, divina, para ser entendido, de preferência, como ‘príncipe’ dos jovens e mesmo fautor e exemplo do vigor juvenil. Veja-se, nesse aspecto, a homenagem prestada, em 308-309, em Luxor, ao *nobilissimus Caesar Flavius Valerius Constantinus* pelo *vir perfectissimus Aurelius Maximinus*, que lhe atribui os títulos de *Iuventutis auctor et pacis aeternae conservator* (AE 2005 44). *Auctor* no sentido de ‘fomentador’, ‘propiciador’.

O mesmo se poderá dizer das associações de jovens (*sodalicia, collegia...*). Poderão estar implicitamente sob a protecção da divindade *Iuventus*, a eterna consorte de Hércules,<sup>2</sup> mas esse laço afigura-se ser muito ténue, sobretudo se pensarmos que depressa passam a ter uma preponderante conotação local, integrando-se no currículo dos notáveis<sup>3</sup> as funções próprias do seu *magister, sacerdos, flamen, praefectus...*

Por outro lado, não seria admissível que, se colocadas sob a especial protecção de *Iuventus*, outras divindades se invocassem, como se verifica: em *Mogontiacum*, no ano de 220, a dedicatória *Genio collegii iuventutis vici Apollinensis* (CIL XIII 6688); nessa mesma *Mogontiacum*, no ano de 199, *Genio iuventutis Vobergensis* (CIL XIII 6689); em *Concordia*, no ano de 242, *Genio collegii iuventutis* (CIL XIII 7424); em *Aquae Iasae*, o *collegium iuventutis* fez dedicatória *Dianae et Nymphis* (AE 1938 156)...

Alude Joseph-Antoine Hild ao culto a *Iupiter Iuvenis*. De semelhante poderá ser a dedicatória CIL XI 3245, de *Sutrium*, consagrada *Iovi Iuventuti*. Os editores não puseram dúvidas na leitura e, por conseguinte, não havendo a conjunção *et*, postular-se-á uma identificação de Júpiter com *Juventus*. Trata-se de um caso único.

No concernente a inscrições dedicadas expressamente a *Juventus*, há conhecimento das seguintes:

– Num texto de Brescia (antiga *Brixia*) – CIL V 4244 – diz-se que *Glycerus* fez uma oferta *Iuventuti*. Vêm depois três siglas – C · M · S –, certamente de qualificativos da divindade, cujo desdobramento por enquanto ainda se não logrou.

– Na inscrição CIL V 4088, da antiga *Bedriacum*, lê-se *Iuventuti Artanorum posuit collegium*. Desconhece-se o significado de *Artani*, na medida em que, até ao momento, este é o único testemunho do termo.

– Procede de Vobarno (antiga *Voberna*, na Península Itálica) a inscrição que *Tiberius Publicius Primitivos* [sic], identificando-se como *saltuarius pagi Veneri*, ofereceu *Iuventuti*. Parece, pois, ser esta, juntamente com a inscrição de *Pax Iulia*, as únicas em que a *Iuventus* se presta culto sem epítetos a singularizá-la, o que não deixa de ser curioso, atendendo a que *Primitivus* é guarda florestal, profissão que, à primeira vista, pouco terá de relacionável com a Juventude. Vale, contudo, a pena transcrever o comentário exarado em *L'Année Épigraphique* (AE 2020, 592), a propósito dessa epígrafe:

«O culto de *Iuventus* é raro fora de Roma. Conhece-se em *Brescia* um colégio *Iuvenum Brixianorum* que tinha os seus próprios sacerdotes. O dedicante desta inscrição era provavelmente um antigo servo público dos habitantes de *Brescia*, liberto quiçá na época de Tibério, dado o seu nome. Exercia a função de guarda florestal. O *pagus*, como acontece frequentemente, tem o nome duma divindade».

Adianta-se como datação o século I d. C.

## Conclusões

Permitam-se-me, por consequência, três conclusões, na sequência do que se acaba de transcrever:

1ª) Não parece ter sido alvo frequente de estudo o culto à divindade *Iuventus*. Assim, o panorama que se logrou traçar contradiz, por exemplo, a frase «o culto a *Iuventus* é raro fora de Roma». É – *tout court* – raro, tanto na cidade de Roma como nas províncias, sobretudo se tivermos em conta que apenas conseguimos identificar três dedicatórias exclusivamente à divindade.

2ª) A íntima relação da palavra *Iuventus* com o poder imperial não implicou um culto expresso à divindade em si, ainda que, no quotidiano, alguma vez a noção de ‘juventude’ pudesse ter sugerido o ente divino. Não se pode garantir essa ilação, mas também não se deve, sem mais, recusá-la.

3ª) A circunstância de serem muito raras as dedicatórias a *Iuventus* e, por outro lado, essa inegável conotação do conceito ao poder imperial contribuem eficazmente para atribuir a esta árula de *Pax Iulia* o relevo de um documento verdadeiramente excepcional, a confirmar o que se tem vindo a sublinhar: a capital do *conventus Pacensis* manteve sempre um estreito relacionamento com o poder central. E não deixa de ser bem interessante documentá-lo mediante a análise de mui singela árula votiva.

## Notas:

- (1) Estou grato a Alexandre Canha pela aplicação de filtros que muito facilitaram a leitura.
- (2) Sintomático, nesse aspecto, o facto de, em *Trebula Mutuesca*, o *magister iuventutis Caius Cresidius Severus* ter restaurado um altar de Hércules (CIL IX 8872). Além disso, no que concerne à «eternidade» de *Iuventus*, seria aliciante poder apontar o testemunho patente no bloco de mármore achado, em 1909, aquando da demolição do campanário do mosteiro do Santíssimo Crocifisso, em Treia (antiga *Trea*), onde se lê: *Aeternitati Iuventutis Ulpianae Augustae*. Anota-se, em AE 2000 489, que se trata duma «dedicatória sem paralelo à Eternidade da associação local dos *iuvenes*», explicitando: «A *Iuventus Ulpiana Augusta* poderia dizer respeito aos jovens que haviam beneficiado dos *alimenta*». Mas essa designação situar-se-á aqui, decerto, num horizonte completamente diverso.
- (3) Por exemplo, em *Vienna*, refere-se o cidadão *Decimus Titius Iustus Ilvir iure dicundo et flamen iuventutis* (CIL XII 1902); Em Grenoble (*Gratianopolis*), registou-se a memória de *Sextus Iulius Condianus, flamen iuventutis, quaestor coloniae Viennensium* e *aedilis* (EDCS-09200652); em *Anagnia*, *Tiberius Claudius Crescentianus* foi *patronus municipii, quinquennalis, praetor, quaestor bis, sacerdos iuventutis Anagninae* (CIL X 5919).

## Bibliografia

AE = *L'Année Epigraphique*, Paris. [Indica-se o ano e o nº da inscrição].

CENÁCULO, Frei Manuel do. *Manuscrito da Biblioteca Publica de Évora: Álbum de Antiguidades Lusitanas e Luso-romanas e Lapidés do Museu Sesinando Cenáculo Pacense* [Códices CXXIX/1-13 ed 1-14].

CIL II = HÜBNER, E. (1869 e 1892). *Corpus Inscriptionum Latinarum – II*. Berlim.

DA = DAREMBERG, Ch.; SAGLIO, E. 1969 -: *Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines*, Graz.

EDCS = Epigraphik Daten-bank Claus / Slaby, acessível em:

ENCARNAÇÃO, José d' (2023). Romanos – os testemunhos inscritos. *Cadmo*, supl. 4/I: 721-732. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.  
<https://hdl.handle.net/10316/115485>

ENCARNAÇÃO (José d'). CIL II – Uma epígrafe intrigante. *Scientia Antiquitatis*, 9 2025 (no prelo).

*Hep* = *Hispania Epigraphica*, revista editada pela Universidade Complutense de Madrid. Indica-se, geralmente, o número, a data da publicação e o número da inscrição

IRCP = ENCARNÇÃO, José d' (1984). *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. — *Subsídios para o Estudo da Romanização*. Coimbra.

SOLIN, H. (1982). *Die griechischen Personennamen in Rom. Ein Namenbuch*, 1, Berlin-Nova Iorque (3 vo1.).



# **OBSERVACIONES PALEOGRÁFICAS DE UNA INSCRIPCIÓN VISIGODA HALLADA EN CACÍN (GRANADA): OPTIMIZACIÓN DE LA LEGIBILIDAD A TRAVÉS DE TRATAMIENTO 3D**

## ***PALAEOGRAPHIC OBSERVATIONS OF A VISIGOTHIC INSCRIPTION FOUND AT CACÍN (GRANADA): LEGIBILITY OPTIMIZATION THROUGH 3D TREATMENT***

**Pau Marimon Ribas**

Universitat de les Illes Balears.

Departament de Ciències Històriques i Teoria de les Arts

[p.marimon@uib.cat](mailto:p.marimon@uib.cat)

**Ignacio Triguero**

Universidad de Alcalá.

Facultad de Filosofía y Letras. Departamento de Historia y Filosofía

[ignaciotriguero@gmail.com](mailto:ignaciotriguero@gmail.com)

**Jordi Pérez González**

Universidad de Alcalá.

Facultad de Filosofía y Letras. Departamento de Historia y Filosofía

[jordi.perezg@uah.es](mailto:jordi.perezg@uah.es)

### **Resumen**

Este artículo presenta el estudio paleográfico y contextual de una inscripción visigoda inédita hallada en la localidad de Cacín (Granada), que menciona explícitamente al rey Witiza y constituye uno de los escasos testimonios epigráficos conservados con su nombre. La pieza fue documentada exhaustivamente mediante fotogrametría y modelos 3D, lo que permitió optimizar su lectura y análisis formal. Se examinan con detalle el trazado de las letras, la técnica lapidaria y las posibles abreviaturas y ligaduras empleadas, así como la estructura del texto, distribuido en nueve líneas en capital cuadrada. A nivel histórico, el epígrafe evidencia la pervivencia del mundo cristiano en la Bética durante las últimas décadas del reino visigodo y sugiere una cercanía del difunto a la corte real. El trabajo complementa un estudio previo publicado en *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik* y aporta nueva documentación sobre la epigrafía altomedieval en la península ibérica.

**Palabras clave:** epigrafía, reino visigodo, Witiza, modelo 3D, siglo VIII.

## Resumo

Este artigo apresenta o estudo paleográfico e contextual de uma inscrição visigoda inédita encontrada na localidade de Cacín (Granada), que menciona explicitamente o rei Witiza e constitui um dos escassos testemunhos epigráficos conservados com o seu nome. A peça foi documentada exaustivamente mediante fotogrametria e modelos 3D, o que permitiu otimizar a sua leitura e análise formal. Examinam-se com detalhe o traçado das letras, a técnica lapidária e as possíveis abreviaturas e ligações empregues, assim como a estrutura do texto, distribuído em nove linhas em capital quadrada. A nível histórico, a epígrafe evidencia a sobrevivência do mundo cristão na Bética durante as últimas décadas do reino visigodo e sugere uma aproximação do defunto à corte real. O trabalho complementa um estudo prévio publicado em *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik* e contribui com nova documentação sobre a epigrafia alto medieval na Península Ibérica.

**Palavras-chave:** epigrafia, reino visigodo, Witiza, modelo 3D, século VIII.

## Introducción

La inscripción aquí presentada procede de una colección particular y fue descubierta de manera fortuita en la década de 1970 en las obras de una de las casas del pueblo de Cacín (provincia de Granada). Según comunicación oral de los aldeanos se encontraba en el interior de una pared medianera. No se dispone de información adicional sobre las circunstancias específicas del hallazgo.

Cacín se encuentra en la comarca de Alhama, localizada al norte de las sierras de Tejeda y Almijara, formaciones montañosas pertenecientes a la cordillera Penibética, las cuales actúan como una barrera física entre las provincias de Granada y Málaga. La localidad se sitúa en el margen derecho del río Cacín, un afluente del río Genil. A medida que desciende desde el pantano de los Bermejales, el río Cacín conforma una de las principales gargantas fluviales de la cordillera Penibética, que en épocas pasadas representaba una de las pocas vías de acceso desde la costa mediterránea al interior de la península ibérica.

Desde época prehistórica, la comarca de la Alhama ha destacado por un poblamiento significativo. Sus orígenes podrían remontarse al Neolítico inicial, como lo evidencian vestigios como el denominado vaso de Cacín, una pieza neolítica con decoración impresa, junto con otros hallazgos prehistóricos localizados en los llamados Tajos de Cacín (Carrasco et al. 2010). A lo largo de estos parajes, los caminos revelan diversas tipologías de sepulturas, lo que sugiere la posible presencia de algún tipo de asentamiento vinculado a ellas (Capel Martínez et al., 1981).

Asimismo, en la cabecera de la cuenca del río Cacín se localiza La Mesa de Fornes, una estratégica fortificación que ha sido relacionada con la temprana semitización de la Vega de Granada. Este yacimiento, que conserva potentes estructuras arquitectónicas y en el que se constata una notable presencia de grafitos y marcas alfareras fenicias, está asociado a una importante vía de comunicación que conectaba el interior con la costa

mediterránea fenicia en el siglo VIII a. C., durante la transición entre el final de la Edad del Bronce y el inicio de la Edad del Hierro (Pachón Romero y Carrasco Rus, 2009). En todo caso, este y otros hallazgos son indicativos de la existencia de un poblamiento temprano en el lugar y muestran la existencia de una importante vía de comunicación a través del sistema Penibético, entre la costa mediterránea y la depresión de Granada, que tuvo continuidad en siglos posteriores.

En abril de 2025 se presentó en *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik* un artículo donde se hizo una primera descripción de la pieza y se profundizó en las principales locuciones y fórmulas empleadas en el texto, además del probable contexto histórico social del personaje principal, *Falidius Zoilonius*. Remitimos a los lectores al estudio inicial (Marimon Ribas, Pérez González 2025).<sup>1</sup>

## Descripción del epígrafe

La inscripción ha llegado completa y su estado de conservación es casi excelente, aunque en la parte central ha sufrido alguna pérdida textual debido al roce o rotura mínima y parcial de la superficie frontal del soporte. Sin mucha complicación hemos propuesto las letras de la inscripción que permiten obtener un desarrollo lógico del texto, viéndose afectadas algunas situaciones de las líneas 1, 2, 3 y 6 (véase fig. 1). En este sentido, consideramos estar ante la totalidad del soporte, ya que las líneas de separación de las líneas están completas, a falta de la superior con una leve erosión del soporte. Además, el texto se adecua en su parte inferior al tamaño de la pieza, ocupando toda la extensión de la pieza.

La lengua utilizada para la elaboración de la inscripción es la latina. Con una técnica de escritura a partir de inscripciones incisas sobre piedra con cincel y letra capital cuadrada. En mayo de 2024 realizamos una exhaustiva autopsia de la inscripción, con la toma un registro fotográfico completo y la medición detallada de sus dimensiones. El soporte presenta variaciones en altura, con medidas que van desde los 33,70 cm en su lado izquierdo hasta los 37,50 cm en el derecho, con una altura central de 36 cm. Su anchura también muestra diferencias, oscilando entre los 31,90 cm en la parte superior, los 32,10 cm en la zona central y los 29,50 cm en la parte inferior. En lo que respecta a su grosor, se ha determinado que la pieza cuenta con 8 cm incrustados en el tabique y 3 cm que sobresalen del mismo, formando la parte visible actual del monumento.

El campo epigráfico alcanza en su sección central una altura máxima de 36 cm y, en su punto más ancho, una medida de 31 cm en la separación entre las líneas 4 y 5. Las dimensiones de las letras muestran una altura promedio muy homogénea de entre 3,7 y 4 cm en la mayoría de las líneas. No obstante, en la novena línea se observan diferencias notables debido a la adaptación del texto a la forma del soporte pétreo, con una variación que va desde los 2,7 cm en la sección inferior izquierda hasta los 5,5 cm en la parte inferior derecha.

Finalmente, se estima que el peso total del monumento ronda los 20 kilogramos, lo que sugiere una pieza robusta, aunque manejable. Estos datos, en su conjunto, permiten

una comprensión detallada de la materialidad y las características físicas de la inscripción, elementos esenciales para su correcta interpretación y conservación.

## Metodología para la optimización de la legibilidad a través de tratamiento tridimensional

El proceso llevado a cabo para mejorar la legibilidad de la inscripción sigue las líneas generales expuestas en trabajos anteriores por nosotros (Triguero *et al.* 2021; González Cordero *et al.* 2022) y sintetizadas posteriormente para una amplia casuística (Triguero 2023). Este consiste en la obtención de un modelo tridimensional digital que permite aplicar herramientas especialmente diseñadas para amplificar algunas características del soporte. El modelo 3D se genera mediante la técnica conocida como SfM (*structure from motion*) (Micheletti *et al.* 2015), aplicada mediante el software Agisoft Metashape®. Posteriormente, utilizamos la herramienta Meshlab (Cignoni *et al.*, 2008) como entorno de interacción con el objeto. Dentro de este último software han sido empleadas las siguientes utilidades: *Simplification: Clustering Decimation*, *Lambertian Radiance Scaling* (Vergne *et al.*, 2010) y *Algebraic Point Set Surface* (APSS) (Guennebaud & Gross, 2007), todo ello acompañado de la función *Iluminación Dinámica*. Finalmente, se emplea Adobe Photoshop© para modificar la gama de colores a aquella que mejor favorezca la visualización.

## Comentario paleográfico

La obtención del modelo 3D ha facilitado la lectura de la inscripción. Esta carece de signos de puntuación y está distribuida en nueve líneas. Presenta una *ordinatio* cuidadosamente trabajada, con total simetría entre líneas y una separación fija de 3 centímetros. El lapicida aprovechó al máximo la superficie disponible, adaptando el texto a la forma del soporte cuando las irregularidades de la pieza lo hicieron necesario, pero sin modificar su parte inferior. El *ductus* confirma que toda la inscripción fue realizada por una única mano.

Para la buena estructuración del texto, el lapicida se permite la licencia de fijar hasta nueve líneas de separación entre cada una de ellas, sin fijar ninguna en el cierre. Tanto los símbolos cristianos del crismón y del pez evidencian visualmente el inicio y el fin del texto. La anchura de las líneas en centímetros y cuyo inicio y fin se reconocen claramente por la marca triangular del cincel es la siguiente: la línea superior: 25,5 reconocibles, aunque el soporte se extiende hasta los 26 cm. Existen restos irreconocibles del trazo de la línea en la sección superior derecha. Línea de separación 1 y 2: 28,9. Línea de separación 2 y 3: 30. Línea de separación 3 y 4: 30,7. Línea de separación 4 y 5: 31,3. Línea de separación 5 y 6: 31,4. Línea de separación 6 y 7: 32. Línea de separación 7 y 8: 31,3. Línea de separación 8 y 9: 30,2.







Fig. 2 – Modelo de falso color (APSS) de la inscripción visigoda. Tratamiento de Ignacio Triguero (a partir de ahora IT).



Fig. 3 – Modelo de relieve aumentado (Lambertian Radiance Scaling) de la inscripción visigoda. Tratamiento de IT.



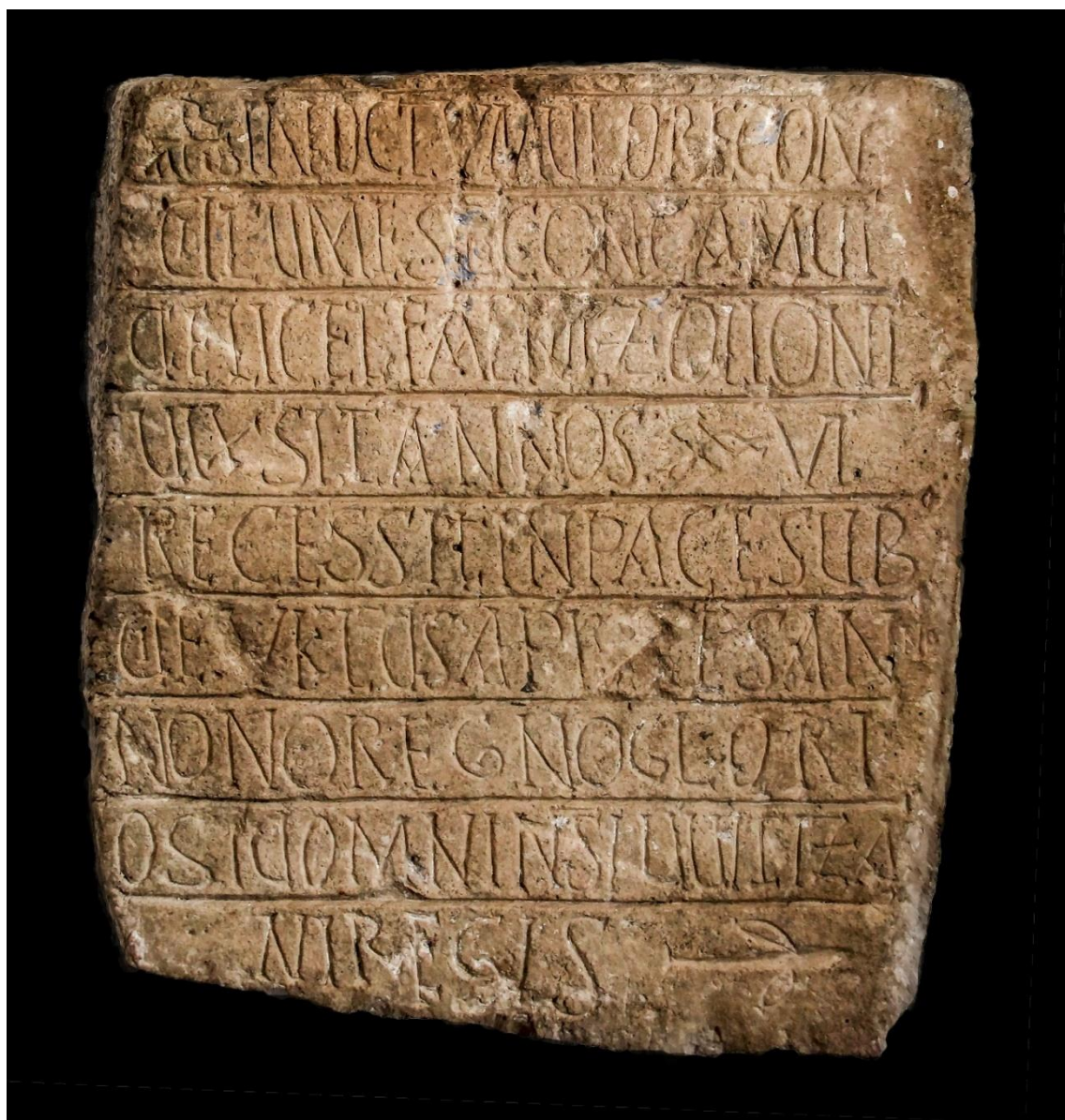


Fig. 4 – Ortomosaico contraste de la inscripción visigoda. Tratamiento de IT. Enlace al modelo tridimensional de libre acceso y descargable en el sitio web de Sketchfab: <https://skfb.ly/puu9q>

La altura de las letras, por su parte, resulta casi idéntica, con minuciosas alteraciones debidas a la realización final de los trazos. Se presentan cabezas, pies y remates bien marcados a cincel, con carácter triangular. Parece evidente que existe un diseño previo de las letras sobre el soporte, quizás incluso con empleo de plantillas. Sirvan de ejemplo las medidas de la letra C en el texto (fig. 5): C(3,1x1,5) *HoC* (l.1). C(3,1x1,2) *ReConditum* (l.1). C(3,2x1,4) *Condam* (l.2). C(3,4x1,5) *VideliCet* (l.3). C(3,2x2) *ReCessit* (l.5). C(3,5x1,6) *PaCE* (l.5).

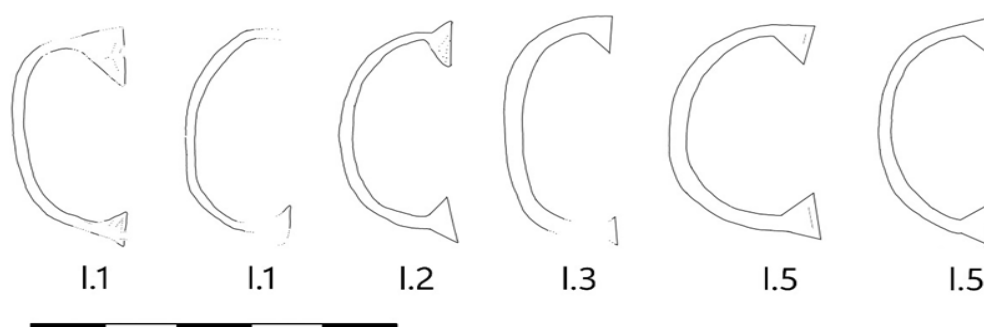


Fig. 5 – Medidas en centímetros de la letra C por orden de aparición.

Sin duda parece existir una predisposición del lapicida por realizar las letras con un tamaño similar, lo que nos lleva a pensar en la posibilidad de que el mismo tuviera plantillas de las letras y las calcase con algún tipo de crayón o tinta que desapareciese al aplicar el cincel, el mismo que alteraría -poco- las medidas existentes definitivas.

Dejamos un detallado examen de las medidas de cada una de las letras en centímetros, con lo que parece un estudio previo del espacio por parte del lapicida, con letras con un alto aproximado de Cerca de 3-3,40 de alto y un ancho de 1,20-1,6. (la primera medida siempre es el alto y la segunda el ancho; Y,YY x Y,YY):

**L1: (Crismón)** 3,2x3,5. **Alfa:** 1,2x1,5. **Omega:** 0,9x1,6. **Rho:** 1,6x1,5. **I** (3,2x0,5) **N** (3,2x2,2) **[H?]** (3,2x0,5 -ancho incompleto-) **O** (3x1) **C** (3,1x1,5) **T** (3,2x2,3) **V** (3,2x2,3) **M** (3,1x2,6) **U** (3,1x1,5) **L** (3,2x1,7) **O** (3,2x1,3) **R** (3,2x1,9) **E** (3,3x1,4) **C** (3,2x1,5) **O** (3,2x1,6) **N** (3 -alto incompleto- x1,8).

**L2:** **D** (3,5x2x2) **I** (1,7x0,5) **T** (3,2x1,8) **U** (3,2x1,1) **M** (3,2x2,3) **E** (3,2x1) **S** (3,4x1,2) **T** (2,7x1,2 - trazos horizontales incompletos en la sección superior e izquierda de la letra) **C** (3,2x1,4) **O** (3,1x2,1) **N** (3,1x1,6) **D** (3,2x1,4-letra incompleta en la parte superior) **A** (3,1x1,9) **M** (3,1x2,4) **V** (3x1,6) **I** (3x0,6).

**L3:** **D** (3,2x1,8) **E** (3,2x1) **L** (3,3x1,2) **I** (3,3x0,6) **C** (3,4x1,5) **E** (3,4x1) **T** (3,4x1,4) **F** (3,5x1,8) **A** (3x2,5 -asta superior incompleta) **L** (2,7x0,93) **I** (2,2x0,4 -trazo superior incompleto) **D** (2,7x1,5 - letra incompleta en todas sus secciones) **I** (1,7x0,2 -letra incompleta en sus trazos horizontales y en la parte superior) **Z** (3,3x2,4) **O** (3,4x1,8) **I** (3,3x1) **L** (3,4x1) **O** (3,3x2,2) **N** (3,3x1,8) **I** (3,4x0,5).

**L4:**

**V** (3,2x1,7) **I** (3,1x0,6) **X** (2,9x2,1) **S** (3,4x2) **I** (3,2x0,6) **T** (3,2x1,7) **A** (3,2x1,8) **N** (3,3x2) **N** (3,1x1,8) **O** (3,1x1,7) **S** (3,2x1,6) **LXX** (2,8x4,3) **V** (3,2x2,7) **I** (3x0,6).

**L5:**

**R**(3x1,6)**E**(3x0,9)**C**(3,2x2)**E**(3,2x0,9)**S**(3x1,9)**S**(3,3x1,8)**I**(3,1x0,6)**T**(3,2x1,3)**I**(2,6x0,4)**N**(3,2x1,9)**P**(3,1x1,6)**A**(3,2x2,1)**C**(3,5x1,6)**E**(3,1x1)**S**(3,1x1,9)**U**(3x1,7)**B**(3,2x1,7).

**L6:** **D**(3,3x1,9)**I**(1,3x0,2)**E**(3x1 -letra incompleta en su parte superior)[**I**](0,3x0,3 -de ser un numeral, **I** {1?}, tan solo conservamos el cierre inferior de la cifra)**V**(3,2x2,6)**K**(3,2x1)(a)**L**(3,6x1,3)(en)**D**(3,4x1,4)(a)**S**(3,3x1,4)**A**(3,2x2)**P**(3,3x1,6)**R**(3,3x1,4 -pie final de la letra R incompleto)(il)**E**(3,2x1,4 -letra incompleta en astas de cierre superior e inferior izquierda)**S**(3,2x2) **A**(3,3x1,8)**N**(3,1x2,3)**n**(1,1x0,8)**o**(0,90x0,4).

**L7:**

**N**(3x1,9)**O**(2,7x1,6)**N**(3,1x2)**O**(2,9x2,1)**R**(2,9x1,8)**E**(3,1x1)**G**(2,5x2)**N**(2,8x1,9)**O**(2,8x1,8)**G**(2,6x1,6)**L**(3x1,6)**O**(3x1,6)**R**(3,2x1,6)**I**(3,1x0,6).

**L8:** **O**(3x1,6)**S**(3x1,9)**I**(2,2x0,5 -trazo superior de la letra I incompleto)**D**(3,1x1,6)**O**(3x1,5)**M**(2,9x2,6)(i)**N**(3,2x1,9)**I**(3x0,5)**N**(3,3x1,9)(o)**S**(3,1x1,5)(tr)**I**(3,2x0,5)**U**(3x1,4)**U**(3x1,4)**I**(3x0,3)**T**(3x1,5)**I**(2,9x0,5)**Z**(2,8x1,6)**A**(2,7x,1,8- trazo inferior de cierre de la letra A, incompleto).

**L9:** **N**(2,5x1,8)**I**(2,8x0,6)**R**(3x2,4)**E**(3,x1,4)**G**(3,4x2)**I**(3,3x0,6)**S**(4x2,6)(**pez**) (3,4x7,5).

Sumamos a continuación un alfabeto con todas las letras que aparecen en el texto epigráfico con las características y singularidades paleográficas. Tan solo nos faltan la letra Q e Y para tener un alfabeto al completo (véanse las fig. 6 y 7).

## Estudio analítico del texto epigráfico y de sus características braquigráficas

**L1: 1.a.-** El Crismón inicial se completa con la estructura básica de letras griegas X (ji) y P(rho), ligadas entre sí para así aprovechar trazos, junto a A (alfa) y Ω (omega).

**1.b.-** Es probable que el lapicista iniciase el asta central de la letra H, pero no continuase con ella. De existir, habría un nexo de unión entre los trazos verticales de N y H: *iN Hoc...*

**1.c.-** Existe una ligadura entre las letras CTV: *...hoC Tvmulo...* Las letras C y V(U) comparten ligadura de los trazos horizontales superior e inferior de la T con las marcadas astas de la C. Las letras T y V se ligan en el trazo superior, creando un vínculo del trazo horizontal de la letra T y el inicio de la letra V.



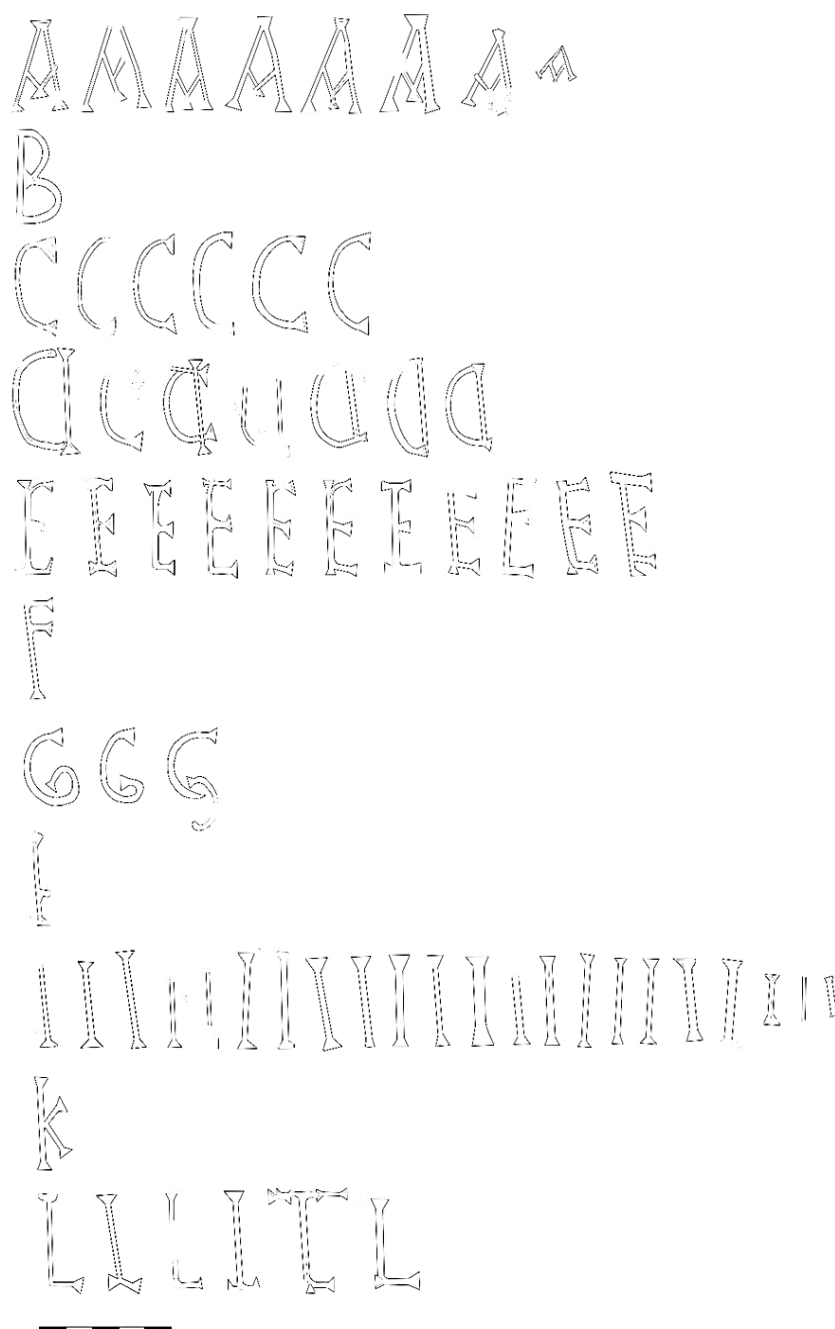


Fig.6 – Alfabeto de la escritura a finales de la monarquía visigoda: letras A a la L con cada una de las variantes por orden de aparición en la inscripción.

**1.d.-** En la primera línea, la primera vocal de la palabra *tumulo* aparece representada en forma de V en el modo en el que posteriormente se representará cuando se emplee en cifras (p.e. línea cuatro: *LXXVI* o en la línea 6. *[I]V*). La segunda -u de túmulo aparece al estilo del restante del texto, formada por dos líneas rectas que convergen en paralelo

entre sí para cerrarse en el último cuarto de la primera línea, con cierta curvatura, así: líneas 2-3: *reconditum*; líneas 3-4: *videlicet*; línea 5: *sub* y líneas 8-9: *vvititzani*. Este hecho podría deberse a un equívoco inicial del escribano al emplear la V propia de los numerales. Justo después, sin ofrecer mucho espacio entre letras, procede a incluir el primer trazo de la letra M.

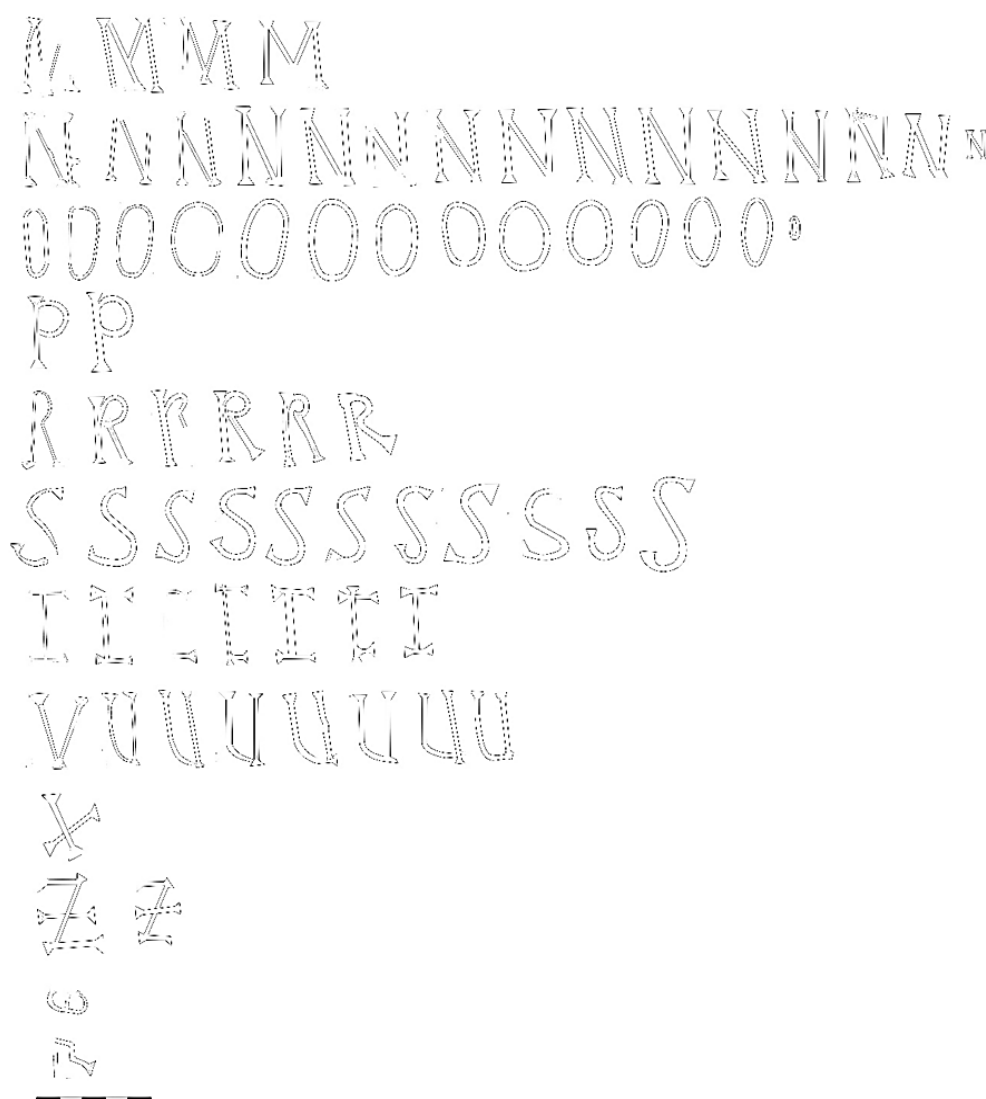


Fig.7 – Alfabeto de la escritura a finales de la monarquía visigoda: letras M a la P(Rho) con cada una de las variantes por orden de aparición en la inscripción.

**1.e.-** El asta superior horizontal de la letra *E* de *reconditum*, nace en curva del último tramo vertical del asta que vertebró la *E* por su izquierda, al contrario que otros casos del mismo texto, donde sí surge al final de esta asta, formando un grado de ca. 45º entre ambas. Sirvan de ejemplos las letras -e de: línea 2: *est*; línea 3-4: *videlicet*; línea 5: *recessit* y *pace*; línea 6: *apr[il]es*, línea 7: *regno* y línea 9: *regnis*. Esta peculiaridad la acerca más en apariencia a la parte superior de la letra *R* que después se incluye en línea 6 con *apr[il]es* e incluso a la parte superior de la *R* de *recessit* de la línea 5.

**1.f.-** La letra *R* aparece representada de tres formas distintas. La *R* de *recessit* de la línea 5 se compone solo de dos trazos, el primero muestra cierta base para alzarse de forma recta en el asta vertical y llegar así a la cabeza de la letra, faltándole solo el tramo diagonal que suele cerrarlas. Por otro lado, la *R* del *apr[il]es* de la línea 6, similar en apariencia por la falta también del asta diagonal de cierre, muestra una cabeza de la letra abierta. Una tercera forma de componer la *R*, más común en el texto, se compone de tres trazos, al conservar, ahora sí, su cierre. Para este caso sirvan de ejemplo las palabras *reconditum* (líneas 1-2), *regno* (línea 7); *glorios* (líneas 7-8) y *regis* (línea 9). Así, en detalle: la construcción de la letra *R* de *Reconditum* en su parte superior, junto con la panza previa al trazo en diagonal, tienden a ser diversas a las *R* restantes, véase: línea 5: *Recessit*; línea 6: *Apr[il]es*; línea 7: *Regno*; líneas 7 y 8: *Gloriosi* y línea 9: *Regis*.

**L2: 2.a.-** La letra *D* siempre aparece representada en lectura retrógrada, al contrario que el sentido de lectura directa de izquierda a derecha de todo el texto. En dos ocasiones el espacio interior de la letra *D* sirve para albergar una letra *I* más pequeña, convirtiéndose en un nexo de letras por inclusión. Véase: líneas 1-2: *reconditum*; líneas 2-3: *videlicet*; línea 6: *die*; línea 7: *regno* y línea 8: *dom(i)ni*. No sabemos a qué se debe este recurso, pero existen otras palabras con la letra *D* sin nexo o ligadura: línea 2: *condam* o línea 8: *Dom(i)ni*. Se nos ocurre que quizás el lapicida prefiera incluir la letra *I* en el interior de la letra *D* para evitar posibles confusiones de la unión de las letras *D* e *I*, donde el cierre del trazo de la letra *D* es similar a una *I*.

**2.b.-** Debemos anotar que todas las letras *D* del texto son de lectura retrógrada.

**L3: 3.-** Las dos letras *Z* que aparecen en el texto son parte de dos nombres, *Zoilonius* (= *Zoiloni*) y *Witiza* (= *vvitiziani*). En ambos casos aparece barrada. El empleo de la barra en la forma capital no es común, teniendo mayor empleo en la escritura minúscula uncial. Puede que las propuestas inscritas tiendan a la adopción de las formas minúsculas, donde el cierre de la letra genera mediante un nuevo trazo en forma de panza un nuevo asta en diagonal, dando la impresión de estar barrada (Muñoz y Rivero 1881: 72, 88).

**L4: 4.a.-** La construcción de la palabra *vixit*, con una *XS* se trata de una anomalía: *vixit*

**4.b.-** La construcción de las decenas en la cifra del año LXX {+70} se enmaraña al estilo característico del periodo.

**4.c.-** Existe una ligatura entre las astas superiores de las cifras VI {6}.

**L5: 5.-** Las letras *T* que aparecen en el texto tienen, tanto cierre superior horizontal, como inferior. Véase las letras -t de las siguientes palabras: línea 1: *tvmulo*; líneas 1-2: *reconditum*; líneas 2-3: *videlicet*; líneas 4: *vixsit*; línea 5: *recessit* y línea 8: *vvitiza*.

**L6: 6.a.-** Entre el pie de la letra *E* de *Die* y la cifra *V* aparecen los restos de un triángulo, quizás el asta final de un numeral, quizás *I* {1}. No nace ni conecta ningún trazo con el mismo, por lo que tenemos serias dudas si recomponer la cifra como *IV* {4} o *V* {5}.

El empleo del modelo de relieve aumentado, donde eliminamos el color y en el que se trata la nube de puntos, se potencian las concavidades y las convexidades y a las que se aplica luz rasante artificial, no ha permitido observar el desarrollo de ningún numeral previo a la cifra *V* {5}. El modelo de elevación y el ortomosaico ofrecen los mismos resultados (Fig. 8).

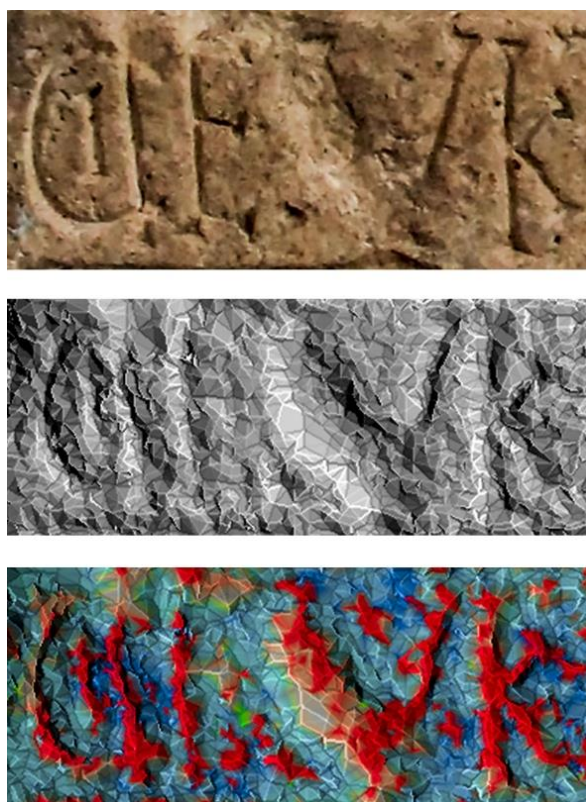


Fig. 8 – Captura del inicio de la información calendario en el texto epigráfico *DIE V K....* (I.6). Tratamiento de IT: arriba: ortomosaico contrastado; centro: relieve aumentado; abajo: relieve aumentado + falso color.

**6.b.-** Acompañan a ambos lados de la parte superior de la letra *L* de la palabra *K(a)L(en)D(a)S* dos trazos que señalarían al lector la abreviatura de la palabra. La confección de los trazos acabaría por ligarse con dicha parte superior.

**6.c.-** Entre los pies de las letras *R* y de la *I* de la palabra completada *Apr[il]es* podría considerarse la existencia de una ligadura. El pie de cierre de la letra *R* debió extenderse hasta vincularse con el trazo inferior de la letra *I*. El resto de letras *R* de la inscripción (línea 1: *Reconditum*; línea 5: *recessit*; línea 7: *regno*; líneas 7 y 8: *gloriosi* y línea 9: *regis*) cierra elegantemente en forma de triángulo sus astas inferiores en perpendicular al trazo vertical vertebrador de la vocal, pero aquí, el triángulo aparece en una posición horizontal, lo que nos lleva a pensar en la posible extensión del pie de la letra *R* ligándose a la letra *I*. Ya vimos en la primera línea una ligatura en los pies de *R* y *E* (*Reconditum*), lo que nos lleva a pensar en una réplica similar a la hora de construir la palabra *Apriles*.

**6.d.-** La aparición al final de la línea de las letras *NO* en minúsculas, con la letra *O* fuera del campo epigráfico delimitado por las líneas de separación, creemos -una vez examinada la dinámica del texto- debe entenderse como un añadido posterior. Seguramente el escribano se percató que al abreviar la palabra de año *An(no)* y dejando para la siguiente oración el año del reinado de Witiza, el noveno (aquí *Nono*), el lector podría confundir la parte final de la palabra año con la primera parte de noveno. Así podría leer ...*An/no no Regno*... Esta situación llevaría al lector a errar sobre el año. Por esta razón, se decidió incluir las minúsculas de la palabra *Anno*, resultando la lectura ...*Anno / nono Regno*...

**L7: 7.-** La barra de letra *G* tiende al cierre en su , casi enroscándose, pero gracias a otros paralelos del periodo sabemos que se trata de una composición textual más común de lo esperado. Por ejemplo, en la línea 7; *regno*.

**L8: 8.a.-** La primera letra *I* de la palabra *Domini* no aparece en el texto, por lo que la recomponemos. Quizás se trate de una omisión voluntaria, a modo de forma sincopada.

**8.b.-** La abreviatura elegida en la palabra *Nostri* con las letras *N(o)S(tr)I* debió generarle ciertas dudas al lapicida, dado que el inicio de la letra *N* muestra un trazo inacabado en diagonal sin relación alguna con el normal devenir de la letra. También, al cierre superior de la letra *N* y por encima de la *S* aparece un trazo horizontal paralelo a la línea de separación interlineal, anunciando la abreviatura de la palabra *Nostri*.

**L9: 9.a.-** El tamaño de la palabra *Regis* se adecua a la forma del soporte, aumentando al ritmo de la piedra.

**9.b.-** El símbolo de cierre recuerda a la forma de un *pez*, símbolo cristiano.



## Discusión sobre el texto

Letras mayúsculas en una *ordinatio* estructuradas en 9 líneas y guionizadas con una línea inferior y superior por cada una de ellas, a excepción de la última. De la línea superior nos quedan pocos restos, pero se aprecian encima de varias letras. El texto ocupa la totalidad del campo epigráfico cuyo diseño se sirve de todo el soporte. La palabra final de la línea 6, *nono*, ha sido completada abruptamente por el fin del soporte pétreo, reduciendo el tamaño de sus letras para que cupiesen. El texto abre y cierra con dos signos. También la forma en la que las palabras de la línea 9, *regis*, se va agrandando por milímetros al ritmo del espacio que ofrece la piedra, nos permite conocer que estamos casi a un texto íntegro que se sirvió de todo el espacio del soporte, sin una aparente fragmentación.

El texto original se presenta de la siguiente manera:

(CHRISMON) IN OC TUMULO RECON  
DITUM EST CONDAM VI  
DELICET FALIDI ZOILONI  
VIXSIT ANNOS LXX VI  
RECESSIT IN PACE SUB  
DIE V KLDS APR++ES ANNO  
NONO REGNO GLORI  
OSI DOMNI NSI WITIZA  
NI REGIS (PISCIS)

Proponemos esta transcripción:

*(Chismon) in oc tumulo recon / ditum est condam vi / delicet Falidi Zoiloni / vixsit annos lxxvi / recessit in pace sub / die V K(a)l(en)d(a)s Apr[il]es anno / nono regno glori / osi dom(i)ni n(o)s(tr)i Witiza / ni regis (piscis)*

Y esta propuesta de traducción:

En este túmulo está oculto el que en otro tiempo fue Falidius Zoilonius que vivió 76 años. Descansó en paz el 28 de marzo en el año noveno del glorioso reino de nuestro señor el rey Witiza {709}

## Breve aproximación histórica

Durante el período de dominación bizantina en la Península Ibérica, la Bética ya se había consolidado como un territorio fronterizo. En este sentido, tanto bizantinos como visigodos actuaron como ejércitos de ocupación, y el control efectivo del territorio recayó principalmente en poderes locales cuya principal preocupación era su propia supervivencia (Díaz, 2004: 59-60), sin que existiera una frontera con estructuras

defensivas físicas propiamente dichas (Vallejo Girvés 2012, 373-376). La peculiar configuración geográfica del sur peninsular dificultaba el desplazamiento de tropas y limitaba los intentos de avance a través de corredores naturales o vías de comunicación, ya que la cordillera del sistema Penibético ofrecía una barrera natural de protección. De hecho, los propios bizantinos priorizaron la navegación de cabotaje en sus comunicaciones entre sus principales enclaves (Ripoll, 1996).

El último siglo de presencia visigoda estuvo marcado por una profunda crisis política y una continua falta de unidad en el poder central, lo que evidenció su debilidad e indecisión. A esta inestabilidad interna se sumó la creciente amenaza árabe, que convirtió la Bética en un territorio sometido a una presión constante. Es posible que la inscripción analizada en este trabajo refleje la existencia de uno de estos personajes aún vinculados o leales a la autoridad monárquica, como demostraría el uso de la fórmula *anno regno domini nostri*, que se puede relacionar con la proximidad del difunto a la Corte (Kurtz, 2021). Asimismo, el epígrafe evidencia la presencia de un mundo cristiano todavía plenamente establecido en la región hasta el siglo VIII. Cabe destacar que se trata de la única constatación textual conservada sobre piedra que haga mención al monarca visigodo; los otros dos textos son dudosos o relativos a otros individuos (véase la fig. 9, esp. e-f).



Fig. 9 – Selección de textos sobre Witiza sobre monedas y soporte pétreo: a. Tauler y Fau 30 (29/05/2019) lote 255. b. Tauler y Fau 70 (24/11/2020) lote 139. c. Museo de Albacete (CE16307). d. Jesús Vico 371 (07/11/2019) lote 155. Edición gráfica del texto Witiza de las monedas a-d: los autores. e. Selección del texto Witiza (San Justo y Pastor, Barcelona). Fuente: AEHTAM 481; Hübner 1871, 285; Ripoll, Molist 2014 – fig. 8f. Edición: los autores. f. Transcripción gráfica textual del hipotético caso de Witiza (Santa María de la Almudena, Madrid). A la derecha: González Dávila, G. (1629) 224, fol. 56; a la izquierda: Ruiz Trapero 2001, 162, n.80.

## Agradecimientos:

El conjunto de esta investigación no habría sido posible sin los consejos de Marc Mayer i Olivé, Helena Gimeno Pascual, Antonio Aguilera Martín, Enrique García Riaza, Margarita Vallejo Girvés y Gian Luca Gregori.

## Bibliografía

CAPEL MARTÍNEZ, J.; CARRASCO RUS, J.; y NAVARRETE ENCISO, M. S. (1981). Nuevas sepulturas prehistóricas en la cuenca del río Cacán (Alhama de Granada), *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada*, 6: 123-165.  
<https://doi.org/10.30827/cpag.v6i0.1183>

CARRASCO, J.; GÁMIZ, J.; PACHÓN, J. A. y MARTÍNEZ-SEVILLA, R. (2010). El poblamiento neolítico en los dominios penibéticos del poniente granadino. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada*, 20: 223-294.

CIGNONI, P.; CALLIERI, M.; CORSINI, M.; DELLEPIANE, M.; GANOVELLI, F. y RANZUGLIA, G. (2008). MeshLab: an Open-Source Mesh Processing Tool. En, V. SCARANO, R. DE CHIARA Y U. ERRA (eds.), *Eurographics Italian Chapter Conference*, Salerno, (pp. 129-136).  
<https://doi.org/10.2312/LocalChapterEvents/ItalChap/ItalianChapConf2008/129-136>

DIAZ, P. C. (2004). En tierra de nadie: visigodos frente a bizantinos. Reflexiones sobre la frontera. En, I. PÉREZ MARTÍN e P. BÁDENAS DE LA PEÑA (eds.), *Bizancio y la Península Ibérica. De la Antigüedad tardía a la Edad Moderna* (pp. 37-60), CSIC, Madrid.

GONZÁLEZ CORDERO, A.; MEDEROS, A.; y TRIGUERO, I. (2022). Una nueva estela de guerrero del Bronce Final en Ibahernando (Cáceres). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*, 48 (1): 63-104.

GÓNZALEZ DÁVILA, G. (1629). *Historia de la antigüedad, nobleza y grandeza de Madrid*, Madrid.

GUENNEBAUD, G.; GROSS, M (2007). Algebraic point set surfaces. *ACM Transactions on Graphics*, 26 (3), article 23.

HÜBNER, E. (1871). *Inscriptiones Hispaniae Christianae* (= IHE), Berlin.

KURTZ, G. S. (2021). Sobre inscripciones fechadas con la fórmula anno regno domini nostri, *EDCS-Journal*, 6 (02).  
<https://doi.org/10.36204/edcsj-006-202102>  
Acceso en 24/6/2025

MARIMON RIBAS, P.; PÉREZ GONZÁLEZ, J. (2025). Esperando a los árabes: una inscripción visigoda de tiempos del rey Witiza hallada en Cacán (Granada), *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, 233: 299-304.

MICHELETTI, N.; CHANDLER, J. H.; y LANE, S. N. (2015). Structure from Motion (SfM) photogrammetry. En, COOK, S. J., CLARKE, L. E. & NIELD, J. M. (ed.): *Geomorphological Techniques (Online Edition)*. Loughborough University, London.

<https://hdl.handle.net/2134/17493>

Acceso en 13/4/2025

MUÑOZ Y RIVERO, J. (1919) [1881]. *Paleografía Visigoda: Método Teórico-Práctico para Aprender a Leer los Códices y Documentos Españoles de los Siglos V al XII*, Madrid.

PACHÓN ROMERO, J. A.; CARRASCO RUS, J. L. (2009). La Mesa de Fornes (Granada) y la semitización en la Vega de Granada: la trascendencia de la puerta sur-suroeste. *Mainake*, 31: 353-376.

RIPOLL, G. (1996). Acerca de la supuesta frontera entre el Regnum Visigothorum y la Hispania bizantina, *Pyrenae*, 27: 251-267.

RIPOLL, G.; MOLIST CAPELLA, N. (2014). *Cura mortuorum* en el nordeste de la Península Ibérica, siglo IV al XII d.C. *Territorio, Sociedad y Poder*, 9 (9): 5-66.

<https://doi.org/10.17811/tsp.9.2014.5-66>

TRIGUERO, I. (2023). Sinergías digitales para la lectura de epígrafes: casuística y metodología. En, F. COMTE Y H. GONZALEZ BORDAS (dir.). *Numérique et lecture de textes épigraphiques altérés*, Pessac, collection PrimaLun@ 27 : 65-78.

<https://doi.org/10.46608/primaluna27.9782356135469.4>

TRIGUERO, I.; LUQUE, L.; CASTILLO-JIMÉNEZ, S. y ALCARAZ-CASTANO, M. (2021). El abrigo de Haza La Vina: un yacimiento de arte rupestre esquemático en el valle del río Sorbe (Muriel, Guadalajara, España). *Munibe Antropología-Arkeología*, 72, 1: 85-95.

VALLEJO GIRVÉS, M. (2012). *Hispania y Bizancio: Una relación desconocida*. Akal, Madrid.

VERGNE, R.; PACANOWSKI, R.; BARLA, P.; GRANIER, X. y SCHLICK, C. (2010). Radiance Scaling for Versatile Surface Enhancement. En, *I3D '10: Proc. Symposium on Interactive 3D graphics and games*. (pp. 143-150). Boston.

<https://doi.org/10.1145/1730804.1730827>

## **BREVE INTERPRETAÇÃO DE DUAS LENDAS SOBRE NOSSA SENHORA DA NAZARÉ**

### ***BRIEF INTERPRETATION OF TWO LEGENDS ABOUT OUR LADY OF NAZARÉ***

Ana Cristina Tavares

Mestre em Museologia e Museografia.  
Membro do Centro de Investigação Doutor Joaquim Veríssimo Serrão.  
[ana.cristina.tavares@hotmail.com](mailto:ana.cristina.tavares@hotmail.com)

#### **Resumo**

Este breve estudo, visa analisar elementos em torno da lenda relacionada com a escultura de Nossa Senhora da Nazaré, bem como da lenda de D. Fuas Roupinho.

Na primeira lenda, serão referidas as viagens de clérigos hispânicos a Belém, a Jerusalém e ao Norte de África, no início do século V, dado a narrativa referir que a imagem de Nossa Senhora teria sido esculpida pelo próprio São José, em Nazaré da Galileia. A escultura, segundo a lenda, foi enviada para o Norte de África, antes de chegar a Mérida e posteriormente, teria chegado à praia da Nazaré, por mão do rei D. Rodrigo e do monge Romano. Neste estudo seguimos a narrativa relatada por frei Agostinho de Santa Maria, no início do século XVIII.

Pretende-se abordar o Mosteiro Cauliniano e o Xenodóquio, junto da Basílica de Santa Eulália, em Mérida. Neste mosteiro ter-se-ia recolhido D. Rodrigo, após a sua derrota na Batalha de Guadalete. Uma vez neste local, frei Romano teria convencido o rei a empreender viagem até aos arredores de Pedreneira (Nazaré), para protegerem a imagem da Virgem Maria de Nazaré, bem como relíquias de São Brás e de São Bartolomeu. O Xenodóquio será abordado devido à sua função hospitalar e de acolhimento a peregrinos, numa história, que por vezes, se cruza com o Mosteiro Cauliniano.

Na segunda lenda, D. Fuas Roupinho andando numa caçada, atrás de um veado, salvou-se de cair no promontório por interseção da Nossa Senhora da Nazaré, a qual fez parar repentinamente o cavalo, que vinhou uma pata traseira no chão, salvando-se desta forma o cavaleiro fidalgo. Nesta lenda serão analisados alguns documentos, para tentar determinar o realismo ou misticismo, em torno da figura de D. Fuas Roupinho.

**Palavras-chave:** Nazaré; Mosteiro Cauliniano; D. Rodrigo; Paulo Orósio; Peregrinações; D. Fuas Roupinho.



### Abstract

This brief study aims to analyze elements surrounding the legend associated with the sculpture of Our Lady of Nazaré, as well as the legend of D. Fuas Roupinho.

In the first legend, the travels of Hispanic clerics to Bethlehem, Jerusalem, and North Africa in the early 5<sup>th</sup> century will be mentioned, as the legend states that the image of Our Lady was sculpted by Saint Joseph himself in Nazareth of Galilee. According to the tale, the sculpture was sent to North Africa before arriving in Mérida and later, it would have reached the beach of Nazaré through King D. Rodrigo and the monk Romano. In this study, we follow the legend recounted by Frei Agostinho de Santa Maria in the early 18<sup>th</sup> century.

It is intended to address the Caulinian Monastery and the Xenodochium, near the Basilica of Santa Eulalia in Mérida. In this monastery, D. Rodrigo would have taken refuge after his defeat in the Battle of Guadalete. Once at this location, friar Romano is said to have convinced the king to embark on a journey to the outskirts of Pederneira (Municipality of Nazaré), to protect the image of Our Lady of Nazaré, as well as the relics of Saint Brás and Saint Bartholomew. The Xenodochion will be addressed due to its hospital function and its role in welcoming pilgrims, in a story that occasionally intersects with the Caulinian Monastery. In the second legend, D. Fuas Roupinho, while hunting a deer, was saved from falling off the promontory by the intercession of Our Lady of Nazaré, who suddenly stopped the horse, which left a hoof print in the ground, thus saving the noble knight. Regarding this legend, some documents will be analyzed, trying to determine the realism or mysticism surrounding the figure of D. Fuas Roupinho.

**Keywords:** Nazaré; Caulian Monastery; D. Rodrigo; Paulo Orósio; Pilgrimages; D. Fuas Roupinho.

## Introdução

### Contextualização histórica

No ano 711, o rei visigodo D. Rodrigo foi derrotado na batalha de Guadalete, pelas hostes muçulmanas (Fig.1). A partir daqui entramos no domínio da incerteza. A argumentação é variada. Para uns, o rei faleceu devido aos golpes sofridos na batalha, para outros refugiou-se no Mosteiro de Cauliniano, em Mérida e teria feito viagem até Nazaré (território da antiga Pederneira), onde teria permanecido durante um tempo, antes de se deslocar até Viseu, local onde teria vindo a falecer.

O insigne historiador medievalista, José Mattoso, colocou a possibilidade de o rei Rodrigo ter sido morto na Batalha de Guadalete, após o que os seus *fideles* o teriam transportado até Viseu, de acordo com a *Crónica Rotense* (Mattoso, 1993).

Na lenda relatada por frei Agostinho de Santa Maria, o rei depois de ter permanecido na Nazaré até à morte de frei Romano, teria ido acabar os seus dias em Viseu, local da sua sepultura (Santa Maria, 1707), como também refere Azevedo (2011: 293-294):

“Viseu: / Visentius, Viso, Vacia, Vicus Aquarius. / Cidade Episcopal da Provincia da Beira, e Suffraganea de Braga. / N. S. d’Assumpção, Orago da Cathedral, S. Martinho e S. Miguel. / Cabeça de Comarca e Concelho (...) descreve Mosinho na seguinte estancia: Daquella, que segundo a fama canta Deu a Rodrigo sepultura.”



Figura 1 - Batalha de Guadalete (pormenor). Pintura de Mariano Barbasán Langueruela (1882) Domínio público

Mérida foi sé episcopal, desde os inícios do cristianismo e, muito provavelmente, a mais antiga sé metropolitana da Península Ibérica:

**“Merida: / Augusta Emerita (...) Colonia Romana e Convento Juridico, (...) e Metropoli de toda a Lusitania. (...) Foi Merida Cidade Episcopal; e ha huma Carta de S. Cypriano dirigida à Igreja d’Hespanha, e particularmente ao povo de Merida, (...) Celebrou-se nesta Cidade em 666 hum Concilio de 12 Bispos da Lusitania, no Pontificado de Vitiliano, e reinado de Portugal Rescesvindo” (...)** (Azevedo, 2011: 238). (Negrito da autora.)

Sobre a antiguidade da Ordem dos Agostinhos na Península Ibérica, é feita menção à Ermida de Ossel, em Viseu e à Ermida de São Claudio, em Mérida, sendo referidos também o padre Paulo Orósio e São Nuno, dos quais iremos falar mais à frente.<sup>1</sup>

Os clérigos Paulo Orósio e Avito serão analisados devido às suas viagens ao Norte de África e Jerusalém, bem como ao transporte de relíquias.

Neste estudo iremos perceber como o Xenodóquio se coaduna no espírito dos lugares da lenda, na função de hospitalidade, de peregrinação e de cura.

Finalmente, D. Fuas Roupinho será abordado pelo milagre que o relaciona com Nossa Senhora da Nazaré e por se tratar de uma personagem retratada de forma multifacetada por fontes diversas.

## As lendas sobre Nossa Senhora da Nazaré

Agostinho de Santa Maria citou Frei Bernardo de Brito, o qual teria afirmado que a imagem de Nossa Senhora tinha sido esculpida por São José e pintada por São Lucas.<sup>2</sup> Parece-nos que o tema da Virgem retratada por São Lucas, muito plausivelmente, foi difundido pela Europa, através de lendas diversas. A confirmar esta inferência temos o caso do mestre do altar de Santo Agostinho, com a pintura *São Lucas Retrata a Virgem*, Nuremberga, década de 80 do século XV, existente no *Germanisches Nationalmuseum*. Já a pintura *Salus Populi Romani*, é tida como obra de São Lucas, cujo suporte teria sido a mesa utilizada na última ceia e nesta lenda a pintura teria sido trazida por Santa Helena, de Jerusalém para Constantinopla e daí pela mesma Santa (mãe do imperador Constantino) para Roma, permanecendo na Basílica de Santa Maria Maior. Esta última lenda faz-nos recuar até ao século IV, na descoberta do retrato (Daud, 2020).

Na lenda narrada pelo monge Santa Maria é contado que frei Romano teria dito a D. Rodrigo que a imagem sagrada havia sido enviada da Nazaré da Galileia a Belém, como oferta a São Jerónimo, pelo monge grego, Siríaco: “(...) no tempo que se levantou nas partes do Oriente heresia contra o culto, & Imagens sagradas” (Santa Maria, 1707: 143), o qual fez chegar a imagem a Santo Agostinho, em Hipona.

A cidade argelina de Hipona, ao longo do tempo foi mudando de nome, tendo sido conhecida como *Hippo Regius*, *Hipona*, *Bouna*, *Bone Annaba*. Santo Agostinho (354, Tagaste - 430, Hipona) foi bispo de Hipona nos anos de 395-430 e tornou esta cidade num local de peregrinação cristã. Nessa época Hipona encontrava-se sob o domínio romano (de notar que nessa época o cristianismo era já a religião oficial do império). A cidade acabou por ser tomada pelos vândalos em 431.

Santo Agostinho tinha especial carinho pelos “seus filhos de Espanha”, daí ter enviado a adorada imagem, bem como relíquias que possuía de São Bartolomeu e São Brás, numa caixa de marfim, ao mosteiro espanhol. A fundação do Mosteiro Cauliniano é atribuída aos discípulos de Santo Agostinho (Santa Maria, 1707: 143-173).

Percebemos que a atual Ermida da Cauliniana se situa junto ao rio Guadiana, próximo de Torremayor, localizada a cerca de 10 quilómetros a Sul de Mérida (Navarro del Castillo).<sup>3</sup> O que confirma com extrema precisão a afirmação de Frei Agostinho de Santa Maria, na sua lendária explicação, sobre o local onde se encontrava o Convento Cauliniano (a duas léguas de Mérida). O autor conta ainda, que este Convento teria sido fundado pelo Eremita São Nuno, “O Africano”, da Ordem de Santo Agostinho (Santa Maria, 1707):

“(...) Penso serem os mesmos do **mosteiro Caulianense**, de que trata Paulo Diacono. «Cum in **monasterio, cui Cauliana vocabulum est, quod Eremita Urbe** haud procul situm ferme millibus octo distat, Rev. vir piaie memoriae renovatus Abbas praeesset.» O mesmo menciona o **Abbate Nunto, que vivia perto da igreja de S. Eulalia no reinado de Leovigildo** (...) Estes textos mais inculcão, que Nunto fundâra e vivia em mosteiro – praeciebat monachum gradi etc cum paucis fratribus pervenit – e que tivera mando

sobre subditos, e não vivera como simples Anachoreta” (Azevedo, 2011: 48-51). (Negrito da autora.)

Ainda, sobre a fundação do Mosteiro Cauliniano, por São Nuno e o local onde se teria abrigado D. Rodrigo podemos ler no mesmo livro:

**“(...) Edificado por S. Nunto em 584 n’hum deserto não longe de Merida, escreve Paulo Diacono, e à vista dos seus muros, junto da Igreja de S. Eulalia, fundada no mesmo sítio de seu martyrio. Pemaneeceo ate a perda da Hespanha na invasão dos Mouros, e nelle se abrigou, dizem, D. Rodrigo depois que perdeu a batalha. (...) – Suspeito que seja este mosteiro – Ad Sanctam Eulaliam. etc do Catalogo o mesmo que o – monasterium Caulianum.”** (Azevedo, 2011: 48-51). (Negrito da autora.)

Atualmente, acredita-se que o mosteiro visigótico Cauliniano ou de Cubillana terá sido fundado cerca do ano 550. Aí teria funcionado uma escola, que formava clérigos e altos funcionários administrativos. A Ermida da Cauliniana foi construída no século XIV, sob o local onde existiu a basílica e é, atualmente, um espaço particular (<https://archivo.arroyodesanservan.org/localidad/historia.php/>).

Continuando a analisar a primeira lenda, verificaram-se a existência de laços mais antigos entre Mérida e o Norte de África. Na obra de Mattoso, nomeadamente, no capítulo *As Perturbações do Princípio do Século V*, encontrámos referência às cartas que circularam entre igrejas de Mérida e bispos de África, em meados do século III (Mattoso, 1993). Ainda, neste capítulo foi observado que, devido às “invasões bárbaras”, alguns elementos do clero se retiram para o Oriente e Norte de África. Destacando-se o caso do padre Paulo Orósio, de Braga, que foi na demanda de Santo Agostinho, a Hipona.

Outro sacerdote de Braga, de nome Avito, veio a encontrar-se com o clérigo Paulo Orósio, que, entretanto, tinha seguido para Jerusalém. Avito permaneceu em Jerusalém, antes de seguir para território africano. Também, “Idácio de Chaves” viajou pelo Oriente, regressando a Chaves, quando foi nomeado bispo (Mattoso, 1993).

Sabemos através da seguinte carta de Avito, que no início do século V, Paulo Orósio trouxe uma relíquia do Oriente para Braga e que viajou até Hipona, para se encontrar com Santo Agostinho no Mosteiro do Horto, como se observa através do texto seguinte:

**“(...) Paulo Orosio. Portuguez (...). E confirma-se da Carta d’Avito, que o mesmo Orosio seu condiscipulo trouxe do Oriente com as Reliquias do Protomartyr S. Estevão para o Bispo e Clero Bracharense, da qual se [182 v.] manifesta, que forão contemporaneos em Braga, e ninguem duvida ser Avito Braccharense. Dão o seu nascimento pelos annos de Christo 365, governando Venusto a Lusitania em nome do Imperador Juliano Apostata. No anno de 414 embarcado para Africa foi-se ter à Hipponia com Aurelio Agostinho, que o recebeo com paternal benevolência (...) sujeitando-se ao magisterio (...) Em Hipponia hospedou-se no mosteiro do Horto, e aqui afeiçoando-se à vida Regular abraçou o mesmo Instituto.”** (Azevedo, 2011: 43-44).

Continuando a indagar a biografia de Paulo Orósio, na mesma é relatado o seu encontro com São Jerónimo, em Belém, ao qual entregou carta de Santo Agostinho, no ano de 415. A seguir, Orósio terá regressado ao Norte de África, onde entregou cartas de São Jerónimo a Santo Agostinho, após o que tenta entrar na Península Ibérica, através da

Ilha de Menorca, com as relíquias de Santo Estêvão, mas devido à insegurança que se vivia na “Hispania”, regressa a Hipona. Na mesma biografia, ainda, é feita a menção a uma carta de Avito e a relíquias de Santo Estêvão, a enviar ao bispo e clero bracarense.<sup>4</sup> Paulo Orósio foi autor de *Historium Adversas Paganus*, obra influenciada pelo pensamento agostiniano, em que pretende “demonstrar historicamente a via da providência divina, que se consuma no cristianismo” (Enes, 2002: 89).

Além das viagens destes clérigos, nos trajetos que ligavam Belém e Jerusalém, ao Norte de África e às “Hispanas”, parece-nos importante compreender o surgimento de hospedarias e/ou hospitais, associadas aos mosteiros e santuários.

Na Nazaré temos exemplo da cura milagrosa, por intercessão da Sagrada Imagem de Nossa Senhora da Nazaré:

“(…) Muytas pessoas levão terra daquelle lugar, como reliquia, com grande veneração, em reverencia do mesmo lugar, aonde a Santa Imagem esteve tantos seculos, afirmando muytas alcançarem com esta saúde em muytas enfermidades.” (Santa Maria, 1707: 143).

Também o espaço do Paço Real da Nazaré se tornou em Misericórdia e por fim, no *Hospital da Confraria de Nossa Senhora da Nazaré* (<https://cnsn.pt/patrimonio/hospital>).

Recuando no tempo, temos o caso de Mérida, indicado por José Mattoso, em que o bispo Massona, no século VI, mandou construir um hospital/albergaria. O autor refere, ainda, o escrito *Vidas dos Padres de Mérida*, onde foram narrados factos biográficos deste bispo (Mattoso, 1993).

Seguindo a vida do bispo Massona, por não se ter convertido ao arianismo, esteve, possivelmente, desterrado no Sul de Espanha, território bizantino naquela época, onde teria tido contacto com instituições de inspiração oriental, o que lhe teria permitido, no seu regresso a Mérida, instituir o Xenodóquio, junto à Basílica de Santa Eulália (Pérez, 2016).

Sobre a fundação do Xenodóquio, tivemos, ainda, acesso a informação de Artemino Martínez Tejera:

“(…) la Emerita Augusta del siglo VI, que de la mano de un bispo oriental de nombre Fidel vivió uno de sus momentos más gloriosos, con obras como la ampliación de la basílica del monasterio de Santa Eulalia o la construcción – no muy lejos de la iglesia – de un xenodochium, término griego con el que se identifica a los albergues y hospitales de los monasterios orientales, principalmente sirios.” (Martínez Tejera, 2018: 43).

---



Sobre o nome “Xenodóquio” observámos, ainda, o seguinte:

“Há uma relação entre o significado do termo derivado do grego, «Xenodochium», que significa hospitalidade e o termo «*hospes*», donde deriva a palavra hospital. De facto, a hospitalidade era um dos principais deveres dos homens livres, das civilizações da Grécia e de Roma. (...) Logo que os forasteiros chegavam exaustos à casa do hospedeiro, eram recebidos, primeiro, com a oferta de água para se lavarem e logo a seguir com uma refeição para se retemperarem. Só depois era lícito perguntar o nome ao desconhecido. Criava-se a partir dessa altura o chamado *vínculo hospicial* (...) *Xenodochium*, de raiz grega, foi a palavra que se utilizou correntemente como sinónimo de hospital até à Idade Média.” (Gonçalves, 2009).

Os reis godos arianos detinham o poder militar, legislativo e religioso, até ao ano de 580, numa distinção em relação ao catolicismo romano, em que o Papa era o chefe do poder religioso (Diaz, 2017/2018).

José Mattoso refere o aumento de um sentimento antissemita entre os visigodos, no século VII. Esta intolerância religiosa não fez eco no mundo muçulmano de então, uma vez que judeus e moçárabes podiam continuar detentores do seu património, desde que pagassem imposto (Mattoso, 1993).

No relato que Frei de Santa Maria nos fez da lenda, no entanto, é mencionada a aflição dos eremitas de Mérida, receosos da profanação da imagem e das relíquias pelos “infiéis” (Santa Maria, 1707).

Num pequeno texto existente no Santuário da Nazaré, junto à imagem sagrada de Nossa Senhora, é afirmado que a escultura teria chegado aquele local, vinda de Mérida, em 714, a qual esteve escondida “durante 468 anos, nas rochas do promontório” e só teria ressurgido em 1182, por ação de D. Fuas Roupinho.

A história da imagem escondida poderá não ser totalmente descabida, pois na verdade foram encontradas algumas esculturas religiosas ocultas nesta zona, como podemos observar na consulta da obra do arqueólogo Eduíno Borges Garcia (Garcia, 1970). Este autor refere a Capela de São Gião, que considera ser de arquitetura visigótica, época coeva ao primeiro surgimento da imagem de Nossa Senhora da Nazaré, por estas paragens, segundo a lenda. Na dita capela fora encontrada, em 1965, uma imagem de São Sebastião, que o autor atribuiu aos séculos XIV-XV, enterrada deliberadamente num orifício aberto para a efeito e depois coberto, no pavimento da nave central.

Para além desta imagem, informa-nos sobre uma imagem da Santíssima Trindade, com imaginária do século XIV, encontrada no decorrer de obras na Igreja de Famalicão da Nazaré. Esta escultura encontrava-se também enterrada no chão da igreja.

Já na Igreja de Alfeizerão, Eduíno Borges Garcia observou duas imagens, uma da Virgem com o Menino e outra de São Miguel, que se encontravam enterradas no pavimento da igreja, em frente ao antigo altar, com características atribuíveis aos séculos XIV-XV.

A atual imagem de Nossa Senhora da Nazaré, esculpida em madeira, existente no Santuário da Nazaré é atribuída ao século XIV. O Santuário foi erguido por ação do rei D. Fernando I, altura em que a imagem teria mudado da Capela da Memória para este local (Santuário Nossa Senhora da Nazaré). O ilustre medievalista Saul Gomes informa-nos sobre as datas de construção do Santuário da Nazaré, bem como a devoção de D. Fernando por Nossa Senhora da Nazaré:

“Em junho e novembro de 1379, efetivamente, decorriam obras de construção da Igreja de Nossa Senhora da Nazaré, (...) já em 1378 o monarca atribuíra dinheiro para o estaleiro da igreja. (...) D. Fernando I, aliás, frequentava com alguma assiduidade a Pederneira. Encontrava-se nesta vila, com a rainha D. Leonor, em 23 de julho de 1374 (...) de 1381, sabe-se que o monarca aportou na Pederneira, vindo na sua «galé grande», visitando depois a Abadia de Alcobaça. (...) A devoção de D. Fernando I a Nossa Senhora da Nazaré demonstrava-se, também, por ter sido esse o nome dado a uma das suas naus grandes do rei, de que era mestre um João Domingues, residente em Lisboa, em 1382.” (Gomes, 2022: 43-45).

Face ao exposto, a imagem datada do século XIV podia ter tido por modelo uma anterior, de características mais arcaicas. Segundo Vítor Serrão, “a Virgem Negra coroada é um modelo iconográfico de raiz paleocristã ligado às «Majestades»”, destacando a antiguidade e perenidade do culto.<sup>5</sup>

A imagem de Nossa Senhora da Nazaré, para além de Virgem do Leite, é também considerada uma Virgem Negra. O negro nas imagens religiosas é tido, por vários autores, como símbolo de fertilidade. A fertilidade da terra negra, havendo também uma analogia com a deusa egípcia - Ísis, sentada a amamentar o seu filho Hórus.



Figura 2 – Imagem de Nossa Senhora da Nazaré  
Segundo Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (s/data)

Continuando a análise do relato que frei de Santa Maria fez da lenda, o Monte de São Bartolomeu, surge como o local onde teriam aportado rei Rodrigo e frei Romano (com a imagem de Nossa Senhora da Nazaré, em conjunto com as relíquias), no qual existiria já uma ermida e uma cruz esculpida. Este monte era conhecido como o antigo Monte Siano ou Seano e, ainda, como Monte Sião.

Com o decorrer do tempo, este local tornou-se palco de uma peregrinação a São Brás, realizada no dia do Santo, três de fevereiro, data em que começam os festejos do célebre Carnaval nazareno.

Ainda, relativamente a este local, o mesmo aparece denominado ora como “Monte de São Bartolomeu”, ora como “Monte de São Brás”. Parece haver aqui uma síntese linguística, em torno das relíquias mencionadas na lenda, já que segundo a mesma, frei Romano teria deixado aqui D. Rodrigo com as relíquias de São Bartolomeu e São Brás e ter-se-ia afastado com a imagem de Nossa Senhora para o atual Sítio da Nazaré, local onde hoje se encontra a Capela da Memória (Santa Maria, 1707).



Figura 3 - Baixo-relevo com Nossa Senhora da Nazaré e peregrinos.  
Capela da Memória, Nazaré. Século XIV?

Saul Gomes descreve, resumidamente, a vida de São Bartolomeu e não esquece a Basílica deste Santo, na Ilha Tiberina, em Roma, nem tão pouco a sua invocação ligada à medicina e hospitais (Gomes, 2022). O Santo foi um dos 12 apóstolos de Jesus Cristo e reza a lenda que teria sido esfolado no atual Daguestão, junto ao Mar Cáspio. A Basílica

de São Bartolomeu na ilha de Tiberina foi contruída sobre o antigo Santuário de Esculápio, nome romano para o deus grego Asclépio, deus da medicina. O deus tinha o poder da cura, de “dar nova vida” e era representado com um bastão, no qual se enrolava uma serpente. A serpente que perdia a pele e começava com uma nova, um recomeço... Nesta ilha em honra de Esculápio havia um templo e um hospital, continuando este em funcionamento, após a passagem para o cristianismo.

Os santuários dedicados a Asclépio tinham condições para acolher um grande número de peregrinos, que aí tinham por hábito pernoitar e serviam como local de cura, durante um certo período de tempo.

Entre os séculos XVI-XVII, em época de domínio filipino, Frei Bernardo de Brito parece ter sido o primeiro a mencionar o Milagre de D. Fuas Roupinho “o alcaide de Porto de Mós”, na *Monarchia Lusitana*.



Figura 4 – Painele de azulejo aplicado na parede exterior da Capela da Memória, Nazaré, representando a lenda com D. Fuas Roupinho  
Foto da autora

Saul Gomes revela parte da história do concelho de Porto de Mós, na qual percebemos que a Ordem Hospitalária de São João de Jerusalém foi detentora deste território, antes dos monges de Alcobaça:

“Os antigos cronistas que escreveram sobre o reinado de D. Afonso Henriques assinalam incursões almóadas junto a Porto de Mós em 1178 e, na Serra da Mendiga, por 1180. Parece-nos (...) muito revelador o facto de ter sido justamente **junto da Mendiga que a Ordem do Hospital** recebeu um avultado património rústico, o qual transferiu para a Abadia de Alcobaça no ano de 1230. Como se sabe, se **é certo que esta Ordem Militar se instala em Porto de Mós** na sequência de algum mérito de combate a razias muçulmanas, **talvez as de 1178-1180**. (...) Em Maio de 1230, como se referiu, é a vez da Ordem do Hospital entregar a Alcobaça tudo o que aqui tinha (Gomes, 2006: 17-26). **(Negrito da autora)**.

Saul Gomes, no mesmo artigo, referiu a existência de famílias estrangeiras, nomeadamente provençais, no século XIV, em Porto de Mós. Entre outras, aponta os *Dacre*, à qual pertenceu o clérigo João Miguéis de Acre. Afirmo que o padre foi sepultado em 1323, na capela que seus pais tinham fundado na Igreja Matriz de São João. Concluimos, portanto, que a família se encontraria a viver nesta zona já no século XIII. Mais à frente, são apontadas por Saul Gomes informações retiradas da obra o *Couseiro*, das quais salientamos a capela dedicada a São Bartolomeu, na qual existiam as imagens de São Miguel e de São Jorge (Gomes, 2006).

Estes dados não surpreendem, uma vez que a Ordem dos Hospitalários foi fundada por provençais: Géraud de Martigues e Raymond du Puy. A Ordem Hospitalária de São João de Jerusalém transferiu a sua sede de Jerusalém para Acre, quando Jerusalém capitulou a favor dos muçulmanos (Tavares, 2013: Doc. 14 e 15, volume 2).

Curiosamente, Saul Gomes refere a Catedral de Nossa Senhora da Nazaré, em Orange, Provença, fundada na Idade Média (Gomes, 2022).

Com base nestes dados colocamos a questão. Será que D. Fuas Roupinho foi um cavaleiro, nacional ou estrangeiro, da Ordem Hospitalária?

Verificámos no livro da autoria de João Duarte de Melo e Ataíde e de Luís Duarte de Melo, algumas informações sobre D. Fuas Roupinho:

“Em 1179 as tropas almóadas atacam o porto de Lisboa, chegando por mar a S. Martinho do Porto ou à baía da Nazaré, a partir de onde atacam o Castelo de Porto de Mós. Era então Alcaide do castelo D. Fuas Roupinho, que contou com o apoio das guarnições de Santarém e Alcanede para desbaratar os sarracenos da Serra da Mendiga. (...) A defesa do ataque almóada a Porto de Mós contou com a participação das hostes dos então chamados Freires de Évora, antiga designação dos Cavaleiros da Ordem de S. Bento de Avis” (Ataíde e Melo, 2015: 10-15).

Estes autores, quando referem D. Fuas, reportam-se à *Crónica de el-rei D. Affonso Henriques*, de Duarte Galvão, nos capítulos LIV, LV e LVI. O capítulo LIV tem por título: *Como os Mouros cercaram Porto de Mós, e foram desbaratados por D. Fuás Roupinho Alcaide do Castello*; no capítulo LV temos o título: *Como D. Fuás Roupinho peleijou no mar com os Mouros, e os venceo, e tomou delles nove Galés*; e no capítulo LVI observa-se o título: *Como D. Fuas Roupinho tornou outra vez sobre mar, por mandado dei Rei D. Affonso contra Mouros e foi desbaratado e morto el/e, e os seus* (D’Azevedo, 1906).



No capítulo LVI é referida a data de morte de D. Fuas Roupinho:

“Os nossos vencidos, e desbaratados, e mortos muitos, e ante eles o nobre D. Fuas Roupinho. Esta foi aos dezassete de Outubro da dita era de mil e cento e oitenta anos (1180).” (D’Azevedo, 1906: 160).

Seguimos aqui o que escreveu Saul Gomes, a título de exemplo da data atribuída ao milagre atribuído à Senhora da Nazaré em favor de D. Fuas:

“Em 16 de setembro de 1182, segundo a «tradição» (...) D. Fuas Roupinho via-se, deste modo, livre, por milagre, da morte que ali o ameaçara.” (Gomes, 2022: 30).

Mas a saga de D. Fuas Roupinho não termina aqui. O ilustre médico alcobacense, António Brilhante, no século XIX, reproduziu um texto retirado de um painel de azulejos existente na Sala dos Reis, do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. O texto consta de uma dádiva do rei D. Afonso Henriques à Ordem de Cister:

“(...) e ordeno, e mando a todos, e a cada um dos meus sucessores, que legitimamente entrarem na sucessão d’este reino, que deem todos os annos á propria Igreja de Santa Maria do Claraval, que é da ordem de Cister, sita no reino de França, no Bispado de Langres, em modo de feudo, e vassalagem, cinquenta maravedis de ouro provado, e digno de receber.” (Araújo, 1877: 275).

D. Afonso Henriques promete ainda acolher e proteger membros que tenham a intenção de fundar algum mosteiro desta Ordem. No documento, entre as testemunhas, surgia o nome D. Fuas Roupinho: “(...) – Fuas Roupinho governador de Coimbra, confirmo” (Araújo, 1877: 275).

Observando a Sala dos Reis, do Mosteiro de Alcobaça, podemos ver painéis de azulejo atribuíveis ao século XVIII. E aí encontra-se, realmente, o texto citado.

Não tendo em conta se toda a transcrição é exata, podemos, contudo, observar que o texto seria uma reprodução, possivelmente com adaptações, de um documento de 1142, emitido pelo rei e confirmado por Fuas Roupinho, na qualidade de governador de Coimbra.

Sobre a marca da pata do cavalo, que a lenda afirma ter ficado impressa junto à Capela da Memória, podemos ler:

“(...) a tradição aponta aos visitantes a marca deixada por uma das patas do cavalo de D. Fuas Roupinho na ponta do Bico do Milagre, ao lado da Capela da Memória no Sítio da Nazaré.” (Medeiros, 2022: 220).

Entretanto, o arqueólogo Fernando Coimbra, num artigo onde refere a suposta marca impressa pela pata do cavalo, escreveu:

“Voltando à lenda de D. Fuas Roupinho, a tradição popular diz que as patas do seu cavalo ficaram marcadas na rocha, no momento em que lhe apareceu a Virgem. (...) Recentemente visitámos também o local e o buraco lá está, mas não se trata aqui de arte rupestre, tratando-se antes de uma cavidade, efectuada por mão humana, para qualquer finalidade prática e de datação obscura.” (Coimbra, 2005: 11).

## Conclusões

Analisaram-se as viagens de clérigos hispânicos, durante o século V, a Jerusalém, a Belém e ao Norte de África. No caso particular de Paulo Orósio, não tendo nós qualquer prova que no seu regresso à Península Ibérica tivesse trazido consigo a imagem de Nossa Senhora da Nazaré (de Belém), nem tão pouco as relíquias de São Brás e São Bartolomeu (do Norte de África), não estranharíamos que ele ou um dos seus companheiros trouxessem algo semelhante destas viagens. O itinerário de Paulo Orósio, bem como o seu encontro com os dois santos referidos na lenda (São Jerónimo e Santo Agostinho), coincide, exatamente, com a lenda do trajeto da imagem de Nossa Senhora da Nazaré da Galileia até Mérida.

O espírito de peregrinação reporta-se aqui às viagens dos clérigos portadores de imagens e de relíquias. Continua vivo no Sítio da Nazaré, com peregrinos de vários lugares em demanda da Virgem Maria de Nazaré, uma devoção pelos seus milagres, sem esquecer a romaria ao Monte de São Bartolomeu, no dia de São Brás. Sobre a génese de São Bartolomeu e a medicina, vimos as peregrinações a santuários/hospitais de Esculápio ou Asclépio. Também a Ordem Hospitalária assistia a peregrinos e doentes, no espírito do Xenodóquio.

As peregrinações a Nossa Senhora no porto da Pederneira, dos Coutos de Alcobaça, originaram o nome de uma povoação e futuro concelho – a Nazaré.

Em Porto de Mós fixaram-se famílias de origem provençal, sendo identificadas a partir do século XIV. Uma das famílias estrangeiras, já aí se encontrava no século XIII e as outras poderiam também encontrar-se nessa zona, em tempos anteriores. Não podemos, nesta análise, esquecer a presença da Ordem Hospitalária de São João de Jerusalém neste concelho, até meados do século XIII. Esta era uma Ordem supranacional e cujos membros fundadores foram provençais.

São Bartolomeu e São Brás, santos cujas relíquias teriam sido entregues por Santo Agostinho ao Mosteiro Cauliniano, deram nome ao antigo Monte Seano ou Monte Sião. *Seano* ou *Siano* remete-nos para uma denominação de origem italiana, possivelmente, anterior ao cristianismo, de época romana. Quanto a Sião, lembra-nos o nome do monte, onde apareceu Deus a Moisés entregando-lhe as Tábuas da Lei, facto relatado no Antigo Testamento e que indicia uma presença judaica ou cristã.

São Bartolomeu era, ainda, a denominação da capela no interior da Igreja Matriz de São João, em Porto de Mós, que os pais do sacerdote João Miguéis de Acre (recordamos que São João de Acre foi sede dos Hospitalários entre 1191-1291) tinham fundado e no seu interior teriam existido as imagens de São Miguel e São Jorge. Não podemos esquecer que a fortificação no Sítio da Nazaré é conhecida como *Forte de São Miguel*. São Miguel, o arcanjo, trespassa o inimigo, o mal ou o dragão e o mesmo faz São Jorge, que trespassa o dragão, símbolo do mal.

D. Fuas Roupinho é uma personagem que surge relacionada com factos diversos e que podemos considerar efabulada. É de destacar que a data da sua morte na *Crónica de el-rei D. Afonso Henriques*, por Duarte Galvão, inviabiliza a data tida como a do “Milagre da Nazaré”.

Finalmente, a marca da pata do cavalo relatado no Milagre de D. Fuas Roupinho, parece não corresponder a um equídeo, sendo certamente de origem antrópica.

## Notas:

(1) “A invasão Vandalica começou em 428, e logo os nossos Eremitas se virão obrigados à fugir para onde cada hum pode mais commodamente. O livro geral do Registo da Ordem à fol. 210 dá a Origem dos Eremitas de S. Agostinho na Ethiopia em 457, aqui plantados pelos refugiados d’Africa. (...) que antes da invasão dos Mouros e perda das Hespanhas não houverão Frades Bentos em Portugal. (...) fundarão depois delle S. Nunto, e outros discipulos seus: “S. Nunctus et alii, qui ex disciplina S. Donati, extruxerunt monasterium Caulianum prope Eremitam (...) porem antes destes Profuturo, Paulo Orosio, Paulino, Romão, e outros espalhàrao nas Hespanhas o Instituto monastico de S. Agostinho” (Azevedo, 2011: 41-51).

(2) Como consta da Monarchia Lusitana do mesmo Fr. Bernardo de Brito, 2.p.fol.391. E se acha conforme as tradições antigas ser esta Sacrosanta Imagem da Virgem de Nazareth obrada pelas mãos de São Joseph, na própria presença da Mãe de Deos, & encarnada por S. Lucas”. (Santa Maria, 1707: 143-173).

(3) - Coordenadas: 38.8893794N / -6.4775562W.

(4) Orosio partiu sem perda de tempo à Palestina, **corria o anno de 415 (...) Estando em Bellem em util e santa conversação com Jeronimo (...)** Quando **Orosio, de volta da Palestina, entrou em Africa** achou os Bispos da Provincia Proconsular juntos em Carthago, (...) **Entregues à S. Agostinho as cartas de S. Jeronimo**, daqui, e depois d’huma entrevista com Aurelio, Primaz de Carthago, insinuada por Agostinho, **embarcou para a Hespanha com as Reliquias de S. Estevão**, cujo corpo tinha sido à pouco descoberto pelo Presbytero Luciano, **para o Bispo e Clero Braccharense com carta d’Avito aos mesmos**, e a Relação de Luciano, / trasladada por Orosio para Latim / acerca da invenção do dito Corpo. Em breve **ancorou em Porto Mahon na Ilha Minorca; sabendo porem ali do estado lastimoso de perturbação, em que a Hespanha se achava, regressou à Hipponia.**” (Azevedo, 2011: 485-486) (Negrito da autora).

(5) Informação recolhida no Colóquio – *O Culto de Nossa Senhora da Nazaré: Perspetiva Multidisciplinar*, no Auditório da Biblioteca Municipal da Nazaré, em 01/02/2020, onde o Professor Doutor Vítor Serrão foi palestrante com o tema *Mundividências, Imaginários e Práticas: História da Arte em torno do Culto à Virgem da Nazaré*.

## Bibliografia

ARAÚJO, F. D. A. (1877). *Memoria Brilhante: Biographia dos Mui Distinctos Médicos Dr. Antonio José de Lima Leitão e Dr. Antonio Maria dos Santos Brilhante*. Typographia Universal, Lisboa.

ATAÍDE, J. D. de M.; MELO, L. D. L. (2005). *Nova Monografia de Alcanede*. Edição de Autor, Alcanede.

AZEVEDO, C. A. M. (2011). *Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho em Portugal (1256-1834)*. Edição Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa: 512 p.

COIMBRA, F. A. (2005). Arte Rupestre e Lendas Populares. *Revista de Portugal*, 2: 10-14.

D'AZEVEDO, M. (1906). Chronica de El-Rei D. Affonso Henriques, por Duarte Galvão. *Biblioteca de Clássicos Portuguezes*, 60: 155-160. Escripório, Lisboa.

DIAZ, C. (2017/2018). Arrianismo y Catolicismo: La Conversión y la Integración del Reino. *Arqueologia & Historia*, 16: 46-50.

ENES, M. F. (2002). Ideias Religiosas em História das Ideias. *Cadernos de Cultura, Suplemento da Revista Cultura*, 5: 13-110.

GARCIA, E. B. (1970). Descoberta e Estudo de Imagens Religiosas em S. Gião, Famalicão da Nazaré e Alfeizerão (Estremadura). In, Actas das I Jornadas Arqueológicas (pp. 3-27). Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa.

GOMES, S. A. (2006). Porto de Mós em Tempos Medievais. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, N.º 6: 9-29.

GOMES, S. A. (2022). O Culto à Nossa Senhora da Nazaré na Época Medieval: uma História entre Documentos e Hipóteses. In, PENTEADO, P. (Coord.) *O Culto de Nossa Senhora da Nazaré: Perspetiva Multidisciplinar* (pp.23-72). Universidade Católica Editora, Lisboa.

MARTÍNEZ TEJERA, A. M. M. (2017/2018). La Arquitectura Cristan: de época goda en Hispania. *Arqueologia & Historia*, 16: 40-43.

MATTOSO, J. (Dir.) (1993). *História de Portugal: Antes de Portugal, volume I*. Editorial Estampa, Lda., Lisboa.

MEDEIROS, C. L. (2022). As Práticas e Manifestações do Culto da Nazaré como Património Cultural Imaterial da Humanidade – UNESCO: Caminhos para uma Candidatura Multinacional, in, PENTEADO, P. (Coord.) *O Culto de Nossa Senhora da Nazaré: Perspetiva Multidisciplinar* (pp. 213-232). Universidade Católica Editora, Lisboa.

NAVARRO DEL CASTILLO, V. (1964). El monasterio visigótico de Cauliana, hoy ermita de Santa María de Cubillana. *Revista de Estudios Extremeños*, 20 (nº3): 513-531.

SANTA MARIA, F. A. de (1707). *Santuário Mariano E Historia das Images milagrosas De Nossa Senhora, tomo II*. Oficina de Antonio Pedrozo Galvão, Lisboa.

TAVARES, A. C. A. (2013). *Santa Susana do Landal e sua Influência nos Coutos de Alcobaça: Proposta de Inventariação de uma Manifestação de Património Cultural Imaterial*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, 281p.

### Fontes Eletrónicas

DAUD, M. D. (2020). São Lucas: o primeiro retratista da Virgem Maria? <https://pt.aleteia.org/2020/10/18/sao-lucas-o-primeiro-retratista-da-irmem-maria> (Acesso em 09/06/2025).

CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DA NAZARÉ (s/d) *Hospital*. <https://cnsn.pt/patrimonio/hospital/> (Acesso em 09/06/2025)

[CONFRARIA NOSSA SENHORA DA NAZARÉ \(2025\). \*Santuário Nossa Senhora da Nazaré.\* cnsn.pt](https://cnsn.pt)

(Acesso em 19/03/2024)

GONÇALVES, A. L. M. (2009). **A Medicina e o Património: Enfermarias e Mosteiros.** *Sala do Capítulo do Mosteiro de Alcobaça.*

<https://www.webartigos.com/artigos/a-medicina-e-o-patrimonio-enfermarias-e-mosteiros/93405/>

(Acesso em 20/11/2018)

INSTITUTO PLINIO CORRÊA DE OLIVEIRA (s/data). *Nossa Senhora de Nazaré* (s/data).

<https://antigo.ipco.org.br/nossa-senhora-de-nazare-portugal/>

(Acesso em 20/05/2025)

PÉREZ, C. A. (2016). *Mausona, Nuestro OBispo*  
[santaeulaliademerida.es](http://santaeulaliademerida.es)

(Acesso em 17/03/2024)



# ARTE NEOCLÁSSICA E *ART NOUVEAU* NAS ÁREAS HABITACIONAIS NO CENTRO DA CIDADE DO PORTO: UMA BREVE VISÃO PICTÓRICA

## NEOCLASSIC ART AND *ART NOUVEAU* IN RESIDENTIAL AREAS IN THE CITY CENTER OF PORTO: A BRIEF PICTORIAL VIEW

Cátia Teixeira

Associação dos Professores de História (APH)  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
[catia.teixeira90@gmail.com](mailto:catia.teixeira90@gmail.com)

Sofia Albino

Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
[sofianair.albino@gmail.com](mailto:sofianair.albino@gmail.com)

António Gomes

Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
[antoniosousagomes2002@gmail.com](mailto:antoniosousagomes2002@gmail.com)

Luís Ribeiro

Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
[ribeirofernandesluis2003@gmail.com](mailto:ribeirofernandesluis2003@gmail.com)

### Resumo

Um espaço citadino encontra-se repleto de inúmeros estilos artísticos que não advêm apenas dos espaços museológicos ou religiosos presentes. As próprias áreas habitacionais também “contam” uma história, uma história ligada ao próprio desenvolvimento artístico e arquitetónico da cidade. Esses espaços transformam-se em objetos de arte que nos rodeiam diariamente e que vislumbramos de modo inconsciente. Neste estudo analisamos as características estéticas e formais de três áreas habitacionais onde predominam as vertentes artísticas da Arte Neoclássica e da *Art Nouveau* na cidade do Porto.

**Palavras-chave:** Neoclássico, *Art Nouveau*, Porto, áreas habitacionais.

### Abstract

A city space is full of countless artistic styles that don't just encompass museums and religious areas. The residential areas themselves also “tell” a story, a story linked to the city's own artistic and architectural development. Those spaces become art objects that surround us daily and that we glimpse unconsciously. In this study we analyzed the aesthetic and formal characteristics of three residential areas where the artistic aspects of Neoclassicism and *Art Nouveau* predominate in the city of Porto.

**Keywords:** Neoclassicism, *Art Nouveau*, Porto, residential areas.

### Introdução

A cidade do Porto apresenta uma riqueza técnico-arquitetónica que reflete diferentes períodos da sua história, entrelaçando em si estilos artísticos e influências diversas. Ver o objeto de arte à nossa volta é algo que inconscientemente fazemos todos os dias e, por vezes, somos levados a decifrar algo que é despertado pelo nosso simples olhar. Mas a verdade é que não basta só olhar, é importante ter uma visão consciente da beleza da nossa realidade. Afinal, uma ação tão simples como a observação da arquitetura moderna, da intervenção contemporânea e da sua relação com outros elementos artísticos de períodos anteriores permite-nos reconhecer e assimilar melhor o espaço que nos rodeia, já que estes aspetos espelham a passagem de um tempo marcado por transformações e inovações que definem a identidade do lugar que nos acolhe.

Neste sentido, o presente estudo incide na perspetiva de desenvolver a sensibilidade e perceção no domínio do conhecimento artístico dos estilos Neoclássico e *Art Nouveau* relativamente aos espaços habitacionais no centro da cidade do Porto. Para tal, será apresentada uma análise dos Edifícios nº 160 e nº 240 na Rua Dom Manuel II na Freguesia de Lordelo do Ouro e Massarelos, e do Edifício nº 82 na Rua dos Clérigos na Freguesia da Vitória, localizados no centro desta cidade.

### Breve contextualização histórica da malha urbanística da cidade do Porto

Em 1763, iniciavam as atividades construtivas da Junta das Obras Públicas, tendo como principal função a renovação iluminista da malha urbana do Porto (Benevolo, 2001). Todavia, o Porto ostentava uma cidade de fisionomia densa no princípio do século XIX, onde as habitações encontravam-se aglomeradas na zona ribeirinha. Foi um processo de construção longo, mas eficaz. As mudanças deste cenário deram-se por dois grandes motivos, o primeiro foi a destruição fracionária da cidade durante o cerco do Porto (1832-1834), o que exigiu a reconstrução parcial da cidade, e o segundo motivo deveu-se ao abandono da zona ribeirinha em direção às zonas mais altas e menos sobrelotadas por parte dos mais abastados (Ferreira; Da Rocha, 2018: 63-83). Em 1864, foram

implementados os primeiros “Planos Gerais de Melhoramento” com o propósito de trazer soluções, não só devido às mudanças económico-sociais, mas também ao aumento da industrialização, ao crescente êxodo rural e à modernização dos transportes, criando uma cidade racional (Calainho, 2021: 74). A arquitetura habitacional da cidade do Porto, seja a horizontal casa nobre ou a vertical casa burguesa, apresentam uma composição austera no exterior, que se acentuou nos edifícios do século XIX (Teixeira; Póvoas, 2024: 297-307). No entanto, entre os finais do século XIX e as primeiras duas décadas do século XX, verifica-se o aparecimento de outras arquiteturas nas novas artérias da cidade, sobretudo, através da utilização de novos materiais como o ferro fundido, o aço e o vidro, representando uma mudança nas normas arquitetónicas portuenses (Ferreira; Da Rocha, 2018: 66).

Um desses novos estilos foi a *Art Nouveau*, em português “Arte Nova”, que rejeitava os historicismos da sua época e pretendia renovar a arquitetura e a arte decorativa. Apesar disso, não se pode falar da existência de uma verdadeira arquitetura de *Art Nouveau* no Porto, mas de elementos “artenovizantes” aplicados às fachadas dos edifícios comerciais e habitacionais. Nos edifícios mais tradicionais, os elementos característicos de *Art Nouveau* podem ser observados na aplicação de serrilharia artística articulada com azulejos de temáticas naturalistas (Ferreira; Da Rocha, 2018: 67).

## **Análise estética e formal das áreas habitacionais no centro da cidade do Porto**

### **Edifício nº 160, Rua Dom Manuel II, Freguesia de Lordelo do Ouro e Massarelos**

O conjunto edificado nº 160 (Fig.1) situado na Rua de Dom Manuel II é datado do ano de 1913 (Fig.2) e demonstra uma grande predominância na centralidade do edifício habitacional. Esta construção sugere uma simbiose de elementos neoclássicos com algumas características de *Art Nouveau*, algo muito comum nas construções da cidade do Porto no final do século XIX e início do XX (Teixeira; Póvoas, 2024: 297-307).

O edifício habitacional é composto por três pisos, enquadrados perfeitamente naquela que é a paisagem do ambiente envolvente, caracterizada pela repetição destes edifícios de habitação com uma verticalidade própria, de decoração variada, tornando-se uma das imagens de marca do Porto (Ferreira; Da Rocha, 2018: 66-70). Este edifício é caracterizado pela ortogonalidade e cadência vertical, com a abertura de vãos de iluminação em cada andar (Silva; Calado, 2005: 373). A fachada é revestida em azulejo dourado, uma coloração característica de *Art Nouveau* (Proença, 2002: 137-138). Os vãos de iluminação causam um contraste no edifício, uma vez que são emoldurados por cornijas de granito autóctone (Teixeira; Póvoas, 2024: 305), das quais nascem pilastras retangulares endossadas que, por sua vez, assentam numa arquitrave que encabeça caixotões de azulejo emoldurado também em granito autóctone (*idem*).



Fig. 1 – (1) Elementos vegetalistas característicos de *Art Nouveau*, (2) Utilização de granito autóctone, (3) Revestimento em azulejo dourado, (4) Serralharia artística em ferro fundido com linhas circulares e sinuosas, (5) Janelas de composição retangular com caixilhos de madeira, (6) Motivos naturalistas em forma de nuvem característicos de *Art Nouveau*, (7) Mísulas, (8) Platibanda em forma de frontão retangular. Fonte: Fotografia dos Autores, 2024.



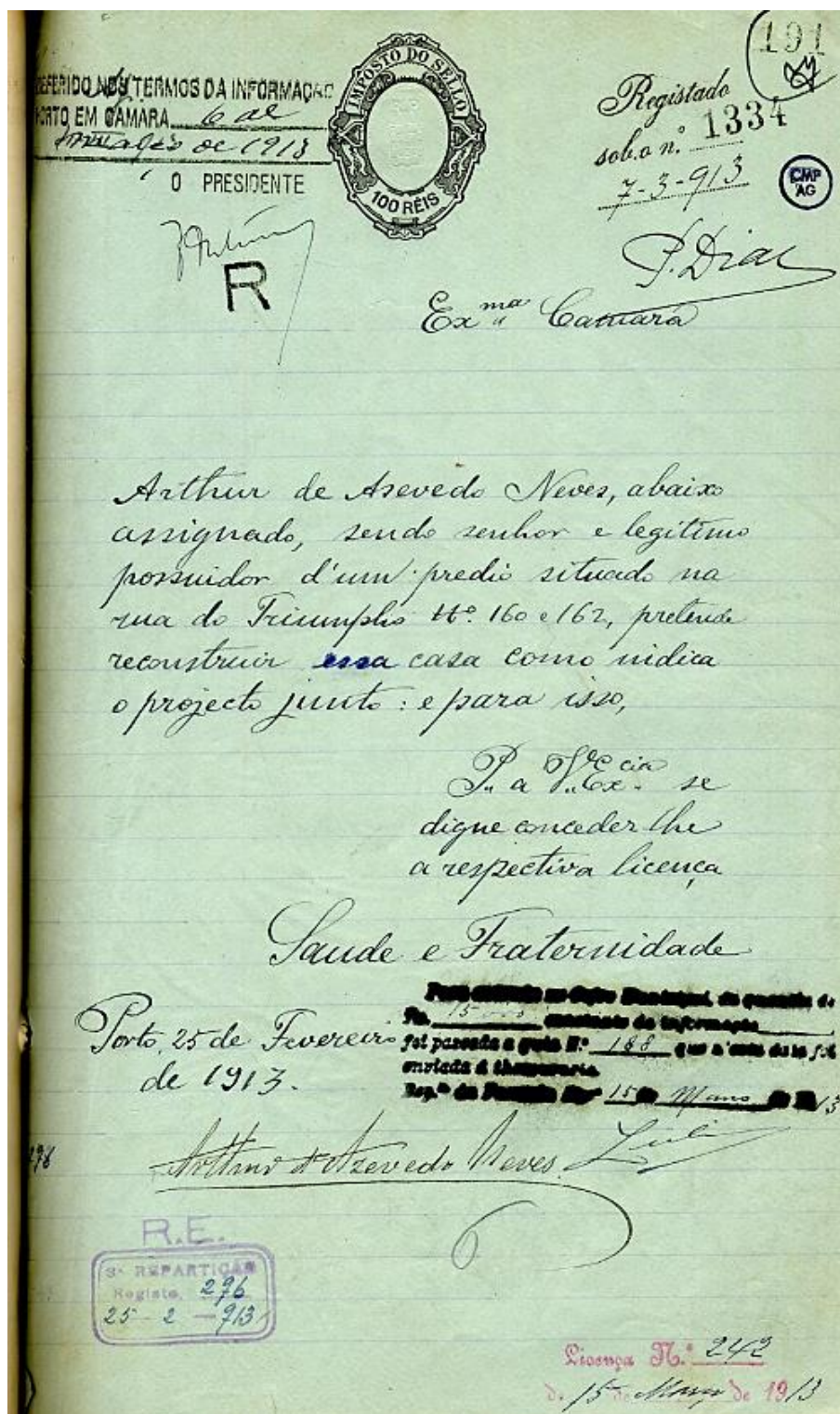


Fig. 2 – Licença de Obra do Edifício nº 160, datada de 1913. Fonte: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto – Licença de obra n.º 242/1913.



Neste segmento, sob as mísulas “nasce” um esbelto frontão retangular, que é adornado por um tímpano de saliências retangulares, marcado por um elemento decorativo circular na sua magnitude central. Apesar de não ser triangular, é evidente que nos direciona para a arquitetura da Antiguidade Clássica (Pereira, 2014a: 208-209; 226-227). O frontão pode ser considerado como uma platibanda que se entende como uma moldura pouco espessa e contínua, que contorna uma construção, acima dos frechais, formando uma proteção do telhado (Silva; Calado, 2005: 293). Nesta descrição nota-se os elementos neoclássicos provenientes do Neoclassicismo, movimento que surge como reação ao Barroco e ao Rococó, em parte do desejo de recriar a arte da Antiguidade Clássica (Hodge, 2020: 25). Neste movimento, as proporções e a harmonia da arquitetura greco-romana são valorizadas, realçando uma disposição linear e equilibrada dos elementos que formam a fachada do edifício (Pereira, 2014b: 24).

O azulejo observado é claro indicador do movimento artístico de *Art Nouveau*, destacando-se pelo uso de formas orgânicas, linhas sinuosas e motivos naturalistas, como flores, folhas e nuvens, que são claramente visíveis nos azulejos decorativos da fachada (Ferreira e Da Rocha, 2018: 67). *Art Nouveau* valorizava uma arquitetura que valorizasse as possibilidades dos materiais como o ferro (Hodge, 2020: 31). É de salientar que, tanto nos vãos do andar inferior, como no encabeçamento do portão, são visíveis decorações estilizadas a ferro, com curvas e formas elegantes, muitas vezes inspiradas em padrões naturais, visíveis na serralharia ornamental (Greenhalgh e Griffith, 2000).

No entanto, o que mais causa um choque visual nesta arquitetura habitacional encontra-se na parte superior do edifício, pois em cima do friso retangular contracurvado, nasceu, posteriormente, um acrescento de metal de cor única cinzenta, que é uma prática que se vê repetida por muitas das casas da zona urbana do Porto, para corresponderem às necessidades atuais dos proprietários.

### **Edifício nº 240, Rua Dom Manuel II, Freguesia de Lordelo do Ouro e Massarelos**

O Edifício nº 240 (Fig.3), cujo ano de construção é datado de 1912 (Fig.4), caracteriza-se por ser um edifício habitacional erguido na vertical em pedra granítica autóctone (Teixeira; Póvoas, 2024: 305) e pintado de um rosa suave que nos remete às cores pastéis, onde se erguem três pilastras contínuas. No rés-do-chão, encontram-se três janelas de peito circundadas parcialmente por um gradeamento de serralharia artística em ferro fundido. Este gradeamento encontra-se ricamente trabalhado com formas circulares e semicirculares evidenciando, assim, as influências da *Art Nouveau* e da Arquitetura do Ferro e do Vidro, e permitindo criar pesas mais sólidas e leves (Greenhalgh; Griffith, 2000: 5-6). A janela central é retraída na horizontal e na zona inferior contém um elemento esculpido na forma retangular. Quanto às janelas laterais, apresentam um formato vertical, contendo cada uma delas duas almofadas retangulares.



Fig. 3 – (1) Serralharia artística em ferro, (2) Janelas com caixilhos de madeira, dispostas em forma de arco cego, (3) Três mísulas sobrepostas na moldura do arco abatido, (4) Balastrada composta por um gradeamento de ferro fundido com linhas circulares e sinuosas, (5) Friso de azulejos com elementos vegetalistas, (6) Balastrada e balaústres de granito, (7) Platibanda com medalhão, (8) Arco de Ferradura. Fonte: Fotografia dos Autores, 2024.

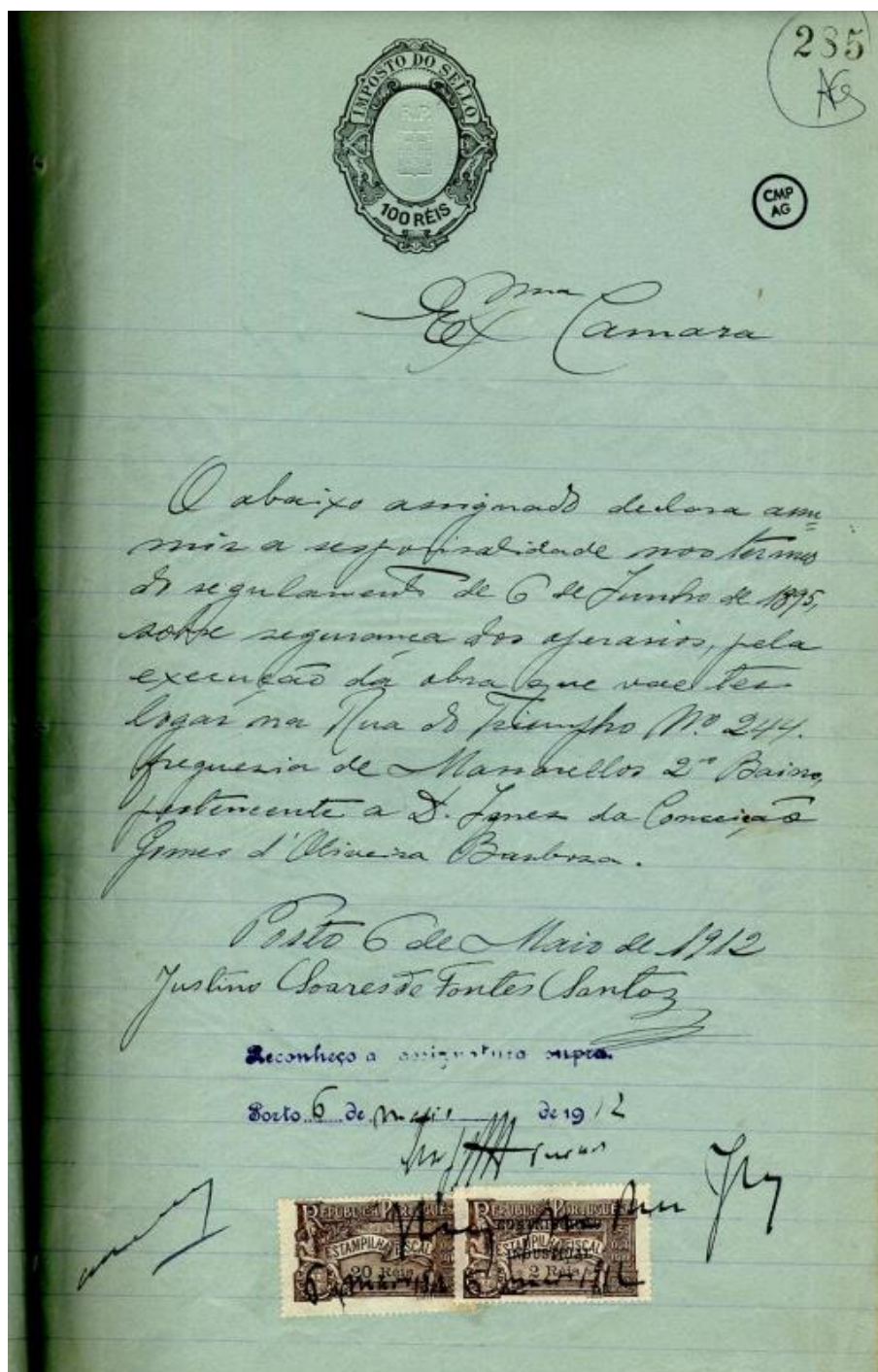


Fig. 4 – Licença de Obra do Edifício nº 240, datada de 1912. Fonte: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto – Licença de obra n.º 961/1912.

No primeiro andar observamos três mísulas de figuração simples. As mísulas encontram-se sobrepostas na moldura do arco abatido de considerável dimensão, onde surgem duas janelas com caixilhos de madeira, dispostas em forma de arco cego e compostas por vidros verticais ornamentados com linhas convexas. Entre as janelas laterais encontra-se uma janela de sacada composta por linhas côncavas, apresentando duas portadas igualmente em madeira. Por sua vez, observamos dois medalhões inseridos numa composição quadrangular entre a balaustrada de serralharia artística em ferro na janela de sacada.

No segundo andar, observamos um friso de azulejos entre quatro mísulas, ricamente trabalhado com elementos cromáticos dourados que sobressaem do fundo branco. O friso apresenta características naturalistas, ou seja, vegetalistas, pelo qual usa as cores verde e rosa para representar flores, uma particularidade de *Art Nouveau* (Proença, 2002). Este piso demonstra duas janelas de sacada com dois batentes cada, inseridas em molduras de linhas geométricas, sendo as portas de madeiras pintadas de cor branca, cada uma com quatro almofadas dispostas na vertical. A balaustrada do segundo andar caracteriza-se por ser estreita e contínua, composta por um gradeamento de ferro fundido ricamente trabalhado com linhas circulares e sinuosas (Hodge, 2020; Ferreira e Da Rocha, 2018: 68). Verificamos ainda uma janela de peito lateral que apresenta as mesmas características que as restantes.

No último andar, foi possível determinar a existência de uma marquise recuada, provavelmente em tijolo e com chapa, sendo estes materiais contemporâneos, o que indica a sua construção posterior. Observamos três janelas em arcos de volta perfeita, e provavelmente uma janela de sacada central, a fim de possibilitar o acesso à balaustrada de pedra. A balaustrada apresenta balaústres de composição geométrica rematada por dois pilares retangulares, cada um contendo uma esfera na zona superior. Em paralelo com a balaustrada, observamos uma platibanda, cujo elemento estrutural central terá sido, possivelmente, um medalhão, outrora ornamentado ou composto por uma inscrição, rematado por dois pilares retangulares com esferas. A balaustrada de pedra assenta numa cornija simples sustentada por quatro mísulas sem motivos decorativos, cuja composição apresenta duas fendas paralelas na vertical.

Por fim, do lado direito do edifício encontra-se uma porta alta que ocupa dois níveis, ricamente trabalhada. A porta é decorada com linhas onduladas e duas almofadas superiores, contendo por baixo uma linha curvilínea rematada por volutas. Cada lado da porta apresenta uma janela vertical sobreposta por um gradeamento em ferro fundido decorado com linhas curvas e com volutas de pequena dimensão (Hodge, 2020: 31), cuja zona inferior conclui com duas almofadas retangulares. A área superior da porta apresenta uma ornamentação vitral com uma estrutura oval em ferro, sobreposta com motivos espirais e curvilíneos. Esta ornamentação vitral assenta sob uma estrutura, cuja composição abarca um arco de ferradura com uma pedra de fecho saliente e duas aduelas de cada lado. O respetivo tímpano, contínuo na vertical em formato oval, é constituído por vidro com armação em ferro simplista, onde as linhas curvas predominam na composição. Toda esta profusão decorativa é uma das características emblemáticas de *Art Nouveau* (Ferreira e Da Rocha, 2018: 68).

### Edifício nº 82, Rua dos Clérigos, Freguesia da Vitória

O Edifício nº 82 (Fig.5), cujo ano de construção é datado por volta de 1838 (Fig.6), é uma habitação de andares polifuncionais com uma zona residencial e comercial (Calainho, 2021). Caracteriza-se por estar disposta na vertical, erguida sobre granito autóctone (Teixeira e Póvoas, 2024), e contendo materiais como madeira pintada de branco, vidro e ferro fundido. Observamos, igualmente, um revestimento de azulejo com tonalidades branca e azul, ricamente trabalhado. O azulejo apresenta características naturalistas através da estética floral (Proença, 2002). O edifício é ladeado por duas pilastras contínuas com capitéis geométricos e simplistas. Toda a estrutura funde-se numa perfeição que prima pela harmonia das formas, sendo o equilíbrio uma gramática marcadamente assente na arte neoclássica e na filosofia iluminista (Hodge, 2020; Pereira, 2014b). No entanto, o prédio também apresenta um certo “horror ao vazio” onde os azulejos e as linhas curvas de *Art Nouveau* se mesclam com a arquitetura neoclássica através da transmissão da sensação de movimento (Ferreira e Da Rocha, 2018).

O rés-do-chão encontra-se dividido por duas lojas comerciais com *devanture* (vitrina) em ferro fundido e decoradas ao estilo de *Art Nouveau*, com um alargamento horizontal no frontispício, cujo ano de construção remonta a 1900 (Fig.7). Os elementos decorativos demonstram uma estética ornamental e curvilínea, onde é possível verificar o uso extensivo de volutas no gradeamento do portão do edifício. Quatro das seis pilastras assentam em plintos, de forma a ordenar a estrutura do imóvel ao terreno inclinado. O fuste das pilastras encontra-se decorado com elementos geométricos em baixo-relevo. Continuamente, observamos nas pilastras uma inspiração nos capitéis compósitos da Antiguidade Clássica, através da utilização de volutas e elementos vegetalistas que remetem às folhas de acanto (Pereira, 2014a). É importante referir que os elementos artísticos de *Art Nouveau*, como o ferro e vidro (Hodge, 2020), foram os mais usados nas mudanças arquitetónicas do frontispício das lojas, de forma a realçar o espaço comercial, o chamado “aformosamento” (Da Rocha e Vechina, 2024).

No primeiro andar, observamos quatro janelas de sacada com caixilharia em madeira pintada da cor branca, cuja parte superior em vidro está disposta na horizontal e assente num semicírculo com motivos geométricos em forma de “V”. Cada batente encontra-se na vertical, contendo dez vidros quadrangulares e agrupados simetricamente. No fundo de cada batente estão dispostas duas almofadas. A moldura que circunda as janelas de sacada apresenta um arco abatido. No topo de cada moldura verificamos um frontão triangular com linhas curvas e rematado por duas volutas, lembrando os frontões da Arte Clássica (Pereira, 2014a). No tímpano observamos uma decoração vegetalista em forma de folha. A balaustrada de linhas curvas e sinuosas com gradeamento em ferro fundido está individualmente dividida por cada janela de sacada. Quanto ao segundo andar, as únicas diferenças correspondem à decoração do tímpano que, por sua vez, é constituída por elementos vegetalistas. Cada balaustrada está assente em duas mísulas de decoração naturalista, uma vez que apresentam um conjunto de folhas, formando uma voluta no remate. As únicas diferenças que observamos no terceiro piso são a ausência de frontões triangulares no topo dos arcos abatidos e a balaustrada que



demonstra uma composição contínua entre as janelas de sacada, cuja serralharia artística é minuciosa, dando destaque à composição geométrica simples, remanescente da arte neoclássica (Hodge, 2020). No último piso, observamos uma marquise de construção posterior, uma vez constituída por materiais contemporâneos como pladur e chapa metálica. As duas janelas de peito contêm caixilhos de madeira pintados de branco em formato de arco abatido.



Fig. 5 – (1) Revestimento em azulejo com elementos naturalistas, (2) Janelas de sacada com molduras rematadas em arco abatido, (3) Frontão triangular com linhas côncavas interposto por mísulas, (4) Frontão triangular com linhas côncavas e rematado por duas volutas, (5) Balaustrada com gradeamento em ferro fundido, (6) Balaustrada de composição contínua em ferro fundido, (7) Janela de sacada sem motivos decorativos, (8) Lojas comerciais em ferro fundido ao estilo de *Art Nouveau*. Fonte: Fotografia dos Autores, 2024.





Fig. 6 – Licença de Obra do 3º andar do Edifício nº 82, datada de 1838. Fonte: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto – Licença de obra n.º 198/1838.



É, sem dúvida, excecional como duas artes distintas (Arte Neoclássica e *Art Nouveau*) se mesclam, transformando a malha urbana da cidade num espaço harmonioso. Há, de facto, influências da arquitetura francesa na cidade do Porto entre os séculos XIX e XX devido a certos elementos arquitetónicos trazidos pelos próprios franceses, embora a arquitetura portuguesa se tenha destacado com as suas próprias reinterpretações (Calainho, 2021).

Concluindo os vários níveis de visualização presentes nesta figura ilustram uma amálgama de épocas, tipos de arquiteturas e objetivos que estas têm, numa verdadeira reflexão do carácter dinâmico do Porto. Uma cidade que mantém a sua autenticidade pela acumulação de diferentes acrescentos contemporâneos enquanto mantém as arquiteturas que tanto marcaram o seu passado; uma cidade em constante crescimento e evolução, mas que não esquece as suas raízes.

### **Agradecimentos:**

O presente artigo é consequência da investigação realizada no âmbito de História da Cultura e das Artes no Mestrado em Ensino de História do 3º ciclo de Ensino Básico e do Ensino Secundário, sob a orientação da Professora Doutora Filomena Limão, doutorada em História de Arte e, pelo qual, expressamos os nossos agradecimentos.

### **Fontes de Arquivo**

Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto AHCMP – Licença de obra n.º 198/1838.

Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto AHCMP – Licença de obra n.º 73/1900.

Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto AHCMP – Licença de obra n.º 961/1912.

Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto AHCMP – Licença de obra n.º 242/1913.

### **Bibliografia**

BENEVOLO, L. (2001). *História da Arquitetura Moderna*. 3ª Edição. Editora Perspetiva, São Paulo.

CALAINHO, M. (2021). *Arte Nova no Porto: fragmentos de um movimento artístico e arquitetónico na memória e na história da cidade*. Tese de Mestrado. Universidade do Minho, Braga.

FERREIRA, N.; ROCHA, M. (2018). *Trajetos da Arquitetura Civil na Cidade do Porto do Século XIX à Primeira Metade do Século XX*. In ROCHA, M. (coord). *História da Arquitetura. Perspetivas temáticas* (pp.63-83). CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Porto.

GREENHALGH, P.; GRIFFITH, M. (2000). *Art Nouveau: 1890-1914*. National Gallery of Art, Washington, DC.

HODGE, S. (2018). *Breve História da Arte: um guia de bolso dos principais movimentos, obras, temas e técnicas*. 1ª ed. Gustavo Gili, São Paulo.

PEREIRA, P. (2014). *Decifrar a Arte em Portugal – Artes Antigas em Portugal (Da Pré-História à Idade Média)*. Círculo de Leitores, Lisboa.

PEREIRA, P. (2014). *Decifrar a Arte em Portugal – Arte Oitocentista em Portugal (Séculos XVIII-XIX)*. Círculo de Leitores Lisboa.

PROENÇA, G. (2002). *História de Arte*. Editora Ática, São Paulo.

ROCHA, M.; VECHINA, S. (2024). Critérios e soluções na transformação da morfologia do edificado da Rua das Flores (1837-1916). In, ROCHA, M.; RESENDE, N. (coord.), *História da Arquitetura. Perspetivas Temáticas (III). A rua na estrutura urbana* (pp.457-479). CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Porto.

SILVA, J.; CALADO, M. (2005). *Dicionário de termos de arte e arquitectura*. 1ª ed. Presença, Barcarena.

TEIXEIRA, J.; PÓVOAS, R. (2024). A Rua das Flores: Reabilitação e requalificação. In, ROCHA, M.; RESENDE, N (coord.), *História da Arquitetura. Perspetivas Temáticas (III). A rua na estrutura urbana*. (pp. 297-307). CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Porto.

# RECENSÃO

## DO PATRIMÓNIO GASTRONÓMICO: A PROPÓSITO DA INICIATIVA FIGUEIRENSE

### OF THE GASTRONOMIC HERITAGE: ABOUT THE “FIGUEIRENSE” INITIATIVE

José d'Encarnação

Universidade de Coimbra

Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património

Rua Eça de Queiroz, 89

Pampilheira

P – 2750-662 Cascais

[jde@fl.uc.pt](mailto:jde@fl.uc.pt)

Há quem discorde do uso do qualificativo ‘gastronómico’, porque vem da palavra grega γαστήρ (leia-se ‘gastér’), que significa ‘ventre’, ‘barriga’, ‘estômago’, e os comes nascem é da sabedoria das cozinheiras ou dos cozinheiros. Portanto, se algo há a considerar-se património digno de ser salvaguardado e valorizado é o que vem da cozinha, *culina*, em latim, donde deriva o adjetivo ‘culinário’. Assim se deveria dizer.

Certo é, porém, que, de há uns 30 anos a esta parte, se começou a dar importância àquilo que, em cada zona do país, se deveria considerar típico, memória transmitida de geração em geração e a valorizar. Alertaram-se, inclusive, as crianças das escolas: que falassem com as avós e lhes pedissem as receitas antigas – de bolos, de sopas, de guisados, dos doces, enfim, de tudo o que elas gostavam de fazer na cozinha e tinham aprendido com as mães e as avós o tal saber passado de geração em geração.

Hoje, se se mantém válido o provérbio «cada terra com seu uso e cada roca com o seu fuso», verdadeiro é também que, cada vez mais, se estão a reunir em livro as receitas de cada região.

Maria de Lourdes Modesto deu o mote, ao publicar, em Janeiro de 1982, na Editorial Verbo, o seu livro *Cozinha Tradicional Portuguesa*, em que explicou receitas antigas, precedida cada região por sábia introdução de António Manuel Couto Viana. Eram os pratos ilustrados com mui adequadas e até artísticas (há que dizê-lo!) fotografias. Não se rodeara ela, para esse efeito, de dois dos nossos mestres em fotografia, Augusto Cabrita e Homem Cardoso, que para o livro expressamente se esmeraram?!...



Aplauda-se, pois, com mãos ambas, a iniciativa levada a efeito pela Câmara Municipal da Figueira da Foz de publicar *A Nossa Mesa: Receituário Gastronómico da Figueira da Foz* (Fig. 1).

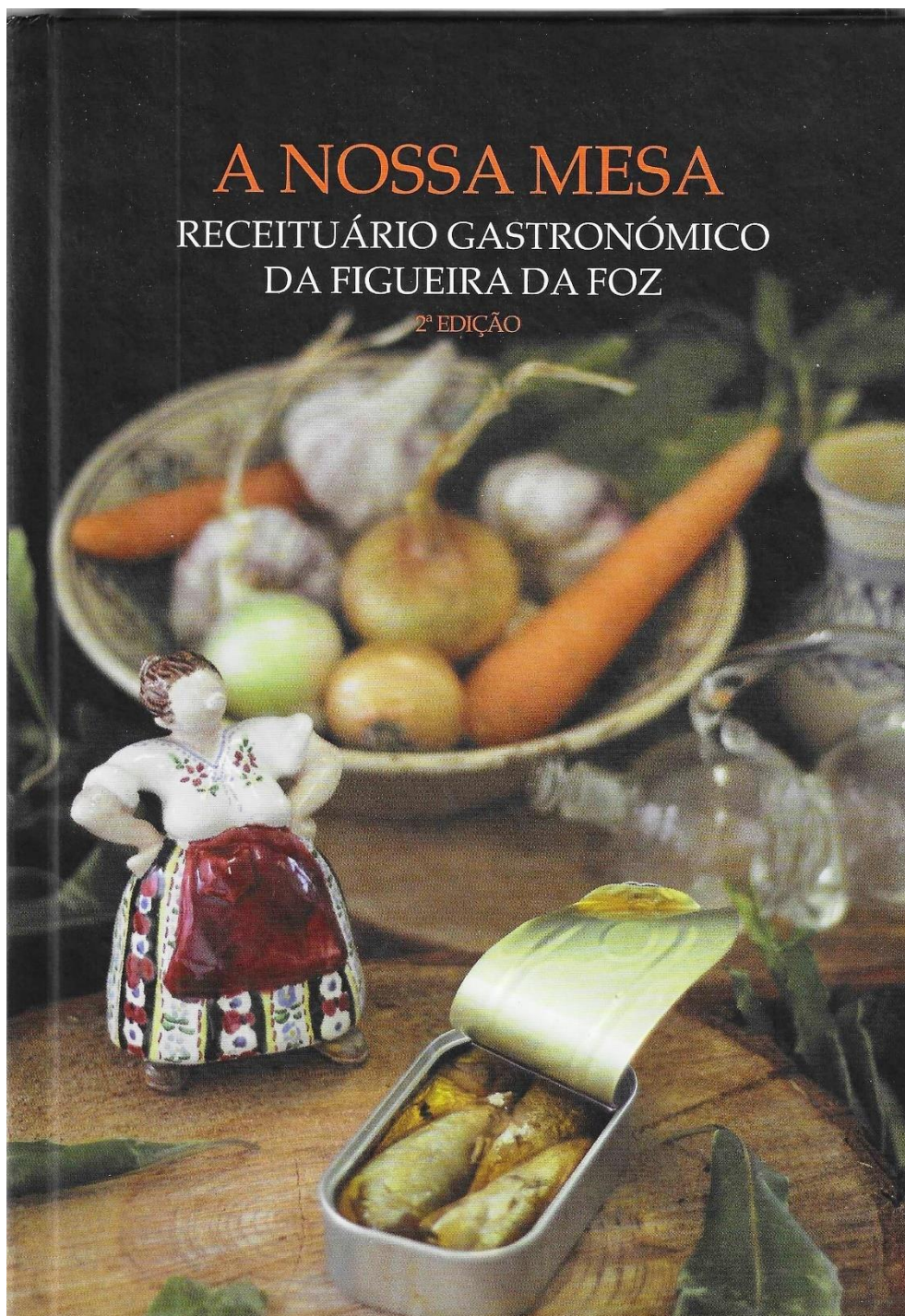


Fig. 1 - Capa de *A Nossa Mesa: Receituário Gastronómico da Figueira da Foz*



O livro constitui, na verdade, uma maravilha em todos os aspectos: na organização, no conteúdo (veja-se a Fig. 2, que mostra o índice) e, de modo muito especial, nas ilustrações, da autoria de Guida Cândido, de que a Fig. 3 pode representar um exemplo. Costuma dizer-se que os olhos também comem. Pois, aqui, comem mesmo!

<b>ÍNDICE</b>	
<b>13</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>
<b>19</b>	<b>PATRIMÓNIO GASTRONÓMICO: ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO</b>
<b>37</b>	<b>I - RECEITUÁRIO TRADICIONAL</b>
39	DO MAR
87	DO FIEL AMIGO
106	DO RIO
127	DO GRÃO À FARINHA
149	DA CAPOEIRA E DA CAÇA
167	DA MATANÇA
203	DA MERENDA
227	DA MESA RICA
243	DA MESA DE TODOS OS DIAS
261	DA GULA
291	DAS FESTIVIDADES
<b>327</b>	<b>II - VELHOS PRODUTOS, NOVAS RECEITAS</b>
328	ARROZ
336	BACALHAU
344	RAIA
357	SAL
363	SALICÓRNA
377	PORCO
383	CONSERVAS
<b>393</b>	<b>BIBLIOGRAFIA</b>




Fig. 2 – Índice da obra



Fig. 3 – Uma das ilustrações

Fizera o Município, em 1973, através da Comissão Municipal de Turismo, o livro *Figueira da Foz – Cozinha Regional*. A primeira iniciativa de que – pasme-se! – não se guardou oficialmente exemplar nenhum, «de forma inexplicável, não se encontra no fundo da Biblioteca Municipal». Valeu, por conseguinte, uma das senhoras, Maria de Jesus Pimentel, ter religiosamente guardado o seu exemplar, para que, a partir dele, em *empréstimo de longa duração*, se lograsse fazer, em Março de 2019, esta segunda e bem magnífica edição, da iniciativa da Divisão de Cultura municipal.

O segundo aspecto a realçar é de não somenos importância. É que o volume, embora tenha coordenação de Margarida Perrolas e Guida Cândido, é fruto da comunidade: «Deixa-se uma palavra de gratidão», escreve-se logo no princípio, «a todas as pessoas entrevistadas que deram a sua disponibilidade, conhecimentos, experiências de vida, algumas dolorosas, e que não nos deixaram indiferentes. A partilha foi generosa em emoções, saberes e, em diversas circunstâncias, de sabores». Ouviram anciãs e delas se

meticulosamente se colheram todas as informações disponíveis e os seus nomes aqui ficaram exarados. Para que constasse. Para que servissem de exemplo.

Saiu, conseguintemente, um livro que, além de útil e de excelência no seu conteúdo, prima pela beleza. Um livro que dá gosto manusear. Um daqueles que eficazmente nos ajuda a lutar contra a avassaladora arrogância do digital, incapaz de nos fazer sentir a textura do papel e como que palpar mais sensorialmente a beleza da cor.

É, pois, motivo de vivamente nos congratularmos com a iniciativa, no voto de que outros municípios ou comunidades intermunicipais lhe sigam as pisadas.

Exóticas, originais são as *delicatesses* saídas de luxuriante (dir-se-á) imaginação dos modernos *chefs*. Sim, tem de ser grafado assim, à moda internacional. Mas, para nos aquecer as vísceras, depois de bem nos terem excitado as papilas gustativas, que há aí de melhor do que as receitas tradicionais, onde sapientemente se casa a imaginativa inovação, fruto das necessidades quotidiana, com a engenhosa utilização das saborosas e suculentas ervas que a Natureza nos oferece? Redescobriram-se não há muito – ao que parece... – os requintados sabores dos cogumelos do monte, da nêveda, da hortelã da ribeira, do poejo, do mirtilo silvestre, dos espargos verdes que brotam por entre as pedras, do carnudo cardo que se oferece pelos campos... E não é que estão a tornar-se indispensáveis, divinos?!...

Saliente-se ainda a importância do texto introdutório acerca da necessário enquadramento histórico-geográfico (p. 19-35), a que se fazem ecos outros apontamentos disseminados pelo volume. De cada prato se apontam as porções e se descreve o modo de preparação, não faltando, aqui e além, uma nota, como a que vem na p. 43, a propósito do escabeche à Figueira antiga: «Deve usar-se talher de madeira para servir o escabeche». E também somos surpreendidos, aqui e além, por um daqueles ditos, como que a lembrar-nos que, afinal de contas, há pessoas enleadas nestas páginas: «Quem não rema, já remou; quem não pesca, já pescou» (p. 35); «Quem vende galinha come sardinha» (p. 56); «Para os ovos frigar, temos que os partir» (p. 152); «Caldo de muitos é bem comido e mal mexido» (p. 252).

Será que, afinal de contas, temos aqui 400 páginas para... saborear?



